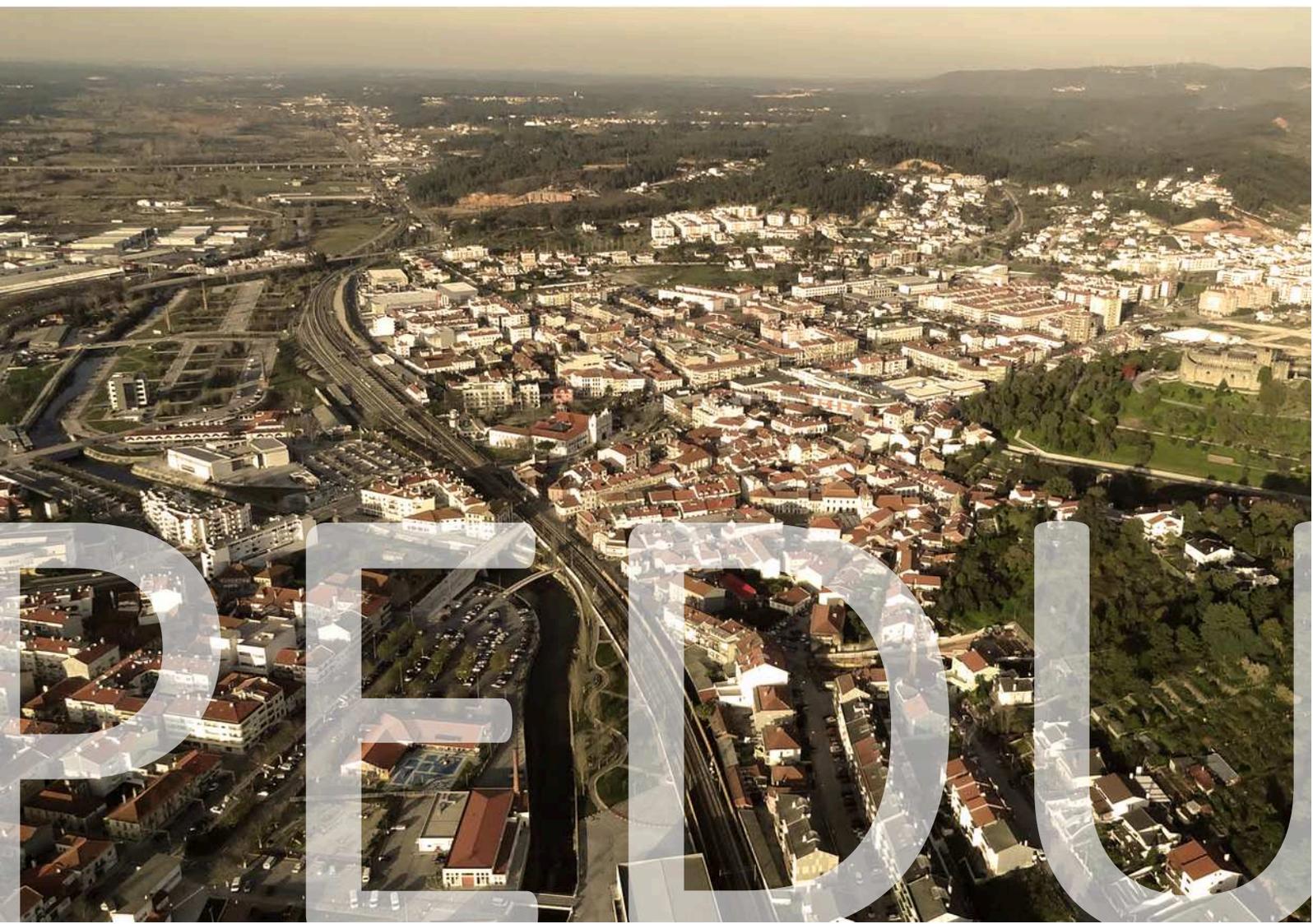




Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Pombal



ÍNDICE

1. Diagnóstico	3
1.1. Situação atual do território	4
1.2. Análise SWOT	11
1.3. Desafios e fatores críticos de sucesso	12
2. Estratégia	14
2.1. Objetivos e definição da estratégia	15
2.2. Identificação das prioridades de investimento a mobilizar	21
3. Componentes do Plano de Ação	22
A. Mobilidade Urbana Sustentável	23
A.1 Diagnóstico	23
A.2 Objetivos, definição da estratégia e identificação dos investimentos	29
A.2.1 Investimentos e financiamento	43
A.3 Metas de realização e de resultados	44
B. Plano de Ação de Regeneração Urbana	45
B.1 Enquadramento	46
B.1.1 Enquadramento histórico	47
B.1.2 Enquadramento Territorial e Morfotipológico da Cidade	49
B.2 Área de intervenção	53
B.2.1 Diagnóstico	55
B.2.2 Anteriores intervenções	57
B.3 Estratégia	62
B.3.1 Objetivos estratégicos	62
B.3.2 Modelo habitacional	67
B.3.3 Modelo económico	72
B.3.4 Património	77
B.4 Projetos	83

B.5	Investimentos e financiamento	85
B.6	Metas de realização e de resultados	87
B.7	Monitorização	88
B.8	Divulgação e comunicação	89
C.	Plano de Ação integrado para as Comunidades Desfavorecidas	91
C.1	Áreas a intervencionar	97
C.1.1	Delimitação	97
C.1.2	Caracterização	98
C.1.3	Instrumentos de gestão territorial	102
C.2	Estratégia	103
C.2.1	Objetivos estratégicos	104
C.2.2	Intervenções	105
C.3	Investimentos e financiamento	110
C.4	Metas de realização e de resultados	110
C.5	Monitorização	111
C.6	Divulgação e comunicação	112
4.	Modelo de governação	113
4.1.	Modelo de gestão e organização	114
4.2.	Mecanismos de acompanhamento e avaliação	116
4.3.	Envolvimento e responsabilidades dos parceiros	117
5.	Síntese: Realizações e Investimentos	118
5.1.	Principais realizações	119
5.2.	Resumo dos investimentos	121
ANEXOS		124

1. Diagnóstico



1.1. Situação atual do território

O presente PEDU, tem como principal objetivo estabelecer as orientações estratégicas gerais, em coerência com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, e com o Programa Operacional Centro 2020, sinalizando os principais problemas e prioridades territoriais que enfrentam desafios económicos, ambientais, climáticos, demográficos e sociais das áreas urbanas, em particular da cidade de Pombal.

Localizado na Região Centro (NUT II) e Região de Leiria, a nível de NUT III, o concelho de Pombal, ocupa uma área de 626km² distribuídos por 13 freguesias, das quais faz parte integrante a freguesia de Pombal.

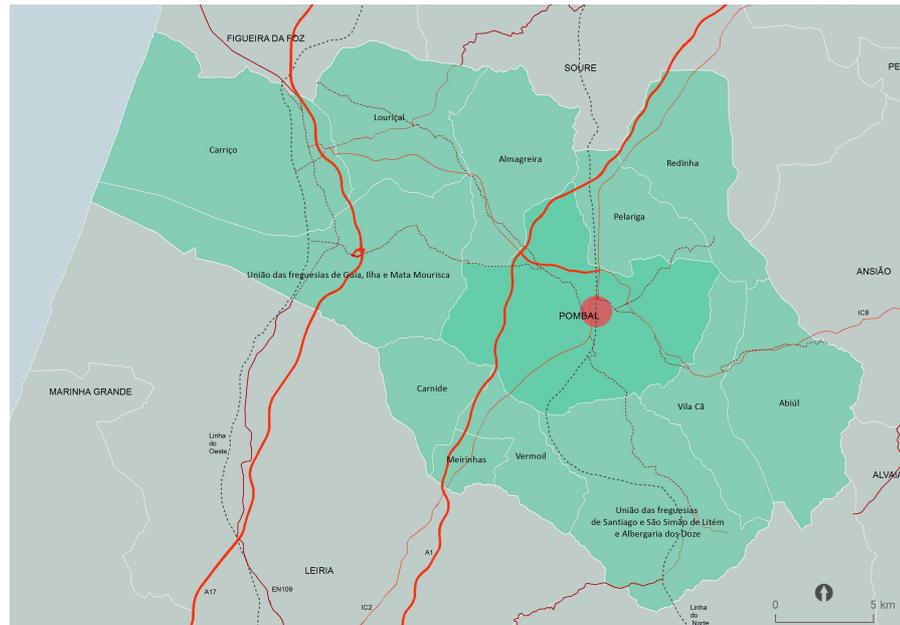
A cidade de Pombal, enquanto sede de freguesia e de concelho, assume-se como principal aglomerado urbano, aglutinador e polarizador da restante rede urbana, correspondendo ao Aglomerado Urbano de nível I, de acordo com a hierarquização urbana constante da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Pombal, publicado em Diário da República sob o Aviso n.º 4945/2014, de 10 de abril.

Do ponto de vista geológico, a cidade desenvolve-se sobre argilas, areias, cascalheiras, margas e afloramentos calcários do Jurássico Médio, terraços fluviais e aluviões do Moderno, resultantes da acumulação de sedimentos transportados pelo Rio Arunca e pelos seus afluentes, designadamente o Ribeiro do Vale, Ribeiro do Degolaço, Ribeiro do Outeiro Galegas, inserindo-se na unidade hidrogeológica Orla Mesocenozóica Ocidental - Sistema Aquífero do Lourical.

Com declives suaves, entre 0 e 9%, na maior parte da área de intervenção, coincidentes com as planícies aluvionares dos cursos de água, apenas são registados declives moderados a SE da cidade de Pombal.

Beneficiando de excelentes acessibilidades, que asseguram as ligações Norte/Sul do país, como sejam o IP1 (A1), IC2 (EN1), e o Litoral/Interior, nomeadamente o IC8, Pombal assume-se, naturalmente, como principal aglomerado urbano do concelho, não só pela sua localização e pela sua dimensão territorial, 1055,45ha, mas também pelas funções marcadamente urbanas que encerra.

Figura 1 – Enquadramento geográfico e acessibilidades

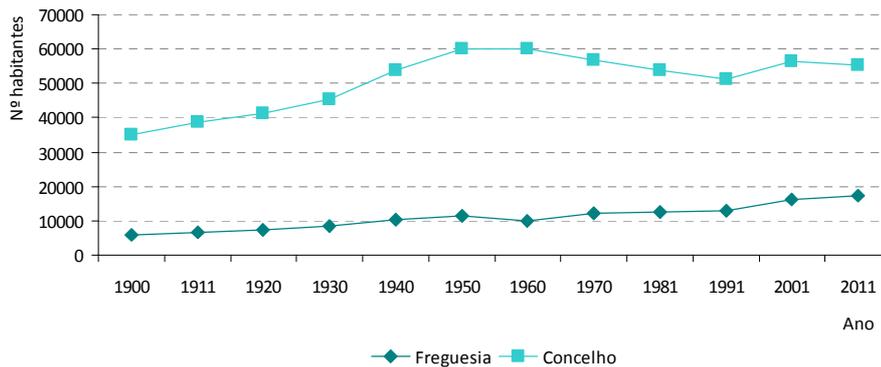


Com uma população de 12075 habitantes, segundo os Censos 2011, uma densidade populacional de 1144 hab/km², uma taxa de infraestruturação elevada, um elevado número de equipamentos coletivos, alguns dos quais com uma área de influência concelhia, de que são exemplo as escolas e o hospital distrital, assim como, uma elevada dinâmica económica, sendo neste âmbito de destacar a forte presença da atividade terciária e industrial, com a presença de uma importante zona industrial, a Zona Industrial da Formiga. Pombal apresenta-se assim, como pólo de desenvolvimento demográfico, social e económico, capaz de fixar não só população, mas também actividades económicas, fomentando, desta forma, uma forte dinâmica edificatória e potenciando a melhoria da qualidade de vida da sua população residente.

Em termos demográficos, e embora o concelho tenha registado, de acordo com os Censos 2001-2011, uma regressão populacional de -1,92%, a freguesia de Pombal regista, ao longo das últimas décadas, uma tendência de crescimento populacional positiva, beneficiando do facto de ser pólo de crescimento económico no concelho.

Neste desiderato, a freguesia de Pombal apresenta-se como a mais dinâmica das freguesias do concelho, cuja população triplicou nos últimos 100 anos, constituindo a cidade de Pombal o principal aglomerado com 31,1% da população concelhia (dados de 2011), sendo também a única com características marcadamente urbanas no concelho.

Figura 2 – Evolução da população na freguesia e concelho de Pombal



De facto, se em 1991 a freguesia de Pombal registava uma população de 12805 habitantes, em 2001 viu o seu efetivo populacional aumentar para 16049, e em 2011, para 17187 habitantes, o que denota uma variação populacional positiva de 7% na última década e de 34,2% nas últimas 2 décadas. Neste domínio, a cidade de Pombal registou dinâmicas similares com um incremento de 8% da sua população, cerca de 872 indivíduos entre 2001 (11203 habitantes) e 2011 (12075 habitantes).

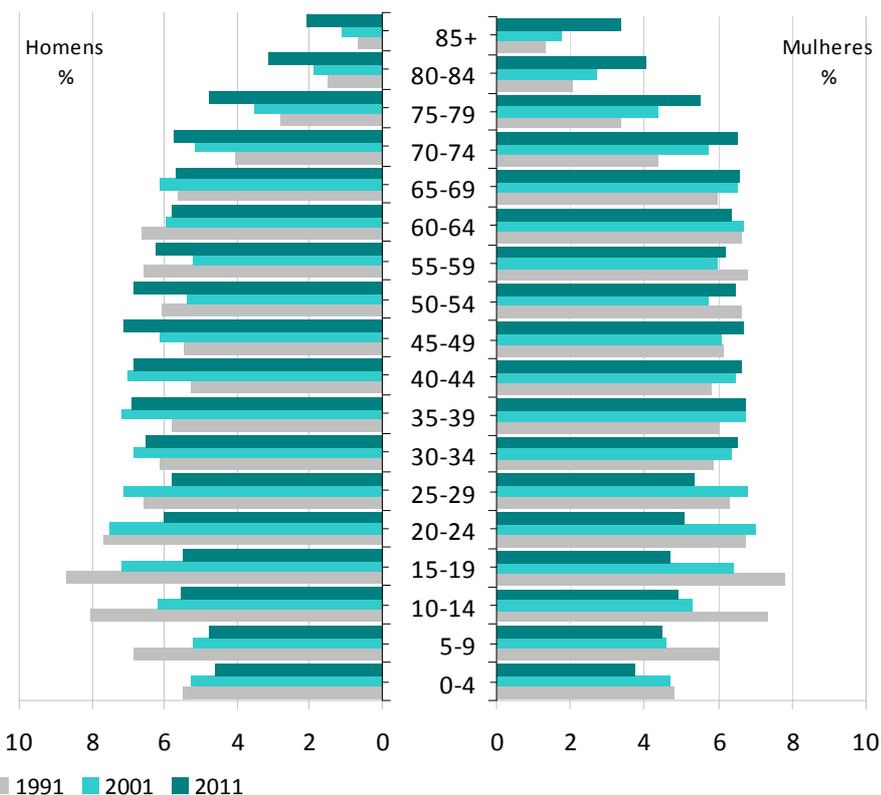


Figura 3 – Pirâmide etária do concelho de Pombal (1991,2001 e 2011)

No que se refere à distribuição da população por grupos etários, a freguesia de Pombal apresenta uma pirâmide com algumas particularidades, designadamente tendências de crescimento diferenciadas entre os homens e as mulheres. De facto, quando analisada

a estrutura etária afeta às mulheres, verifica-se a existência de uma pirâmide ligeiramente envelhecida. Por sua vez, quando analisada a estrutura etária registada pelos homens, assistimos a uma pirâmide ligeiramente rejuvenescida. Assim, após análise da pirâmide etária, verificamos que Pombal, embora assista a um decréscimo nas classes 0-4 anos (849 indivíduos) e 5-9 anos (913 indivíduos), apresenta um incremento populacional na classe 10-14 anos (1003 indivíduos), assim como uma elevada percentagem de população em idade ativa (65,6%). Embora a percentagem de jovens que se cifra em 18,3%, seja superior à percentagem de população com mais de 65 anos (16,1%), o aumento da população idosa, associado ao aumento da esperança média de vida, acarreta novos desafios, que importam equacionar em sede de estratégia de desenvolvimento para a cidade de Pombal.

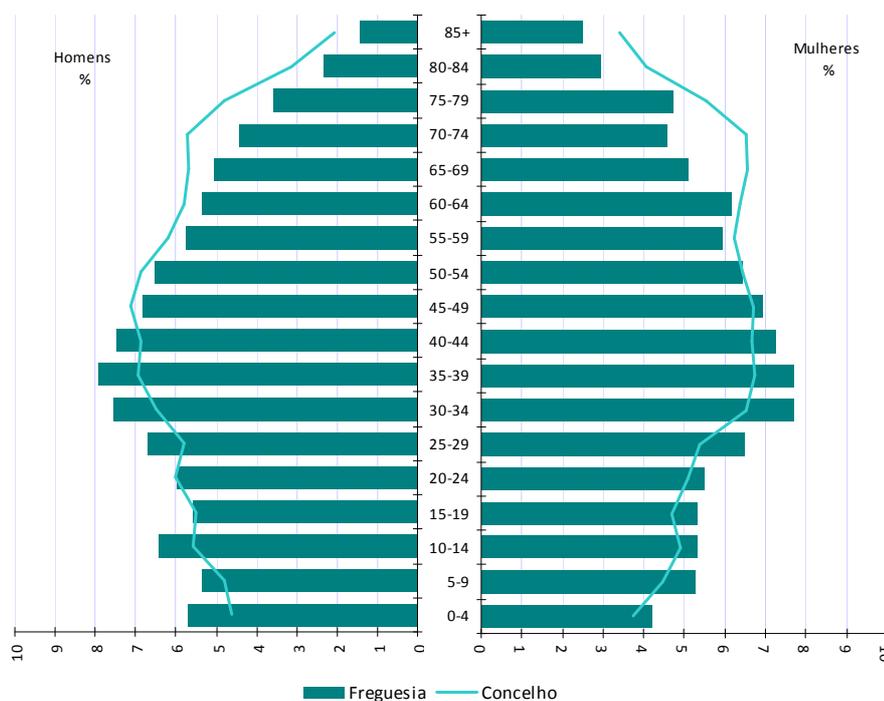


Figura 4 – Pirâmide etária da freguesia de Pombal, 2011

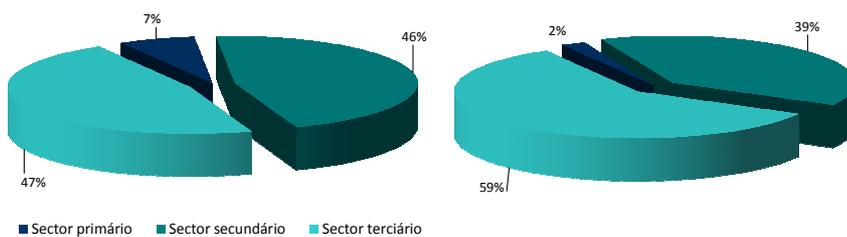
Ao nível do grau de instrução e qualificação da população, a freguesia de Pombal regista um nível de escolaridade elevado comparativamente às restantes freguesias do concelho, sendo que 11% da população detém o nível superior. A melhoria do nível de ensino, maior percentagem de população jovem com acesso a equipamentos escolares e maior investimento e preocupação das famílias na educação dos filhos, foram fatores preponderantes para a diminuição, na última década, da taxa de

analfabetismo, fixando-se a mesma, na freguesia de Pombal e à data de 2011, em 7,64%. Embora se verifique esta redução, Pombal apresenta uma taxa de analfabetismo muito superior à média nacional, que se cifrava, em 2011, em 5,23%, e à registada na Região Centro, de 6,39%.

Em termos do edificado existente, encontram-se inseridos na área de intervenção do PEDU 3667, face a 3422 edifícios existentes em 2001, o que representa uma variação positiva de 8% no número de edifícios. Dinâmica análoga à registada para a variável alojamentos e para o número de famílias existentes, sendo que em 2011 existiam em Pombal, 6095 alojamentos que albergavam 4605 famílias, face a 5850 alojamentos em 2001, para 4203 famílias.

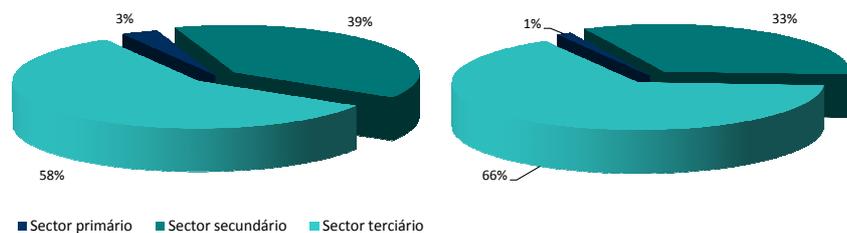
Pombal apresenta-se assim como cidade, sede de concelho, com elevada densidade populacional, com uma taxa de crescimento natural positiva, com um parque habitacional densificado, regra geral, com mais de 2 pisos.

Figura 5 – População ativa por setor de atividade no concelho de Pombal e na freguesia de Pombal, 2001



A nível sócio económico, Pombal apresenta 32,9% da sua população empregada no setor secundário e 65,7% no setor terciário, designadamente nos sub-setores do comércio, turismo e serviços, sendo que os serviços de apoio à produção, de transportes e comunicações, serviços sociais e de administração pública, pessoais, desportivos e recreativos, alojamento, restauração, apresentam uma elevada representatividade, fazendo da cidade o principal centro aglutinador de serviços do concelho.

Figura 6 – População ativa por setor de atividade no concelho de Pombal e na freguesia de Pombal, 2011



O comércio apresenta ainda um forte caráter local, com o comércio a retalho a representar uma grande fatia desta atividade económica.

O crescimento e desenvolvimento urbano registado nas últimas décadas, trouxe à cidade uma nova dinâmica, que a remete para um novo patamar de qualidade, exigência, ambição e modernidade, que importa cada vez mais potenciar, considerando para o efeito, os seguintes fatores diferenciadores:

- Existência de diversos equipamentos culturais, educativos e desportivos, atrativos para a população, de que são exemplo o Teatro-Cine, Biblioteca, Escolas, Museus, Castelo de Pombal, Piscinas Municipais, Pavilhões Desportivos;
- Oferta diversificada de cuidados de saúde e serviços médicos, como o Hospital Distrital de Pombal, Centro Hospitalar de S. Francisco, Centro de dia da Alzheimer Portugal, Centro de Hemodiálise, Clínicas de Fisioterapia, consultórios médicos, entre outros;
- Existência do pequeno comércio tradicional e de serviços de proximidade;
- Cidade segura, cuidada, limpa, com reduzida taxa de criminalidade, capaz de induzir sensação de segurança aos mais variados transeuntes;
- Boas acessibilidades, propiciadas pelo IC2, IC8 e A1 e pela linha de caminho de ferro do Norte, com estação no centro da cidade;
- Implementação da rede de transporte público urbano, com rotas ajustadas às necessidades da população, privilegiando as ligações dos bairros residenciais periféricos ao centro da cidade;
- Cidade com relevo pouco acidentado e uma escala urbana que permite aliar a urbanidade e modernidade, à segurança, ao fácil acesso aos diversos equipamentos, serviços e comércio, privilegiando as relações de vizinhança e de proximidade entre os seus habitantes;
- Implementação de um conjunto de ações imateriais como a promoção e dinamização cultural, optimização do apoio social escolar, a aposta em políticas e programas de apoio à 3.ª idade, que irrompem como serviços essenciais, capazes de proporcionar qualidade de vida aos seus residentes.

Considerando os principais fatores diferenciadores da cidade face ao restante território, e perante um cenário de uma população cada vez mais envelhecida, cuja esperança média de vida, em pouco mais de 40 anos aumentou dos 67 para os 80 anos, que se debate cada vez mais com problemas de solidão, impõe-se repensar a cidade enquanto local de vivência, multifuncional e inclusiva, capaz de promover não só a atração dos jovens e de mão de obra qualificada, como o envelhecimento ativo dos seus habitantes.

Pombal uma Cidade Amigável, uma Cidade de Todos para Todos, capaz de atrair população, promovendo emprego e proporcionando uma elevada oferta cultural, desportiva, económica, mas sobretudo, capaz de promover um envelhecimento saudável e ativo, fomentado pela oferta de um conjunto de valências atrativas para a população mais idosa, bem como pelas inúmeras ações de promoção e dinamização cultural e desportiva, designadamente o desporto para todos, piscina livre, existência de jardins e percursos pedonais, que importam, no entanto, potenciar.

De facto, a mobilidade, a regeneração urbana e a coesão social, na medida em que contribuem para a requalificação e refuncionalização da cidade, consubstanciam-se como importantes eixos estratégicos para o seu desenvolvimento, assumindo particular relevância na garantia do bem-estar, qualidade de vida e na promoção da igualdade entre os cidadãos, sendo esta uma prioridade nas políticas municipais.



Figura 7 – Centro de dia da Alzheimer Portugal

1.2. Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> – Aumento da população residente; – Menor taxa de analfabetismo; – Maiores habilitações e qualificações da população empregada e jovem; – Aumento da população empregue no setor terciário; – Apoio à população com necessidades especiais; – Mais valorização, oferta e dinamização cultural; – Equipamentos de saúde de qualidade; – Valências desportivas; – Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU) no centro histórico da cidade; – Boas condições do parque habitacional; – Património classificado e referenciado; – Forte presença do comércio tradicional de proximidade; – Cidade segura, com reduzida taxa de criminalidade; – Incremento dos parques verdes públicos de recreio e lazer; – Aposta no turismo e produtos endógenos; – Boas acessibilidades rodoviárias e ferroviárias; – Transporte Público Urbano; – Planos de mobilidade e acessibilidade; – Atratividade crescente da cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> – Existência de relevantes barreiras físicas (linha de caminho de ferro, IC2 e rio Arunca); – Existência de barreiras arquitetónicas ao nível do espaço público e edificado a pessoas com mobilidade reduzida; – Inexistência de percursos adequados aos novos padrões de mobilidade; – Problemas de degradação urbana e de desertificação populacional e funcional em algumas áreas do centro urbano da cidade; – Degradação de alguns edifícios de valor cultural e patrimonial; – Inexistência de um sistema de monitorização da rede viária municipal; – Desqualificação do espaço público e de recreio e lazer nalgumas áreas da cidade; – Desarticulação e ineficiência do sistema de transportes públicos (rodoviário/ferroviário); – Fraca utilização dos produtos locais de origem certificada, pelos agentes turísticos, restauração e pontos de venda.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> – Boas acessibilidades, promovendo investimento e fixação da população; – Existência de recursos humanos qualificados em áreas especializadas; – Aumento da taxa de atividade fruto da capacidade em atrair/fixar população ativa e entrada de mão-de-obra especializada; – Estratégia de atração de empresas de médio e elevado nível tecnológico; – Valorização do Património Arquitetónico no âmbito da atividade turística e cultural; – Desenvolvimento do setor terciário (hotelaria, restauração, serviços e comércio); – Aposta em novas formas de turismo: turismo de negócios, turismo sénior, etc.; – Condições favoráveis ao envelhecimento ativo da população; – Reorganização de respostas sociais, considerando as perspetivas de evolução da geografia humana da cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> – Elevado custo da habitação, que poderá reduzir a fixação de população; – Forte atração exercida por parte de outros concelhos sobre os recursos humanos mais jovens e qualificados do município; – Forte oferta comercial ao nível de grandes superfícies em concelhos limítrofes; – Falta de iniciativa e de investimento por parte dos privados; – Conjuntura económica desfavorável.

1.3. Desafios e fatores críticos de sucesso

A análise do território patente no diagnóstico da situação atual da cidade e a análise SWOT efetuada, concorrem, conjuntamente com a análise e ponderação das temáticas e indicadores da Estratégia Europa 2020, Portugal 2020 e a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria, no domínio do Desenvolvimento Urbano, para a identificação de um conjunto de fatores críticos de sucesso que sustentam a estratégia de desenvolvimento urbano da cidade de Pombal.

No contexto atual, destacam-se os fatores críticos de sucesso a seguir descritos:

- **Coordenação forte e elevado envolvimento político**

O sucesso do plano e consequente concretização das suas ações, assim como a correta articulação destas, só será possível com uma coordenação global coesa, com forte conhecimento do território.

- **Definição de objetivos claros, mensuráveis, coerentes e realistas**

A clara definição dos objetivos a alcançar, assim como a sua coerência com a realidade territorial, é um fator chave que tem de estar na base de todas as definições das ações a concretizar.

- **Articulação do PEDU com outros planos já existentes**

O PEDU terá que ser desenvolvido entrando em linha de conta com planos e projetos existentes, quer estejam já em curso, quer estejam ainda apenas previstos, assegurando uma clara articulação entre os vários instrumentos, no sentido de planear e conceber a cidade como um todo coerente.

- **Promoção de processos participados**

A participação pública é um fator de extrema importância para o sucesso do plano. A informação atempada da população e a contribuição ativa dos cidadãos, dando as suas opiniões e mostrando os seus pontos de vista como utilizadores/vivenciadores, é uma mais valia para que as ações

previstas sejam bem sucedidas. É determinante que os cidadãos se revejam nos projetos e ações a implementar e os tomem como seus, fazendo parte das soluções e da concepção da cidade com a qual mantêm relações de vivência.

- **Existência de um processo de monitorização e introdução de medidas corretivas, se necessário**

A monitorização das medidas e ações executadas revela-se imprescindível, pois é necessário verificar se as intervenções executadas resultaram em impactos positivos na cidade, atingindo os objetivos do plano. Esta monitorização permitirá a introdução de medidas corretivas sempre que necessário, sob pena dos objetivos do plano ficarem comprometidos e as suas metas não serem atingidas.

- **Calendarização eficiente e rigorosa**

O cumprimento de prazos por parte de todos os intervenientes é um fator determinante para uma execução eficiente do plano. Garantir que todas as tarefas são cumpridas nos prazos certos, permitindo um correto e coerente encadeamento de todas as ações, é indispensável.

- **Articulação entre ações e os seus diferentes *stakeholders***

Na maior parte dos casos as ações propostas apresentam interdependências entre si, não podendo ser trabalhadas/implementadas de forma isolada. Por outro lado, o sucesso de cada ação não depende só da eficiente articulação com outras ações definidas, mas também, e em grande parte, da articulação e envolvimento dos diferentes stakeholders. Para o sucesso da implementação da estratégia de desenvolvimento delineada para a cidade, é determinante a adoção de um modelo consubstanciado no envolvimento de Stakeholders, cujo relacionamento privilegie a manutenção de um diálogo transparente e permanente, fomentando a partilha de informação e auscultando as opiniões dos diferentes grupos.

2. Estratégia



2.1. Objetivos e definição da estratégia

A estratégia de desenvolvimento urbano para a cidade de Pombal, tendo em conta os pontos fortes e pontos fracos, oportunidades e ameaças, assim como os princípios subjacentes ao Planeamento Estratégico, concorrem para tornar Pombal uma Cidade Amigável, uma Cidade de Todos para Todos, capaz de atrair população, promovendo emprego, proporcionando uma elevada oferta cultural, desportiva, económica e proporcionando um envelhecimento saudável e ativo.

Complementarmente impõe-se a adoção de políticas sociais ativas, as quais pressupõem o desenvolvimento de uma consciência coletiva dos problemas sociais e uma crescente mobilização da sociedade. De facto, é fundamental congregar esforços de forma a contribuir para um desenvolvimento social enraizado em opções locais e regionais dinâmicas (adaptado de PNPOT, 2006).

Perante uma estrutura demográfica e social em profunda mutação, em que a população com mais de 65 anos ganha cada vez maior representatividade nas pirâmides etárias, uma população cada vez mais exigente, em particular no acesso aos mais variados equipamentos, espaços públicos e todo um conjunto de valências capazes de proporcionar melhor qualidade de vida e um ambiente urbano sadio, importa delinear uma estratégia de atuação adequada a esta nova geografia humana, suportada na potenciação dos principais fatores diferenciadores da cidade.

Relembre-se que a cidade de Pombal, contrariamente ao verificado no restante concelho, tem vindo a registar uma tendência de crescimento populacional positiva, o que evidencia o seu poder de atração para a fixação de novos residentes, quer sejam provenientes de outros lugares do concelho, de outras regiões do País ou do estrangeiro. Pombal tem uma forte tradição emigratória, havendo propensão para o regresso, já na fase de aposentação, com a crescente procura para a fixação na cidade, pelas inúmeras valências que oferece.

Neste sentido, impõe-se assim, a adoção de um conjunto de medidas que assentam na requalificação e refuncionalização da cidade, adequando-a ao

novo contexto demográfico, social e económico. Tais medidas passam, essencialmente, pela promoção e dinamização cultural, recreativa e desportiva, pelo estabelecimento de políticas de apoio aos jovens e 3.ª idade e de diminuição de assimetrias sociais, bem como pela potenciação dos jovens como motor de cidadania ativa e dos idosos como fonte de conhecimento. É necessário criar condições para, trabalhar, viver e vivenciar o espaço, fomentar a mobilidade sustentável, promover estímulos de mudança, tornar Pombal uma cidade atrativa e inclusiva, com dinamismo económico, valorizando os recursos e património existente e aproveitando os seus pontos fortes e oportunidades como chave para o desenvolvimento urbano.



Figura 8 – Iniciativa de animação no centro histórico da cidade de Pombal

Perante os desafios que se colocam face ao novo contexto demográfico e social emergente e tendo presente os principais fatores diferenciadores da cidade, a estratégia consubstanciada em sede de PDM para o território concelhio e para a cidade em particular, a qual se assume como principal aglomerado da rede urbana, bem como os objetivos a prosseguir com a delimitação da ARU da Zona Central da Cidade de Pombal, foram delineados um conjunto de objetivos e uma estratégia de ação/intervenção a seguir explicitada.

Em linha com o Programa Regional da Região Centro – Centro 2020 e com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial definida ao nível da CIMRL, o presente PEDU estabelece como objetivos temáticos:

1. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores, apoiando a mobilidade sustentável na cidade de Pombal através da implementação de estratégias de baixo teor de carbono, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável;
2. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos, valorizando a qualidade ambiental, urbanística e paisagística da cidade de Pombal, através da adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, revitalizar a cidade e reduzir a poluição atmosférica e níveis de ruído;
3. Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas.

A mobilidade, acessibilidade e a regeneração urbana e das comunidades desfavorecidas, assumem-se como importantes eixos estratégicos para o desenvolvimento sustentável da cidade de Pombal. Nesta perspectiva, o seu desenvolvimento urbano passa grandemente pela adoção de estratégias de:

A. Mobilidade e acessibilidade urbana, na medida em que se pretende fomentar a incrementação e promoção dos modos suaves, como o andar a pé ou de bicicleta, a promoção do transporte público urbano e a eliminação e/ou atenuação das barreiras físicas existentes, proporcionando, aos cidadãos, independentemente da sua condição física,

um acesso fácil, seguro e confortável a todos os locais de interesse na cidade. Neste contexto, as ações a desenvolver passam maioritariamente por:

- Promover uma rede pedonal e ciclável atrativa e confortável, livre de obstáculos e acessível, que assegure a ligação entre os principais equipamentos, serviços e pontos de interesse turístico;
- Extensão e otimização da rede de transportes públicos, garantindo melhores condições de acessibilidade e cobertura;
- Requalificação da zona de interface modal de transportes;
- Eliminação e/ou atenuação das barreiras físicas existentes, no sentido, não só de permitir a mobilidade e acessibilidade a todos, como também de descongestionar o tráfego motorizado no centro da cidade.

B. Regeneração e revitalização urbana, tornando Pombal uma cidade mais atrativa, ativa, inclusiva e visitada, "atraindo pessoas", aumentando os habitantes e turistas, potenciando a vivência urbana e revitalizando o comércio local, ancorado num espaço público de excelência e qualidade, acessível a todos e apoiado por uma ampla oferta de serviços, equipamentos e de animação. Pretende-se assim, promover e fomentar a regeneração e revitalização urbana com intervenção em aspetos físicos, sociais, económicos e ambientais, implementando um conjunto de ações que visam:

- Reabilitação e conservação do edificado, combatendo o elevado número de edifícios degradados;
- Valorização do espaço público e mobilidade, enquanto elemento fulcral de urbanidade e de ambiente urbano de qualidade;
- Dinamização de serviços e potenciação dos equipamentos;
- Promoção do centro histórico e salvaguarda do património, através da implementação de uma estratégia de marketing;
- Revitalização do tecido económico, estimulando o “comércio de loja de rua”, as actividades económicas e o empreendedorismo jovem.

C. Integração das comunidades desfavorecidas, fomentando não só a requalificação dos bairros sociais existentes, como a implementação de políticas ativas de inclusão social e combate à segregação, bem como de promoção da igualdade de oportunidades. Neste sentido propõem-se a adoção de intervenções de natureza social, dinamização económica e de carácter físico, nomeadamente, a reabilitação do espaço público envolvente ao Bairro Social S. João de Deus e ao Bairro Social Margens do Arunca.

A estratégia delineada para a mobilidade urbana e no seguimento da política que tem vindo a ser implementada para a cidade, nomeadamente com as parcerias para a regeneração urbana, que proporcionou um conjunto muito significativo de intervenções, cujo investimento ascendeu a mais de 8 milhões de euros, impõe-se dar continuidade a este processo de **requalificação urbanística e refuncionalização da cidade**, que a remete para um novo patamar de qualidade e modernidade, tornando-a uma cidade mais Amigável e Atrativa.



Figura 9 – Requalificação do Largo do Cardal

Complementarmente às ações de regeneração urbana, incluindo a requalificação dos bairros sociais, em particular do espaço público, a estratégia delineada para os próximos anos passa também, pela inovação social, pela implementação de programas e ações de inclusão e apoio às comunidades mais desfavorecidas, como a jovens institucionalizados, população idosa e a grupos minoritários.

A oferta de um espaço público de excelência, acessível, seguro, e de qualidade, com funções de estadia e de vivência urbana, associada a uma boa e articulada rede de transportes públicos, à oferta diferenciada de equipamentos, serviços e valências de apoio à população, a oferta de comércio tradicional e de proximidade, a disponibilização de habitação a custos controlados, fomentando o arrendamento jovem, mas também o fácil acesso à população mais envelhecida, complementado com um conjunto de medidas e ações de apoio e inclusão social, de dinamização cultural, recreativa e desportiva, farão de Pombal uma cidade diferenciada, apelativa e competitiva, onde será certamente, bom viver, preparada para fazer face aos novos desafios emergentes de uma sociedade em profunda mutação.



Figura 10 – Jardim do Arunca

2.2. Identificação das prioridades de investimento a mobilizar

Foi definido um conjunto de ações a desenvolver para a cidade de Pombal, localizada na freguesia com o mesmo nome. De acordo com o Programa Operacional Regional do Centro – Centro 2020, o presente PEDU incide sobre as seguintes Prioridades de Investimento (PI) a mobilizar:

PI 4.5: “Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação”.

Esta Prioridade de Investimento integra o Objetivo Temático 4 (OT 4), “apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores” que, por sua vez, integra o Eixo 6, “afirmar a sustentabilidade dos recursos”. Cumulativamente, esta mesma PI 4.5 e o mesmo OT 4 integram também o Eixo 9, “reforçar a rede urbana”;

PI 6.5: “Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído”.

Esta Prioridade de Investimento integra o Objetivo Temático 6 (OT 6), “proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos” que, por sua vez, integra o Eixo 7, “afirmar a sustentabilidade dos recursos” e o Eixo 9 “reforçar a rede urbana”;

PI 9.8: “Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais”.

Esta Prioridade de Investimento integra o Objetivo Temático 9 (OT 9), “promover a inclusão social e combater a pobreza”.

3. Componentes do Plano de Ação



A. Mobilidade Urbana Sustentável

Ao longo dos últimos anos tem-se assistido a uma alteração significativa nos padrões de mobilidade, numa perspectiva crescente da utilização do transporte motorizado, sendo grande parte resultante da grande utilização do transporte individual.

Consequentemente, os aglomerados urbanos têm vindo a registar alguns problemas, sendo a degradação da qualidade de vida dos cidadãos uma das grandes preocupações atuais devido ao aumento do tráfego e consequentes congestionamentos nas nossas cidades, levando a aumentos do nível de ruído, à degradação da qualidade do ar, a problemas de segurança rodoviária, entre outros.



Figura 11 – Bicicleta no Jardim do Cardal

A.1 Diagnóstico

Ao longo dos últimos anos, e segundo dados do INE, verificou-se um aumento da utilização do transporte individual de quase 10%, sendo que a cidade de Pombal não será exceção a esta situação.

Pombal assume relevada importância como centro urbano na área geográfica em que se insere, representando um importante pólo de atracção demográfica, quer pela sua localização estratégica junto a principais eixos de transportes rodoviários, como a A1, o IC2/EN1 e o IC8 e ferroviários (linha do norte), quer pela oferta de emprego e dinâmicas económicas, principalmente nos setores secundário e terciário.

Figura 12 – Principais infraestruturas de transporte que servem a cidade de Pombal



É facto que a cidade de Pombal gera e atrai todos os dias milhares de viagens, recaindo sobre o transporte individual a grande fatia da escolha daqueles que chegam e saem da cidade. A existência da linha do norte e estação de caminhos de ferro da REFER dentro da cidade facilita também a chegada e partida de muitos utilizadores, tal como a central de camionagem. No entanto, estes dois equipamentos de transportes encontram-se separados pela linha de caminho de ferro, não possuindo, atualmente, uma articulação funcional.

A rede viária no interior do tecido urbano da cidade desenvolve-se essencialmente a partir do seu eixo principal, que atravessa a cidade e que é materializado pela avenida Heróis do Ultramar, de onde partem e onde chegam, praticamente, todos os outros eixos da rede, estruturantes ou com maiores funções de acessibilidade.

O facto da cidade estar estruturada com base neste eixo principal, leva à existência de congestionamentos significativos na parte central da cidade, que se têm vindo a agravar nos últimos anos, com o aumento do transporte motorizado individual, sendo uma preocupação do município a consequente degradação da qualidade do ar, o aumento dos níveis de ruído e os problemas de segurança rodoviária no espaço urbano, espaço que, por excelência, deve primar pela vivência urbana e pela atividade pedonal que é fortemente condicionada pelos fluxos de tráfego que, ao longo do dia, atravessam o tecido urbano e que induzem uma sensação de insegurança nos utilizadores vulneráveis.

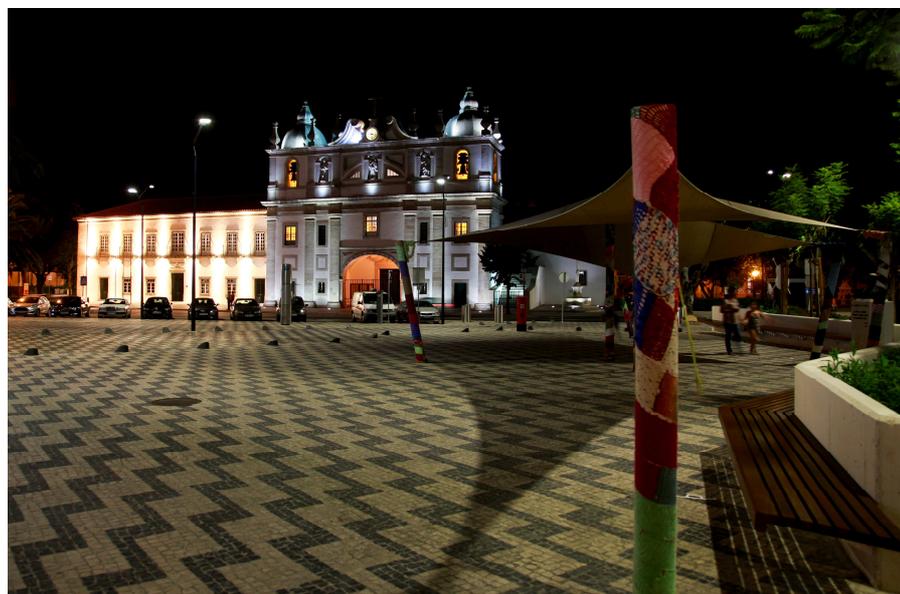
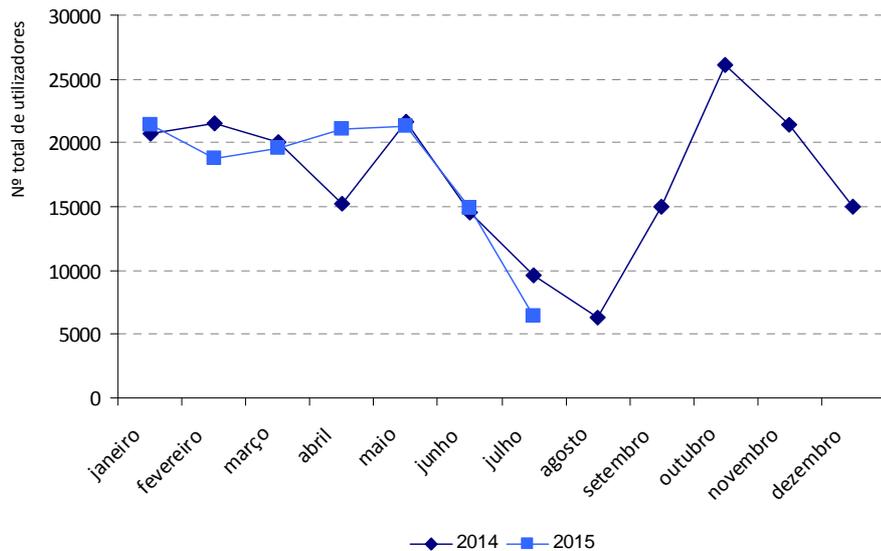


Figura 13 – Largo do Cardal

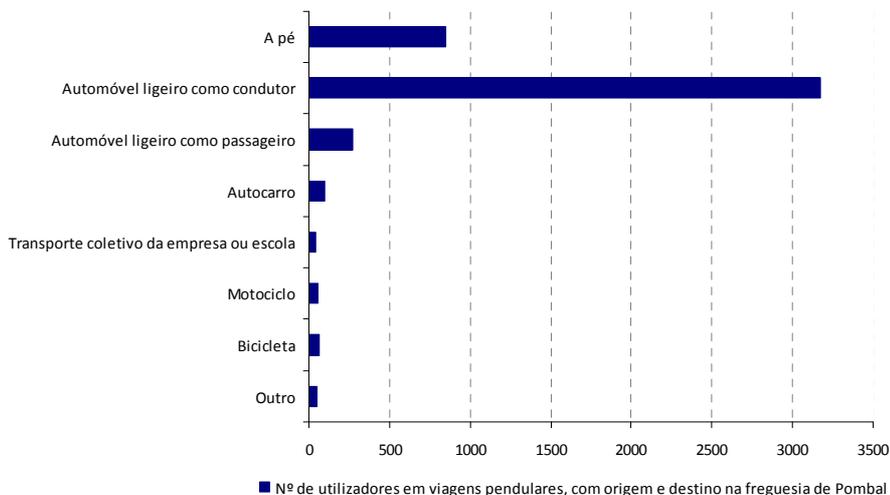
Por outro lado, começam também já a notar-se na cidade algumas predisposições por parte da população para alterações nas dinâmicas de mobilidade, nomeadamente com a introdução da recente rede urbana de transporte público na cidade, "Pombus", com mais de 209000 utilizadores durante o ano de 2014 e apresentando uma tendência de utilização crescente em 2015, e tendo também um papel relevante quer no transporte escolar, quer na oferta deste serviço à população residente, tanto na cidade como nas áreas periurbanas. O sucesso da implementação desta estratégia de transporte urbano tem originado a identificação de possíveis áreas para expansão da rede, onde a procura deste modo poderá ser relevante.

Figura 14 – Número de utilizadores mensal da rede Pombus



Também a utilização da bicicleta como meio de transporte alternativo ao transporte individual é uma realidade cada vez mais presente na cidade de Pombal. Existem já na cidade algumas infraestruturas destinadas à promoção dos modos suaves e, nomeadamente, à utilização da bicicleta, embora ainda apenas construídas em locais da cidade mais voltadas para o lazer e sem ligação materializada ao centro da cidade, sendo exemplo disso as ciclovias criadas no corredor ribeirinho do Arunca, junto ao Parque Verde do Açude e no Loteamento das Cegonhas. Segundo dados dos Censos 2011 (INE), cerca de 2% dos cidadãos que residem e trabalham na freguesia de Pombal utilizam a bicicleta como principal modo de transporte.

Figura 15 – Número de utilizadores, por modo de transporte, em viagens pendulares com origem e destino na freguesia de Pombal



A cidade de Pombal é pautada por fortes barreiras físicas que, desde logo, condicionam a mobilidade e acessibilidade no interior do seu tecido urbano. São elas o rio Arunca e as já referidas linha de caminhos de ferro – linha do norte – e o IC2/EN1, sendo que estas duas últimas constituem, simultaneamente, importantes ligações e acessos da cidade de Pombal ao restante território nacional e internacional.

No entanto, verifica-se também a existência de outro tipo de barreiras que condicionam fortemente a mobilidade e acessibilidade no tecido urbano da cidade, como sendo, por exemplo, alguns tipos de barreiras arquitetónicas já devidamente estudadas e identificadas com a elaboração do Plano Local de Promoção da Acessibilidade – Programa RAMPA, promovido pelo município de Pombal e concretizado pela empresa MPT, Mobilidade e Planeamento do Território, Lda, em 2014. A elaboração deste plano permitiu identificar e quantificar de forma exaustiva as barreiras existentes na cidade como: passeios estreitos, interrompendo a continuidade pedonal; inexistência de passagens de peões em locais importantes para assegurar a continuidade pedonal; inexistência de rebaixamentos de passeio em locais de atravessamento devidamente identificados; inexistência de rampas de acesso para vencer desníveis; colocação de sinalética, postes de iluminação, painéis publicitários, papeleiras, ecopontos, plantação de árvores, entre outros, em locais desadequados (muitas vezes a meio do espaço canal da infraestrutura pedonal), dificultando os trajetos pedonais e muitas vezes impossibilitando a passagem de pessoas com mobilidade reduzida, entre outros.

Estas barreiras, por mais simples que possam parecer, tornam mais difícil o dia a dia de muitos utilizadores no que respeita à sua livre e independente circulação, restringindo as suas condições de mobilidade e acessibilidade.

Por outro lado, a rede pedonal existente na cidade não consegue adquirir um carácter autoexplicativo no que diz respeito aos principais trajetos e ligações entre importantes pólos da cidade, nomeadamente no que trata aos equipamentos, serviços e locais de interesse turístico. As infraestruturas pedonais existentes estão, em muitos casos, subdimensionadas e apresentam muitas vezes as já referidas barreiras,

não existindo também um percurso pedonal de excelência, que dê condições de circulação e de atratividade para a promoção da circulação a pé dentro da cidade e ligando os principais pontos de interesse às áreas da cidade residenciais por excelência, nomeadamente às zonas residenciais da Charneca, de Flandes, da Sr^a de Belém e Caseirinhos, de Governos/Vinagres e de S. Cristóvão, assim como à Zona Industrial da Formiga, importante pólo gerador de emprego na cidade. Embora, segundo dados dos Censos 2011 (INE), cerca de 20% da população que reside e trabalha na freguesia de Pombal se desloque a pé nos seus movimentos pendulares, continua a ser difícil fomentar o hábito de circular a pé na cidade como primeira opção dos cidadãos, mesmo para a realização de pequenos trajetos.



Figura 16 – Principais zonas de geração / atração de viagens na cidade

Também dados dos Censos 2011 (INE) revelam que mais de 70% dos residentes na freguesia de Pombal trabalha na mesma freguesia. Destes, cerca de 70% deslocam-se em viatura própria nos seus movimentos pendulares casa-trabalho, e 85% demora menos de 15 minutos no mesmo trajeto. Com base nestes valores, conclui-se que a maior parte das viagens com origem e destino dentro da freguesia de Pombal, e extrapolando para o caso concreto da cidade, são potenciais alvos de transferência modal para a utilização dos modos suaves, por se tratarem de viagens curtas.

A.2 **Objetivos, definição da estratégia e identificação dos investimentos**

São objetivos gerais do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da CIM Região de Leiria os seguintes:

- Melhorar a integração do planeamento dos transportes com outros instrumentos de planeamento (ordenamento do território, ambientais, entre outros);
- Promover a acessibilidade a todos os cidadãos, em particular ao espaço público e aos transportes públicos;
- Fomentar a utilização dos transportes públicos através da melhoria da qualidade do serviço prestado, promovendo a intermodalidade, através da sua integração física, operacional e institucional, por modo a servir tanto as populações urbanas como as que habitam zonas de baixa densidade populacional;
- Reduzir os impactos dos transportes na saúde pública e na qualidade de vida dos cidadãos, privilegiando e promovendo modos de transportes mais saudáveis (modos suaves);
- Melhorar o desempenho ambiental e também económico dos sistema de transportes, procurando um equilíbrio entre o transporte eficaz de pessoas e bens e os respetivos custos económicos e ambientais, com vista à redução da poluição atmosférica, ruído, as emissões de gases com efeito de estufa e do consumo de energia;
- Reduzir a sinistralidade rodoviária;
- Analisar a necessidade de investimentos em infraestruturas a realizar a curto, médio e longo prazo como contributo à concretização dos objetivos propostos.

Com a elaboração e implementação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, espera-se que as medidas e respetivas ações/intervenções a realizar na área da mobilidade urbana sustentável contribuam para:

- A melhoria da eficiência e da eficácia do transporte de pessoas e bens;

- A promoção de uma harmoniosa transferência para modos suaves de transporte mais limpos e eficientes;
- A garantia de um sistema de acessibilidades e transporte mais inclusivo;
- A redução do impacto negativo do sistema de transportes sobre a saúde e a segurança dos cidadãos, em particular dos mais vulneráveis;
- A redução da poluição atmosférica, do ruído, das emissões de gases com efeito de estufa e do consumo de energia.

O PDM de Pombal, publicado em Diário da República sob o Aviso n.º 4945/2014, de 10 de abril, reflete também preocupações na área da mobilidade e acessibilidades, definindo algumas linhas de orientação e ações a desenvolver, entre as quais se destacam: (i) melhorar as condições de acessibilidade e mobilidade urbana numa ótica de sustentabilidade; (ii) melhorar, ampliar e otimizar a rede de transporte público urbano de passageiros; (iii) construção e beneficiação de passagens pedonais; (iv) implementar o uso de modos suaves no sistema de transportes; (v) desviar o tráfego de atravessamento do centro da cidade.

Baseado nos objetivos gerais e metas definidas para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da CIM Região de Leiria, no PDM, no Plano Local de Promoção da Acessibilidade – Programa RAMPA, no Plano de Mobilidade e Sustentabilidade de Pombal, no estudo de Mobilidade rodoviária da cidade de Pombal e Estudo de Implementação de Transportes Urbanos, foi definida uma estratégia de intervenção global para a cidade de Pombal, tendo em conta a prioridade de investimento (PI) 4.5, definindo ações no âmbito da mobilidade e acessibilidade urbana que tenham por base estratégias de baixo teor de carbono, assim como medidas de adaptação relevantes para a atenuação da emissão de gases com efeito de estufa. Neste sentido, foram definidas para a cidade de Pombal três grandes grupos de medidas a investir, sendo que cada uma delas compreende um conjunto de ações já em desenvolvimento ou a desenvolver, de modo a serem cumpridos os objetivos supracitados:

1. Incrementação e promoção dos modos suaves de transporte e do transporte coletivo;
2. Promoção do transporte público urbano – Pombus;
3. Eliminação e/ou atenuação das barreiras físicas existentes.

Estas ações enquadram-se também no Programa Operacional Regional do Centro – Centro 2020, nomeadamente no que diz respeito o Objetivo Temático (OT) 4 do Eixo 9.

1. Incrementação e promoção dos modos suaves de transporte e do transporte coletivo

Tendo em conta a sua pequena dimensão e características orográficas, de modo geral, pouco acidentadas, a cidade de Pombal afirma-se como um local privilegiado para a utilização dos modos suaves de transporte, nomeadamente no que diz respeito à circulação a pé e à utilização da bicicleta como meio de transporte de eleição.

De modo a fomentar a circulação a pé e ciclável na cidade de Pombal, é prioritário dotar esta de infraestruturas pedonais e cicláveis funcionais e atrativas para os utilizadores.

Foram então definidas ações concretas a promover, de modo a cumprir os objetivos definidos:

a) Criação de uma rede pedonal e ciclável de excelência no centro urbano da cidade, com ligação às suas principais zonas residenciais.

A estratégia geral para a cidade de Pombal neste âmbito é a requalificação e/ou construção de uma rede pedonal e ciclável robusta, atrativa e segura, que ligue os principais pontos de interesse da cidade, como sejam as escolas (Gualdim Pais, Escola secundária de Pombal, escola Básica Marquês de Pombal, escola básica Condes de Castelo Melhor, Escola Básica de Pombal, Jardim de Infância de Pombal, APEPI, Casa da Criança), a zona desportiva, a biblioteca, a central de camionagem, a estação de caminhos de ferro, o teatro cine, o hospital e centro de saúde, o tribunal, o mercado municipal, a zona do castelo, a praça Marquês de Pombal (repartição de finanças e museu) e o Largo do Cardal. A existência desta

rede irá permitir que facilmente todos os pontos de interesse da cidade sejam acedidos a pé ou de bicicleta, de um modo confortável e seguro para os utilizadores vulneráveis.

Do mesmo modo prevê-se, no âmbito da estratégia global para a cidade de Pombal, a ligação destas infraestruturas com as zonas residenciais da Charneca (a poente), de Flandres (a sul), da Sr^a de Belém, Caseirinhos, Governos/Vinagres e da urbanização de S. Cristóvão (a nascente). Para tal, é necessária uma futura requalificação do viaduto Guilherme Santos, para garantir a ligação à Charneca, assim como dos arruamentos de Governos/Vinagres, de modo a criar condições para a inclusão da ciclovia e de passeios funcionais. Por sua vez, a ligação à urbanização de S. Cristóvão será assegurada pela requalificação urbana da EN237 desclassificada, conferindo-lhe um carácter urbano, através da adoção de um perfil tipo que inclui ciclovia e passeios de dimensões generosas. Este importante eixo assume as ligações entre o centro urbano e estas zonas residenciais, sendo nesta ótica, objetivo promover a sua ligação à restante rede acima descrita, garantindo assim a continuidade e funcionalidade da mesma.

Figura 17 – Possível proposta de rede ciclável para a cidade



No âmbito desta candidatura e tendo em conta a estratégia global para a cidade, considera-se essencial a materialização de um projeto piloto que permita fomentar e avaliar a adesão da população à utilização dos modos suaves como principal meio de transporte. Este projeto, numa primeira fase, pretende efetivar a ligação entre a zona de interface modal às escolas do centro da cidade, com perspectiva de ligação desta à infraestrutura ciclável já existente na zona marginal ao rio Arunca e à atualmente em construção na EN237 desclassificada.



Figura 18 – Ciclovia marginal ao rio Arunca

b) Implementação de um sistema de bicicletas de uso partilhado (*bikesharing*) na cidade de Pombal.

O objetivo geral deste projeto é dotar o centro urbano da cidade de Pombal com um sistema de bicicletas de uso partilhado, com o intuito de: (i) promover os meios de transporte suaves; (ii) contribuir para a aquisição de hábitos de deslocação mais saudáveis e amigos do ambiente; (iii) fomentar a utilização das ciclovias da cidade construídas (corredor ribeirinho - parque do Açude e loteamento das cegonhas) e a construir; (iv) melhorar a qualidade do ar em ambiente urbano, à custa da redução de emissões de gases com efeito de estufa.

Figura 19 – Estação de bikesharing na cidade de Salerno, Itália (fonte: greenplanner magazine)



Este projeto consiste na instalação de um sistema de gestão, promoção e divulgação do uso do sistema de bicicletas partilhadas, com a disponibilização de bicicletas para a utilização pública, em locais pré-definidos e estrategicamente localizados constituindo parte integrante do transporte intermodal. Inclui as estações de bicicletas e estacionamentos com *slots*, as bicicletas, o sistema de gestão web em tempo real e os cartões de utilizador.

Este projeto prevê, na sua 1ª fase, dar uma resposta aos fluxos entre a zona desportiva, a central de camionagem e biblioteca, as escolas e a zona histórica, prevendo, no âmbito da estratégia global para a cidade, a localização de 4 estações de bicicletas no total (uma estação para cada uma das zonas mencionadas) e um total de 20 bicicletas convencionais.

c) Requalificação da zona de interface de transportes.

A zona onde se situa a estação de caminhos de ferro da REFER e a central de camionagem assume-se como um local privilegiado para assumir um carácter de zona de interface de transportes, provendo a utilização do transporte coletivo, quer ferroviário, quer rodoviário, e integrando também os modos suaves de transporte.

Considera-se, portanto, preponderante e urgente requalificar esta zona, tornando-a mais funcional, apelativa e indo de encontro às expectativas

dos utilizadores, tendo como objetivo principal a transferência modal de alguns utilizadores do transporte individual para o transporte coletivo, promovendo assim uma política de utilização de transportes ambientalmente mais sustentável.

Figura 20 – Zona do Interface de transportes



Para isso, considera-se necessário realizar as seguintes intervenções: (i) requalificação, remodelação e revitalização do edifício da central de camionagem, criando melhores condições para os utilizadores; (ii) demolição de edifícios em avançado estado de degradação na área de intervenção; (iii) requalificação do Largo Salgueiro Maia, contemplando uma zona de *Kiss & Ride* e um parque de estacionamento nas proximidades, de modo a permitir que os utilizadores possam deixar o seu veículo e utilizar o transporte coletivo; (iv) localização de uma estação de bicicletas nesta zona, assim como de estacionamento para bicicletas pessoais; (v) requalificação das passagens pedonais inferiores à linha de caminho de ferro e seus acessos, criando locais de atravessamento seguros, confortáveis e funcionais, que liguem as duas orlas da linha, dando funcionalidade à zona como zona de interface de transportes; (vi) requalificação da rua Alexandre Herculano e Largo 25 de Abril, de modo a garantir o fácil e seguro acesso ao Largo Salgueiro Maia e permitindo assim integrar nesta zona de interface de transportes a praça de táxis.

Figura 21 – Acesso a passagem pedonal inferior à linha de caminhos de ferro



Figura 22 – Rua Alexandre Herculano e Largo Salgueiro, Maia



Adicionalmente, prevê-se a substituição do atual sistema semafórico tradicional existente no Largo 25 de Abril por um sistema semafórico atuado, de modo a responder o melhor possível às condições de tráfego existentes neste local, permitindo assim uma maior fluidez e consequente redução de filas e emissões poluentes associadas, assim como um acesso mais seguro à zona da estação de caminho de ferro.

2. Promoção do transporte público urbano – Pombus

O transporte público urbano na cidade de Pombal, Pombus, existe desde 2008. Este serviço assegura as principais ligações dentro da cidade, assumindo também as funções de transporte escolar.



Figura 23 – Autocarro da Rede Pombus

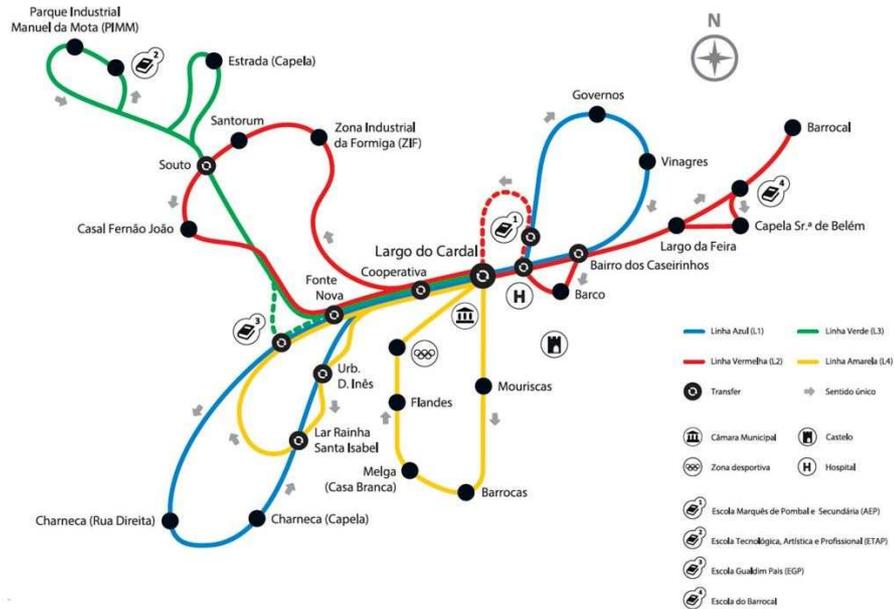
Para promover uma maior utilização do transporte público pelos cidadãos, foram definidas as seguintes ações:

a) Extensão da rede de transporte público urbano, Pombus, e otimização do seu funcionamento.

Este projeto pretende a extensão da rede de transporte público urbano a diversas localidades da freguesia de Pombal, assim como proceder à otimização do funcionamento deste serviço.

Com este projeto prevê-se aumentar a eficiência da rede de transporte urbano, Pombus, alavancada tanto no alargamento da rede a locais com procura deste modo de transporte, bem como no ajustamento de horários e percursos da rede existente, em função da mesma procura.

Figura 24 – Extensão da rede Pombus existente e criação de nova linha



b) Implementação de um sistema de informação ao utilizador em tempo real, na rede de transporte público urbano, Pombus.

Com este projeto pretende-se aumentar a eficácia e qualidade da informação aos utentes relativamente ao funcionamento da rede e condições de acessibilidade. Para isso é prevista a instalação de painéis informativos nas paragens de autocarro e a bordo destes, bem como a disponibilização ao utilizador, em tempo real, das condições de acessibilidade à rede, através da web móvel.

O objetivo geral deste projeto é, portanto, disponibilizar informação ao utilizador, em tempo real e em qualquer lugar, das condições de acessibilidade à rede. Para isso, pretende-se: (i) implementar um sistema de informação em web móvel; (ii) implementar 20 paragens informativas na rede; (iii) implementar painéis LCD de informação a bordo dos autocarros.

Figura 25 – Sistema de informação em tempo real: Paragem de autocarro em Barcelona, Espanha
(fonte: welcome-to-barcelona.com)



c) Criação de bolsas de estacionamento periféricas.

De modo a promover a utilização do transporte público em substituição do transporte individual, prevê-se a criação de bolsas de estacionamento periféricas, associadas a paragens do transporte coletivo. O objetivo desta ação é promover a utilização do transporte público quer no interior do tecido urbano da cidade, retirando assim grande parte do tráfego atualmente existente na cidade, quer nos movimentos intra e interconcelhios.

3. Eliminação e/ou atenuação das barreiras físicas existentes

Tal como foi já referido, a cidade de Pombal debate-se com problemas de mobilidade e acessibilidade que, em grande parte, são provenientes das barreiras físicas existentes, quer sejam elas naturais, como é o caso do rio Arunca, quer sejam barreiras artificiais como o atravessamento da cidade pela linha de caminho de ferro do norte e pelo IC2.

No entanto, a circulação pela cidade, tanto em modo motorizado como em modo suave, como andar a pé ou de bicicleta, é também fortemente condicionada pela infraestrutura oferecida, sendo que os problemas existentes a este nível são agravados quando se trata de pessoas com

mobilidade reduzida. Com o objetivo de colmatar este problema, a estratégia global para a cidade de Pombal passa por levar a cabo, concretamente, as seguintes ações:

a) Plano Local de Promoção da Acessibilidade – Programa RAMPA.

Ao longo dos últimos 2 anos o município de Pombal promoveu a execução do Plano Local de Promoção da Acessibilidade – Programa RAMPA, executado pela empresa MPT - Mobilidade e Planeamento do Território, Lda. Este plano permitiu identificar e localizar, de forma exaustiva, as principais barreiras existentes na área mais central da cidade de Pombal, e definir propostas de intervenção para colmatar os problemas identificados.



Figura 26 – Plano municipal de promoção da acessibilidade – Programa RAMPA

Foram, então, definidas três tipologias de intervenção: (i) obras de intervenção pontual, onde pela sua dimensão ou pela ligação a infraestruturas de água, eletricidade, gás ou telecomunicações, necessitam de pequenas empreitadas; (ii) realocização ou remoção de barreiras, contemplando situações onde as barreiras existentes poderão ser removidas de forma simples, usando os recursos do município, sem necessidade de obras; (iii) intervenções mistas, em situações que poderão necessitar de pequenas obras, mas sem grande intervenção de fundo; (iv) desenho urbano, quando se trate da ausência de passeios ou quando estes existem mas estão subdimensionados, resultando assim na necessidade de redefinição dos perfis de alguns eixos rodoviários, tendo sido, para o

efeito, propostos cinco perfis tipo a implementar no âmbito do Plano Local.

O plano definiu 33 tipos de barreiras: abrigo de transportes públicos; contentor do lixo; marco do correio; MUPI; quiosque; bandeira; bola, prumo ou meco; caldeira de árvore; cicloparque; estacionamento abusivo no passeio; floreira; gradeamento; gradeamento com publicidade; iluminação de frestas e romarias; obra ou tapume; obstáculo comercial; papeleira; placa toponímica; poste ou floreira; sinal de trânsito; armário (EDP, gás, etc.); árvore; boca de incêndio; cabina telefónica; candeeiro de iluminação pública; degrau, escada ou rampa; parquímetro; passadeira (ausência ou pintura degradada); passadeira a terminar em estacionamento; passadeira mal dimensionada; pavimento degradado; rebaixamento do passeio; e semáforo.

A eliminação das barreiras identificadas, associada a uma rede pedonal e ciclável funcional, já definida anteriormente como uma ação a executar, permitirão a fácil, cómoda e segura circulação na cidade de Pombal por parte dos utilizadores mais vulneráveis.

Adicionalmente, a utilização e pontuais requalificações nas passagens pedonais inferiores à linha de caminho de ferro, serão uma mais valia para vencer esta barreira em termos de acessibilidade e mobilidade dentro da cidade, assim como a requalificação do viaduto Guilherme Santos no que respeita ao IC2 (EN1), já prevista e referida anteriormente como uma ação a executar.

b) Passagem rodoviária inferior à linha de caminho de ferro.

Como já referido e caracterizado anteriormente, a cidade de Pombal confronta-se com um preocupante problema de gestão de tráfego na sua área central e estruturante, em particular na avenida Heróis do Ultramar, Largo 25 de Abril e Largo do Cardal, quer no que diz respeito à segurança, quer no que toca aos níveis de ruído e emissões de gases poluentes e com efeito de estufa.

A falta de alternativa a este corredor no atravessamento da cidade, devido à existência da linha de caminho de ferro, leva a que exista um grande

volume de tráfego neste eixo principal, criando congestionamentos que, conseqüentemente, conduzem a uma maior poluição ambiental, a elevados níveis de ruído e a inúmeros pontos de conflito, criando graves problemas de segurança, principalmente no que diz respeito aos utilizadores vulneráveis. De referir ainda que estes problemas ocorrem numa das zonas nobres da cidade, o Largo do Cardal.

É, portanto, intenção do município criar condições para colmatar os níveis de tráfego de atravessamento nesta zona da cidade, canalizando-o para um local que ofereça condições de maior fluidez e segurança, criando assim condições para que o Largo do Cardal seja uma zona de segura e de saudável vivência urbana.

A solução para este problema passa por dotar a rede da cidade com uma nova passagem inferior rodoviária, que ligue a urbanização das cegonhas (lado poente da linha de caminho de ferro) à zona do quartel dos bombeiros voluntários (parte nascente da linha de caminho de ferro). Esta nova infraestrutura permitirá oferecer uma alternativa viável e apelativa ao tráfego motorizado para vencer esta barreira, diminuindo, deste modo, os níveis de tráfego na zona do Largo do Cardal e avenida Heróis do Ultramar, favorecendo a sua pedonalização e vivência urbana.

Figura 27 – Local da futura passagem rodoviária inferior à linha de caminho de ferro



A.2.1 Investimentos e financiamento

Para as ações descritas anteriormente, resume-se na tabela seguinte o financiamento necessário para cada intervenção a realizar, assim como as fontes de financiamento das mesmas.

Intervenções Públicas candidatas no âmbito do PEDU

	Intervenções	Valor Global	FEDER (85%)	Município (15%)
1.a	Criação de uma rede pedonal e ciclável de excelência no centro da cidade – projeto piloto	127.200,00 €	108.120,00 €	19.080,00 €
1.b	Implementação de um sistema de bicicletas de uso partilhado (<i>bikesharing</i>) na cidade – promoção e divulgação	61.500,00 €	52.275,00 €	9.225,00 €
1.c	Requalificação da zona de interface de transportes – requalificação da central de camionagem e espaço envolvente, do Largo Salgueiro Maia, da rua Alexandre Herculano e largo 25 de Abril, construção de parque de estacionamento junta à Estação da REFER	742.000,00 €	630.700,00 €	111.300,00 €
2.a	Extensão da rede de transporte público urbano, Pobus, e otimização do seu funcionamento – realização da ampliação da rede	159.000,00 €	135.150,00 €	23.850,00 €
2.b	Implementação de um sistema de informação ao utilizador em tempo real, na rede de transporte público urbano, Pombus – sistema de informação web; 20 paragens informativas na rede; painéis LCD de informação dentro dos autocarros	405.900,00 €	345.015,00 €	60.885,00 €
2.c	Criação de bolsas de estacionamento periféricas	318.000,00 €	270.300,00 €	47.700,00 €
TOTAL		1.813.600,00 €	1.541.560,00 €	272.040,00 €

Quadro 1 – Investimento financeiro associado às intervenções candidatas ao fundo FEDER no âmbito da mobilidade urbana

Intervenções Públicas complementares

	Intervenções	Valor Global
1.d	Rede completa que interligue as principais zonas residenciais e equipamentos da cidade.	487.800,00€
1.f	Requalificação da Zona Governos/Vinagres	2.650.000,00€
1.g	Requalificação urbana da EN237	2.997.680,00€
1.h	Requalificação do jardim do Vale e do jardim das Oliveiras	181.500,00€
3.a	Plano Local de Promoção da Acessibilidade - Programa RAMPA: Eliminação das barreiras à mobilidade e acessibilidade na cidade de Pombal	490.000,00€
3.b	Construção da passagem rodoviária inferior à linha de caminho de ferro	2.000.000,00€
TOTAL		8.806.980,00 €

Quadro 2 – Investimento financeiro associado às intervenções complementares no âmbito da mobilidade urbana

- Investimento Total: 10.620.580,00€ - FEDER: 1.541.560,00€

A.3 Metas de realização e de resultados

As metas de realização e de resultados, para o ano horizonte 2023, são as seguintes:

Intervenção	Indicador de Resultado	Indicador de Realização
1.a – Criação de uma rede pedonal e ciclável de excelência no centro da cidade – projeto piloto		2 km de ciclovia
1.b – Implementação de um sistema de bicicletas de uso partilhado (<i>bikesharing</i>) na cidade – promoção e divulgação		4 cicloparques
1.c – Requalificação da zona de interface de transportes – requalificação da central de camionagem e espaço envolvente, do Largo Salgueiro Maia, da rua Alexandre Herculano e largo 25 de Abril, construção de parque de estacionamento junta à Estação da REFER	Redução do nível de emissões de CO2, tendo como meta definida para a comunidade intermunicipal da Região de Leiria em 2020, uma redução destes valores em 1%.	15500 m ²
2.a – Extensão da rede de transporte público urbano, Pobus, e otimização do seu funcionamento – realização da ampliação da rede		18,25 km
2.b – Implementação de um sistema de informação ao utilizador em tempo real, na rede de transporte público urbano, Pombus – sistema de informação web; 20 paragens informativas na rede; painéis LCD de informação dentro dos autocarros		20 paragens informativas
2.c – Criação de bolsas de estacionamento periféricas		150 lugares de estacionamento

Quadro 3 – Metas de realização e de resultados associado às intervenções candidatas ao fundo FEDER no âmbito da mobilidade urbana Programa RAMPA

B. Plano de Ação de Regeneração Urbana

A cidade de Pombal, nos últimos anos, tem vindo a sofrer a mais importante alteração urbanística que conheceu, em consequência da implementação de um conjunto de políticas de regeneração e revitalização urbana, com particular incidência na área do centro histórico da cidade.

Estas políticas, alavancadas em grande parte pela contratualização com o "Mais Centro", no âmbito das "Parcerias para a Regeneração Urbana" (PRU) proporcionaram um conjunto muito significativo de intervenções, cujo investimento ascendeu a mais de 8 milhões de euros, em cerca de 3 anos, remetendo a cidade para um novo patamar de qualidade, exigência, ambição e modernidade.

Este programa fomentou o “rejuvenescimento” do Centro Histórico de Pombal com a requalificação de equipamentos e de espaços públicos, tornando-os modernos, activos, duráveis e convidativos.



Figura 28 –
 Requalificação da praça
 velha no centro histórico

Numa óptica de continuidade, o município aprovou a delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Zona Central da Cidade de Pombal, iniciando uma nova fase, com o intuito de fomentar a recuperação do parque edificado, para a revitalização do comércio tradicional, para a captação de

novas atividades económicas, e para o “rehabitar” do centro urbano, tornando a cidade mais Amigável e Atrativa.

Complementarmente, e face ao novo quadro comunitário de apoio 2014-2020, em particular ao Centro 2020, cujo eixo 9 estabelece como uma das grandes tipologias de intervenção a requalificação urbana dos centros de nível superior do sistema urbano da região, onde se inclui Pombal, elaborou-se o presente Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), que complementa o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano para a Cidade de Pombal (PEDU), e cujas principais componentes integram este último, em sede de candidatura ao Programa Operacional Regional.

Este instrumento, visa deste modo, sistematizar a estratégia delineada para a cidade em matéria de regeneração urbana, identificando os principais objetivos a alcançar, os vários actores a envolver, o território a intervir, as ações e investimentos a desenvolver, bem como a identificação das realizações e resultados esperados face às metas traçadas.

B.1 Enquadramento

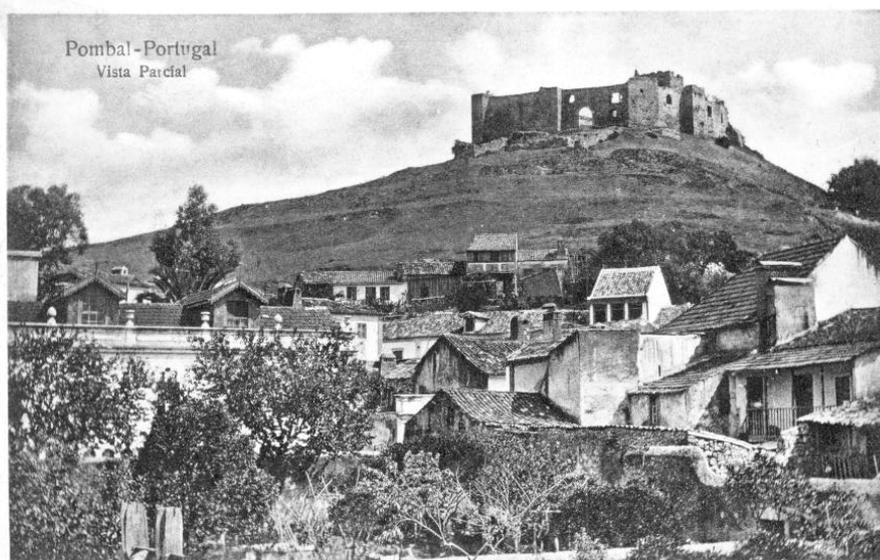


Figura 29 – Vista para o Castelo de Pombal

B.1.1 Enquadramento histórico

Pombal é terra de história, de lendas e de gente ilustre.

A descoberta de moedas romanas na zona do Castelo, confirma a presença dos romanos em Pombal, no entanto, a primeira fixação demográfica na área de Pombal remonta ao período neolítico, apesar de não ser possível determinar o local exacto do sedentarismo inicial.

Certo é, que no início do século XII, os Templários passaram pela região tendo encontrado em 1126 uma povoação no lugar de Chões, hoje desaparecida. Esta terra deserta entre Coimbra e Leiria, situava-se na fronteira das batalhas contra os sarracenos, e por esse motivo foi aqui erigida, por volta de 1147, uma fortaleza militar.

Gualdim Pais, mestre da Ordem dos Templários, concede foral a Ega em 1131, depois a Redinha em 1159, e por fim a Pombal em 1174, renovado posteriormente no ano de 1176. A acrescentar aos dois forais, D. Gualdim Pais concede também a Pombal, em 1181, uma carta de privilégios.

Em 1509 D. Manuel passou por Pombal, e admirado com a povoação, ordenou a recuperação do Castelo e a abertura de uma porta, voltada para a vila, ficando o seu interior a servir de residência ao alcaide-mor da vila, Conde de Castelo-Melhor. Por cima dessa porta, foram colocadas as armas da vila de Pombal, à qual revogou antigos privilégios concedendo-lhe foral novo, datado de 1 de Junho de 1512.



Figura 30 – Praça Velha no centro histórico

No entanto, deve-se ao Marquês de Pombal, que aqui viveu entre 1777 e 1782, a ordenação da parte baixa da vila, actualmente denominado de Centro Histórico, mandando construir na Praça Velha, a cadeia (atual museu Marquês de Pombal) e o celeiro (atual Centro Cultural e Museu de Arte Popular Portuguesa).

Na última década do século XVIII, a estrada real foi desviada para o interior de Pombal, tendo sido construída uma ponte sobre o rio Arunca (ponte D. Maria), numa obra dirigida pelo coronel-engenheiro Joaquim de Oliveira, que na sua continuidade a poente, realizou uma alameda arborizada até à frente do Emporão, dando à vila e a toda a região um novo incremento.

Estas condições excelentes para o desenvolvimento da região, vêm a ser travadas pelas invasões francesas. Em 1811 as tropas comandadas pelo general Massena, saquearam e incendiaram toda a povoação, circunstância que, completada pela mortandade da cólera-morbus ocorrida em 1833, transformou Pombal numa localidade abandonada.

A estrada real ficou totalmente desmantelada e intransitável, mas os governantes não mostraram qualquer interesse em mandar fazer reparações, preferindo desenvolver as carreiras marítimas com barcos a vapor, entre as cidades de Lisboa e Porto, o que concorreu para o isolamento total da vila com o resto do país. Esta situação só será ultrapassada em 1855, após a construção da via-férrea, permitindo estabelecer comunicação rápida e fácil com os principais centros urbanos de Portugal.

Com a renovação urbana, ocorrida na segunda metade do século XX, e a construção de modernas vias de comunicação, tudo mudou. Tirando partido da sua localização invejável, novas indústrias começaram a implantar-se em Pombal, a construção civil floresceu e os estabelecimentos de comércio e serviços proliferaram, tornando a cidade numa das mais prósperas do distrito de Leiria, e dando ao concelho um desenvolvimento único na região centro do país.

B.1.2 Enquadramento Territorial e Morfotipológico da Cidade

A cidade de Pombal, enquanto sede de freguesia e de concelho, assume-se como principal aglomerado urbano, aglutinador e polarizador da restante rede urbana.

Beneficiando de excelentes acessibilidades, que asseguram as ligações Norte/Sul do país, como sejam o IP1 (A1), IC2 (EN1), e o Litoral/Interior, nomeadamente o IC8, Pombal assume-se, naturalmente, como principal aglomerado urbano do concelho, não só pela sua localização, pela sua dimensão territorial, 1055,45ha, mas também pelas funções marcadamente urbanas que encerra.

Com uma população de 12075 habitantes, segundo os Censos 2011, uma densidade populacional de 1144hab/km², uma taxa de infraestruturção elevada, um elevado número de equipamentos coletivos, alguns dos quais com uma área de influência concelhia, de que são exemplo o conjunto de escolas e o hospital distrital, assim como, uma elevada dinâmica económica, sendo neste âmbito de destacar a forte presença da atividade industrial, nomeadamente a Zona Industrial da Formiga, comercial e de serviços, Pombal, apresenta-se como pólo de desenvolvimento demográfico, social e económico, capaz de fixar não só população, mas também actividades económicas, fomentando, desta forma, uma forte dinâmica edificatória e potenciando a melhoria da qualidade de vida da sua população residente.



Figura 31 – Edifício dos Paços do Concelho

Do ponto de vista morfotopológico, Pombal apresenta um povoamento do tipo concentrado nucleado, sendo pautado pela presença de barreiras físicas importantes, como sejam, a EN1/IC2, o rio Arunca, a linha de caminho de ferro do Norte, com estação na zona central da cidade e a EN237 a Nascente. Neste contexto, a forma e limites do desenho urbano da cidade de Pombal desenvolveram-se e balizaram-se a partir destas barreiras.

Na margem direita do rio Arunca, a cidade é estruturada a partir do seu Centro Histórico, situado no sopé do Castelo do lado Poente, estruturado em torno da Praça Marquês de Pombal, no qual se encontra o edificado mais antigo e tradicional do burgo, com 2 e 3 pisos, dispostos em banda, à face dos arruamentos, com elevado grau de consolidação. É composto também por património classificado e de interesse arquitectónico, tais como a Igreja matriz, a Torre do Relógio Velho, o antigo Celeiro do Marquês de Pombal (adaptado a Centro Cultural), a Cadeia Pombalina (actual Museu Municipal Marquês de Pombal), a Casa Arte Nova, e a Casa Agorreta , formando um conjunto edificado de qualidade arquitectónica diferenciada.



Figura 32 – Praça Marquês de Pombal

Adjacente ao centro histórico surge o **centro cívico** em torno do Largo do Cardal e do Largo 25 de Abril, onde se localiza o edifício dos Paços do Concelho, o Convento do Cardal, a Polícia de Segurança Pública, o edifício

dos Correios, o Tribunal, o jardim municipal e um conjunto edificado onde predominam o comércio e os serviços.

Para Norte, e marginalmente à linha de caminho de ferro, desenvolve-se outro núcleo antigo da cidade, a **Várzea**, estruturado em torno do Largo da República (Jardim da Várzea) e do Largo do Cinema. Originalmente, caracterizava-se pela presença de um edificado com 1 e 2 pisos, mas que com o processo de renovação que tem vindo a sofrer ao longo dos tempos, resultou um tecido edificado disposto em banda, onde predominam os 3 e 4 pisos, ocorrendo, para além da função residencial, a função comercial e de serviços.



Figura 33 – Largo do Cinema

Na margem esquerda do rio Arunca, a poente do centro histórico, a ocupação urbana desenvolveu-se ao longo da antiga estrada nacional, hoje, rua de Leiria, numa malha recticular, dando origem ao denominado **Bairro Agorreta**, cujo edificado inicialmente disposto em banda com 2 pisos, tem vindo a dar lugar a bandas edificadas com 4 pisos, organizadas em quarteirões regulares, predominando a função residencial.

A Sul do Centro Histórico, com início no Largo São Sebastião desenvolve-se a rua de Albergaria dos Doze que é composta por um edificado na sua maioria de 3 e 4 pisos, apresentando o uso residencial como dominante.

A partir do Largo 25 de Abril, a poente do centro cívico, desenvolve-se para Nascente a **Av. Heróis do Ultramar**, principal eixo urbano da cidade, com perfis transversais de dimensões generosas, em torno do qual se dispõe um tecido edificado em banda maioritariamente com 4 pisos, onde predominam as funções, residencial e terciária. Ao longo da avenida surgem alguns equipamentos como o Hospital Distrital, o Centro de Saúde, o Tribunal e a Escola EB1 Conde Castelo Melhor.



Figura 34 – Largo do 25 de Abril e Avenida Heróis do Ultramar

Numa posição periférica à área mais urbana da cidade, desenvolvem-se várias zonas de baixa densidade edificatória, que aquando da elevação de Pombal a cidade, foram integradas no seu perímetro urbano, de que são exemplo os lugares de **Caseirinhos e Barrocal** a Nascente, e o **Casal Fernão João** e a **Charneca** a Poente.

Detêm um carácter essencialmente residencial, onde predomina a habitação unifamiliar isolada, com 1 e 2 pisos, assente numa malha viária irregular, com excepção de alguns pedaços do território construídos a partir de loteamentos urbanos onde surge uma malha urbana já estruturada.

Por último, importa mencionar que uma parte significativa do território da cidade é ocupada pela **zona industrial da Formiga**. Situada na margem esquerda do rio Arunca, a Norte da cidade e delimitada a Nascente pela EN1/IC2 e a Poente pela EN237 (desclassificada), caracteriza-se pelo predomínio da pequena e média indústria e armazenagem.

B.2 Área de intervenção

Em setembro de 2014, a Câmara Municipal de Pombal aprovou a delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Zona Central da Cidade de Pombal, que pretende implementar políticas de promoção de reabilitação urbana, através de incentivos à regeneração e conservação de edifícios e da valorização e qualificação do espaço público, bem como, da revitalização do centro histórico da cidade.

Após um ano de vigência da delimitação da Área de Reabilitação Urbana, e com o decorrer dos trabalhos subsequentes à Operação de Reabilitação Urbana (ORU) para esta área, constatou-se que a delimitação aprovada, não incluiu áreas contíguas, fundamentais para a regeneração e revitalização do centro da cidade.

Neste contexto, em setembro de 2015, a Câmara elabora a 1ª alteração à delimitação da ARU da Zona Central da Cidade de Pombal, que incorporou áreas contíguas e inclusive até contidas entre os limites da ARU aprovada, fundamentais para reforçar a homogeneidade dos limites da ARU, visto estas, serem zonas adjacentes ao rio Arunca, e portanto localizadas no coração da cidade, com o qual detêm relações de complementaridade.

Acresce que para estas áreas estão previstas ações de requalificação, em particular nos equipamentos e espaços públicos, que ao adquirirem condições de atratividade e de fruição, se assumem como alavanca para incentivar os particulares a reabilitar as edificações confinantes.

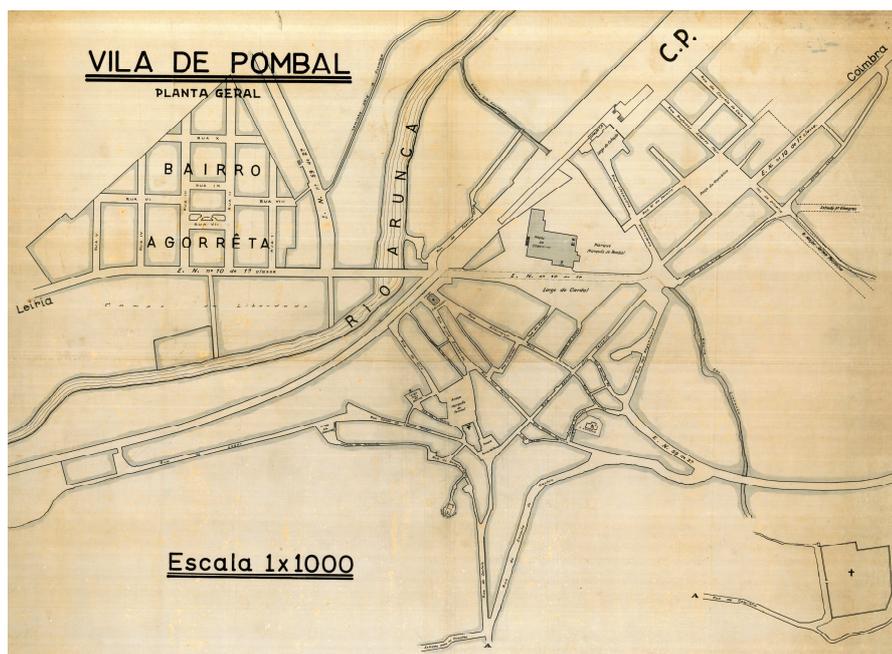


Figura 35 – Génese da cidade de Pombal

A delimitação da ARU da zona central da cidade de Pombal, bem como, a área de intervenção deste plano, perfazem uma área de 54,30 hectares, abrangendo as zonas urbanas mais antigas que estiveram na génese da urbe, nomeadamente, o Centro Histórico, a Várzea, o Bairro Agorreta, as zonas ribeirinhas, e as primeiras expansões urbanas a sul e a nascente da cidade, conforme visível na imagem seguinte.

Assim, e numa óptica de continuidade, faz todo o sentido, a área de incidência deste plano de ação corresponder a Área de Reabilitação Urbana da Zona Central de Pombal que abarca então, o centro da cidade, bem como, as zonas ribeirinhas do Rio Arunca.

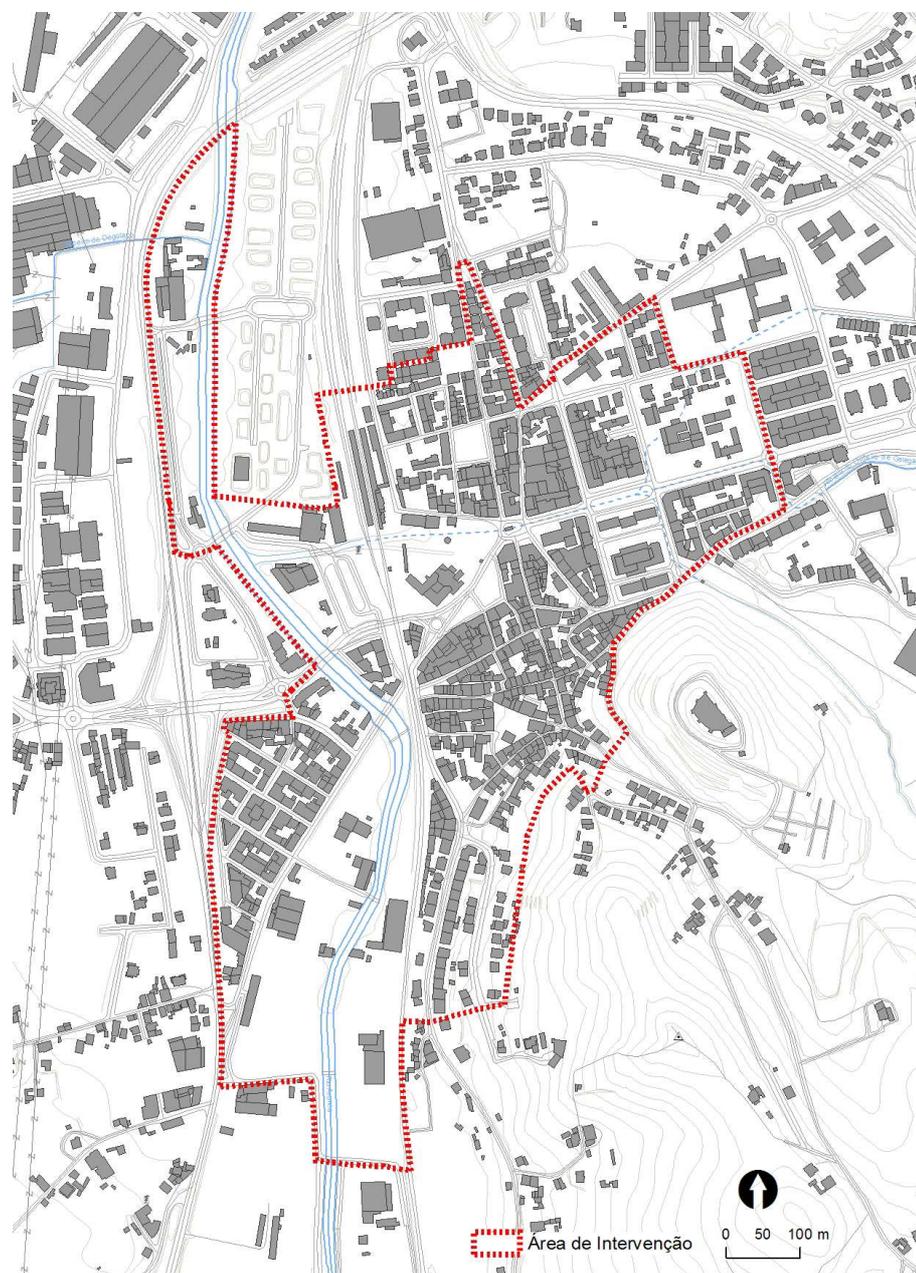


Figura 36 – Planta da área de intervenção

B.2.1 Diagnóstico

Nas últimas décadas, o ordenamento do Território tem-se pautado por um crescimento territorial difuso, permitindo uma fixação das populações ao longo de eixos urbanos ou rodoviários, e sempre numa lógica de construção da habitação em detrimento do espaço público. Esta prática, quase assumida como modelo urbano, originou cidades consolidadas abandonadas, periferias sem estrutura urbana consistente e modelos arquitetónicos e urbanos alastrantes. Esta prática urbana tem provocado o abandono dos centros urbanos permitindo um modelo de ocupação territorial difuso, um crescimento das periferias de forma desqualificada, uma perda de identidade das comunidades e sobretudo a capacidade de se afirmarem como centros urbanos de excelência, fator decisivo para a competitividade económica de uma cidade.

Pombal não foge a regra e tem-se debatido com os problemas referidos.

Neste contexto, é de salientar que a 1ª Revisão do PDM de Pombal, em vigor desde Abril de 2014, assume uma clara estratégia de consolidação dos aglomerados urbanos em detrimento da dispersão. Assim, e em consonância com a visão assumida no PDM, é imprescindível o Centro de Pombal assumir liderança política, cultural, económica e estratégica numa cidade que alastrou os seus limites nas últimas décadas.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> – Menor taxa de analfabetismo; – Maiores habilitações e qualificações da população empregada e jovem; – Aumento da população empregue no setor terciário; – Apoio à população com necessidades especiais; – Mais valorização, oferta e dinamização cultural; – Equipamentos de saúde de qualidade; – Valências desportivas; – Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU) no centro histórico da cidade; – Património classificado e referenciado; – Forte presença do comércio tradicional de proximidade; – Cidade segura, com reduzida taxa de criminalidade; – Incremento dos parques verdes públicos de recreio e lazer; – Aposta no turismo e produtos endógenos; – Transporte Público Urbano; – Planos de mobilidade e acessibilidade; – Atratividade crescente da cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> – Existência de relevantes barreiras físicas (linha de caminho de ferro, IC2 e rio Arunca); – Existência de barreiras arquitetónicas ao nível do espaço público e edificado a pessoas com mobilidade reduzida; – Inexistência de percursos adequados aos novos padrões de mobilidade; – Problemas de degradação urbana e de desertificação populacional e funcional em algumas áreas do centro urbano da cidade; – Degradação de alguns edifícios de valor cultural e patrimonial; – Inexistência de um sistema de monitorização da rede viária municipal; – Desqualificação do espaço público e de recreio e lazer nalgumas áreas da cidade; – Desarticulação e ineficiência do sistema de transportes públicos (rodoviário/ferroviário); – Fraca utilização dos produtos locais de origem certificada, pelos agentes turísticos, restauração e pontos de venda.

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> – Boas acessibilidades, promovendo investimento e fixação da população; – Existência de recursos humanos qualificados em áreas especializadas; – Aumento da taxa de atividade fruto da capacidade em atrair/fixar população ativa e entrada de mão-de-obra especializada; – Estratégia de atração de empresas de médio e elevado nível tecnológico; – Valorização do Património Arquitetónico no âmbito da atividade turística e cultural; – Desenvolvimento do setor terciário (hotelaria, restauração, serviços e comércio); – Aposta em novas formas de turismo: turismo de negócios, turismo sénior, etc.; – Condições favoráveis ao envelhecimento ativo da população; – Reorganização de respostas sociais, considerando as perspetivas de evolução da geografia humana da cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> – Elevado custo da habitação, que poderá reduzir a fixação de população; – Forte atração exercida por parte de outros concelhos sobre os recursos humanos mais jovens e qualificados do município; – Forte oferta comercial ao nível de grandes superfícies em concelhos limítrofes; – Falta de iniciativa e de investimento por parte dos privados; – Conjuntura económica desfavorável.

De acordo com análise SWOT, são evidentes as imensas potencialidades de afirmação de Pombal no sentido de garantir um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Este crescimento terá que ter por base modelos urbanos coesos e habitados, onde impere a convergência humana e de serviços. O Município tem essa consciência, e por isso a sua aposta na reabilitação e revitalização da sua estrutura urbana mais antiga, ou seja, da zona central da cidade.

De realçar, que apesar de Pombal, ser um importante centro industrial com atracção profissional, este não tem conseguido estabelecer uma atratividade forte, devido à falta de padrões de qualidade ao nível do espaço público e do edificado, e fruto também, do sistema de povoamento difuso não auxiliar a concentração de equipamentos e actividades económicas. Como tal, estas ações do passado não contribuem para o fomento de uma urbe concentrada e geradora de proximidades e culturas urbanas.

Assim, a cidade precisa de se dotar com equipamentos e espaços públicos ajustados, modernos e ativos, duráveis e convidativos onde as dimensões habitacionais e económicas sejam partes fundamentais desta urbanidade.

B.2.2 Anteriores intervenções

O município de Pombal tem desenvolvido uma atuação sustentada e sistemática de reabilitação do centro de Pombal, materializada por várias intervenções, com especial ênfase para o programa Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU) que consiste num programa ambicioso de remodelação urbana numa escala mais abrangente desta área da cidade.

No entanto, e ainda antes deste programa, existiam já algumas intervenções na zona central da cidade, sendo objetivo do município devolver ao local intervencionado a identidade que se estava a perder, apelando para uma nova vivência urbana, uma nova utilização e valorização comercial, social e habitacional. Posto isto, são seguidamente enumerados os locais alvo de intervenção pelo município antes de efetivar o Programa para a Regeneração Urbana:

1. Celeiro do Marquês

Situados na Praça Marquês de Pombal, estes dois edifícios foram recuperados, onde funcionam atualmente o espólio de artesanato popular e a Sala Nobre do Concelho.



Figura 37 – Museu de Arte Popular (antigo Celeiro)

2. Antiga Igreja da Misericórdia e Casa de Despacho

Associado ao Celeiro do Marquês, estes edifícios foram recuperados construindo-se aqui o Centro Cultural onde se realizam pequenas manifestações culturais e existe um espaço polivalente que tem funcionado como espaço Internet, espaço juventude e centro para a divulgação de novas tecnologias.

3. Antiga Cadeia

O edifício da antiga cadeia foi também alvo de intervenção profunda, sendo atualmente as instalações do Museu do Marquês de Pombal.



Figura 38 – Museu Marquês de Pombal (antiga Cadeia)

4. Praça Marquês de Pombal

As intervenções efetuadas nos edifícios descritos anteriormente e situados na Praça Marquês de Pombal, levaram a que fosse também urgente a requalificação da própria praça. Esta foi então alvo de uma importante reabilitação, sendo também construído neste local o Arquivo Municipal.

5. Margens do rio Arunca

As margens do rio Arunca sofreram intervenções diversas, com o objetivo de, no seguimento da requalificação do centro histórico, criar um espaço urbano de qualidade, onde a vivência urbana vá crescendo. As piscinas municipais, o complexo dos campos de ténis, o tratamento paisagístico da margem direita do Arunca, assim como a Biblioteca Municipal são alguns exemplos de intervenções.

No que diz respeito ao programa **Parcerias para a Regeneração Urbana** (PRU), a área de intervenção é, essencialmente, composta pelo Centro Histórico da cidade de Pombal, sendo o programa de ação composto pelas seguintes intervenções:

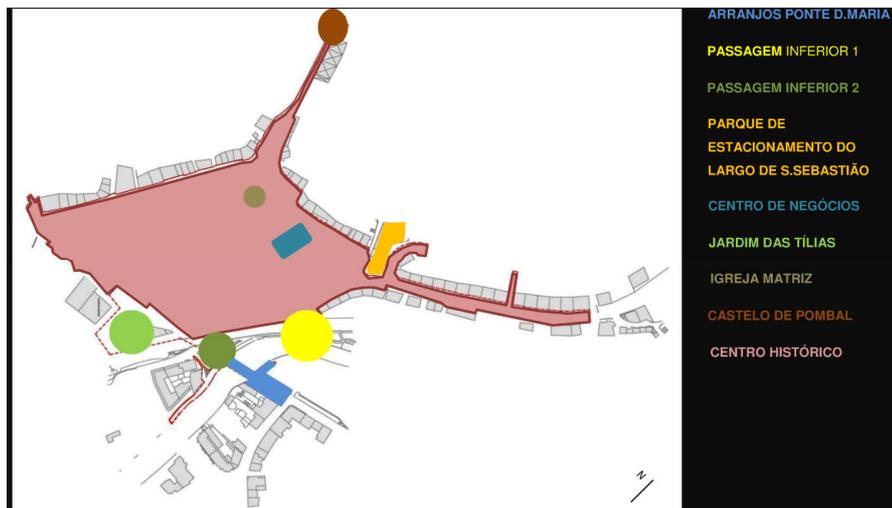


Figura 39 – Parcerias para a Regeneração Urbana

1. Requalificação e reestruturação da área histórica de Pombal

Esta intervenção é a base de todo o plano de ação, englobando a reestruturação da rede elétrica, a reformulação das redes de saneamento e águas pluviais, reformulação das redes de telecomunicações, lançamento de rede de gás natural e reestruturação global dos pavimentos, respondendo assim às orientações da legislação sobre a mobilidade.

A área de intervenção é composta pelo Largo do Cardal, rua Dr. António José Teixeira, rua Conde de Castelo Melhor, rua de Albergaria dos Doze e Largo 5 de Outubro.

2. Passagens pedonais inferiores à linha férrea

A construção de novas passagens pedonais inferiores à Linha do Norte assegura uma adequada articulação entre a zona do rio Arunca e o Centro Histórico.

3. Jardim das Tílias

Reformulação paisagística de um pequeno espaço verde junto a linha férrea.

4. Valorização paisagística do Castelo de Pombal e área envolvente

A requalificação da zona do Castelo de Pombal e da sua área envolvente representou uma importante intervenção na cidade, valorizando esta zona da cidade e o seu carácter histórico.



Figura 40 – Castelo de Pombal

5. Recuperação da ponte D. Maria

Para além da recuperação patrimonial, esta intervenção criou condições para permitir a passagem de bicicletas, interligando com a ciclovia existente ao longo da margem do rio Arunca.

Figura 41 – Ponte D. Maria



6. Intervenção no largo S. Sebastião

A intervenção neste local resolveu imensas questões relacionadas com o desenho urbano, com problemas de estacionamento, dando respostas a um conjunto de funções relacionadas com a atividade comercial e habitacional.

7. Centro de Negócios

A recuperação de dois edifícios junto ao Museu Marquês de Pombal permitiu a criação de condições para que o Centro Histórico possua, também, um edifício em condições para receber empresas ou organismos estatais que aqui se queiram instalar.

8. Reabilitação e conservação da Igreja Matriz

Foram realizadas obras gerais de reabilitação e conservação na Igreja Matriz. Estas obras incidiram na impermeabilização da cobertura com limpeza da telha, substituição de cantarias degradadas e lavagem de outras, colocação de sistema de dissuasão de pombos e pinturas gerais.

9. Projetos de animação de parceria e eventos

B.3 Estratégia

As cidades são a chave para o desenvolvimento sustentável (Cities of Tomorrow, European Commission, Directorate General of Regional Policy), desempenhando um papel basilar no desenvolvimento da economia, funcionando como centros de criatividade e inovação, com elevada disponibilidade de serviços e como lugar de conectividade entre as áreas com ela circundantes.

O presente PARU encontra-se alinhada com a EIDT da Região de Leiria, o quadro estratégico da EE2020, Portugal 2020 e Centro2020, sendo neste contexto uma das suas áreas de intervenção prioritárias, procurando promover o Desenvolvimento urbano, nomeadamente por via de estratégias de regeneração e revitalização urbanas (EIDT), protegendo o ambiente e promovendo a eficiência dos recursos (Centro2020 - OT6), adoptando medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, a reduzir a poluição do ar e as emissões de ruído.

Devolver o dinamismo económico e social aos centros urbanos e concomitantemente contribuir para a promoção da mobilidade sustentável é o mote inicial para a delimitação dos 5 objetivos estratégicos preceituados no presente PARU e explanados de seguida.

B.3.1 Objetivos estratégicos

O plano de Ação de regeneração urbana “Pombal, cidade atrativa”, assenta numa visão estratégica para a Requalificação e Revitalização da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da zona central de Pombal.

Essa visão traduz-se num conjunto de objetivos estratégicos centrados em domínios fundamentais para uma cidade mais atrativa e ativa, através da implementação de medidas de regeneração e vitalização urbana com intervenção em aspetos físicos, sociais, económicos e ambientais, proporcionando uma melhoria da qualidade de vida da população.

Neste contexto, os objetivos estratégicos e medidas a desenvolver passam pela;

- **Reabilitação e conservação do edificado**, combatendo o elevado número de edifícios degradados, fomentando o alojamento e o arrendamento;
- **Valorização do espaço público e mobilidade**, enquanto elemento fulcral de urbanidade e de ambiente urbano de qualidade;
- **Dinamização de serviços e potenciação dos equipamentos**, procurando manter e valorizar as funções instaladas, assim como, introduzir novas funções que assegurem uma maior e mais diversificada oferta e que aumentem a capacidade para atração de pessoas, bens e investimentos;
- **Promoção do centro histórico e salvaguarda do património**, através da implementação de uma estratégia de marketing, valorizando o potencial patrimonial, cultural e lúdico do centro histórico;
- **Revitalização do tecido económico**, estimulando o “comércio de rua”, as actividades económicas e o empreendedorismo jovem.

São estes objetivos que, intervindo nas vocações que diferenciam e potenciam este território, permitirão criar uma cidade com qualidade de vida, oferecendo condições favoráveis para a promoção da atividade económica e a criação de emprego, através da implementação de projetos estruturantes, conforme pontos seguintes.

1. Reabilitação e conservação do edificado.

Trata-se de uma área prioritária a intervir, quer pelo número de edifícios em estado de degradação, quer pela perda populacional e económica registada nos últimos anos, em que os atores privados (proprietários, promotores imobiliários, entre outros) são os principais visados, incentivando-os a reabilitar as suas edificações.

Nesse sentido, o Município de Pombal, aprovou em Setembro de 2014, a delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Zona Central da Cidade de Pombal, que pretende ser um poderoso instrumento de impulso para a

requalificação urbana, através de vários estímulos fiscais e financeiros para cidadãos e empresas.

Nesta temática destacam-se os incentivos anunciados, ao nível do IMI, que proporcionam uma redução de 10% ou 30% para edifícios objeto de reabilitação, e de 20% para prédios arrendados. Por outro lado, os edifícios em estado de degradação terão uma majoração de IMI de 30%.

De realçar também, a redução de 50% do valor das taxas municipais relativas a urbanização e edificação, bem como a isenção das taxas relativas a ocupação de via pública, quer durante o decorrer das obras, quer para os estabelecimentos comerciais, como forma de incentivo à promoção de esplanadas.

Ainda na linha destes estímulos financeiros, e com a implementação deste plano, o Município alocará uma parte do fundo para a reabilitação urbana, nomeadamente 580.000,00€, a um instrumento financeiro que permitirá o financiamento dos projetos das entidades públicas e privadas com melhores condições que a banca comercial oferece.

2. Valorização do espaço público e mobilidade

A valorização da cidade de Pombal, com a consolidação e revitalização dos seus espaços públicos e a criação de novos espaços de fruição pública são pontos basilares na Requalificação e Revitalização da zona central da cidade.

De destacar neste plano a aposta clara na requalificação de jardins existentes, de arruamentos e largos, contíguos a edificações na sua maioria em mau estado de conservação. Estas requalificações pretendem tornar o espaço público mais confortável e acessível, impulsionando uma reabilitação do edificado confinante e uma revitalização social e económica combatendo o despovoamento registado na última década.

Na valorização do espaço público, a relação privilegiada que o centro da cidade estabelece com o rio Arunca é crucial, e nessa óptica, tem sido adotada, nos últimos anos, uma política de recuperação e requalificação das margens do rio, proporcionando corredores ribeirinhos direcionados

para o recreio, lazer e desporto, numa perspetiva de devolução do rio à cidade.

Porém, existem áreas no centro da cidade, na margem esquerda do rio, entre a Ponte D. Maria e as antigas oficinas municipais que se encontram totalmente debilitadas, à semelhança dos edifícios envolventes, degradados e em ruínas. Ora, sendo esta uma zona ribeirinha de excelência, dentro da cidade, é intenção do município a criação e/ou extensão de espaços verdes existentes.

Em simultâneo, pretende-se incrementar a mobilidade pedonal na rede multifuncional, de modo a eliminar as barreiras arquitectónicas existentes e a articular as diversas vertentes de uso do espaço público: serviços, equipamentos, comércio, entre outros.

3. Dinamização de serviços e potenciação dos equipamentos

A fixação de serviços e a reabilitação de equipamentos públicos é uma das principais estratégias para devolver e assegurar a dinamização do centro da cidade, procurando que a mesma se assuma como um pólo multifuncional, onde é possível residir, trabalhar, visitar, adquirir bens e aceder aos mais diversos serviços.

Há serviços que sempre lhe estiveram associados e que continuam a exercer um forte poder de atração, particularmente equipamentos e/ou serviços públicos que muito contribuem para a dinâmica existente.

Nesse sentido, é fundamental reforçar esta dinâmica apostando na manutenção dos grandes equipamentos públicos como escolas, edifícios municipais, institutos e outros organismos públicos, bem como na fixação de serviços inovadores.

4. Promoção do centro histórico e salvaguarda do património

A promoção do Centro Histórico é também um elemento focado pelo plano de ação, o qual enfatiza a importância da implementação de uma estratégia de marketing territorial.

No sentido de desenvolver a oferta cultural e criativa existente na cidade, e de potenciar o valor turístico e económico desta área, aumentando a atratividade destes espaços, com memória e valor cultural, será fomentado o projeto denominado “Animação do Centro Histórico”. Este projeto procura incrementar o comércio tradicional, enaltecer o património histórico, cultural e as tradições locais como projeção do concelho, e valorizar as associações e os agentes culturais do município, através das suas participações e dos seus contributos.

Nesta linha de promoção do centro histórico, é indissociável e prioritário salvaguardar e valorizar o património edificado, através da sua reabilitação física e introdução de novas funções. O centro histórico detém um significativo conjunto de elementos edificados com valor cultural, em que alguns necessitam de obras de conservação, sendo no entanto, o principal enfoque a promoção da refuncionalização do tecido edificado.

5. Revitalização do tecido económico

O centro histórico ainda representa atualmente o principal pólo do pequeno comércio da cidade, no entanto, este tem vindo a sofrer, além da já referida desertificação populacional, um abandono da atividade comercial. Torna-se urgente voltar a dotá-lo de capacidade competitiva, principalmente associado ao comércio de proximidade, através de uma dinâmica de consolidação e regeneração da oferta comercial em espaço urbano e da apetência pela rua como espaço privilegiado de interface com o consumidor. Refira-se, nesta matéria, o papel das feiras e mercados como fonte dinamizadora da economia local.

Neste seguimento, encontra-se a decorrer a implementação do programa “Porta Aberta”, que consiste num programa de incentivo ao arrendamento comercial na zona histórica, que procura estimular o empreendedorismo jovem e o espírito de equipa, através da partilha de espaços, assim como valorizar actividades com identidade local e/ou regional. Considerando os resultados favoráveis obtidos com a implementação deste projeto, pretende-se acautelar não só a sua continuidade como o seu

desenvolvimento, enquanto motor do crescimento económico nesta área particular da cidade.

Numa outra perspectiva, de inovação e tecnologia, a promoção de empresas criativas é uma prioridade, reciclando antigas estruturas edificadas obsoletas para instalação de atividades que fomentem a indústria do conhecimento e estimulem a criatividade, explorando as tecnologias e as artes na criação de novas empresas e de produtos inovadores.

Em suma, pretende-se uma cidade mais atrativa, ativa e inclusiva; mais habitada, vivida e visitada, "atraindo pessoas", aumentando os habitantes e os visitantes, potenciando mais sociabilidade, revitalizando o comércio local baseado num espaço público qualificado e acessível, apoiado por uma ampla oferta de serviços e equipamentos e uma diversificada animação social, lúdica, cultural e turística.

B.3.2 Modelo habitacional

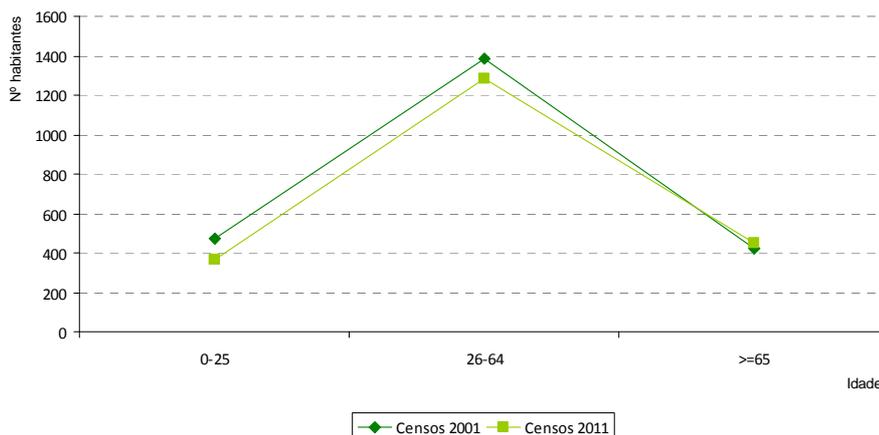
A caracterização do modelo habitacional foi elaborada com base nos resultados dos Censos de 2001 e 2011 ao nível da subsecção estatística, sendo que existem pequenas diferenças entre os limites dos Censos de 2011 face aos de 2001, e destes face aos limites da área correspondente à ARU da Zona Central da Cidade de Pombal.

Numa primeira abordagem e a nível concelhio, a evolução populacional de Pombal registou uma regressão populacional de -1,92%, contrapondo-se com a tendência registada na cidade, onde se verificou um aumento da população residente, de 11203 para 12075 habitantes, correspondendo a uma variação populacional positiva de 7%.

Quanto à área de intervenção, nomeadamente, a área de Reabilitação Urbana da Zona Central de Pombal, constata-se que existiu um decréscimo da população residente em cerca de -8%, mais precisamente de 2279 (censos 2001) para 2102 (censos 2011) habitantes, o que representa uma perda de 177 indivíduos residentes, em consonância com uma quebra de 57 famílias, ou seja, de 1019 famílias (2001) para 962 famílias (2011).

Ao dissecar, este decréscimo populacional, verifica-se que esta perda acontece nas faixas etárias da população jovem e ativa, pois os Censos registavam em 2001, 472 indivíduos residentes com idade entre os 0 e 25, para 365 indivíduos em 2011; 1387 indivíduos residentes com idade entre os 25 e os 64, para 1284 indivíduos em 2011; e por fim, um aumento de 420 (2001) para 453 (2011) indivíduos residentes com idade superior aos 65 anos.

Figura 42 – Evolução da população residente na ARU da cidade de Pombal entre 2001 e 2011
(fonte: INE)



Nesse âmbito, é de realçar que o decréscimo populacional registado na ARU é muito superior à média concelhia, com a agravante de se localizar num aglomerado que registou aumento de população. Perante estes indicadores constata-se que estamos perante uma desertificação da zona central de Pombal, traduzida numa migração da população para a zona periférica da cidade, ou para outros locais do concelho, país ou até mesmo para países estrangeiros, a par com um conseqüente envelhecimento da população.

Revela-se então, de extrema importância, combater o fenómeno migratório registado, assim como o processo de envelhecimento populacional, fomentando o re-habitar do centro da cidade, assumindo-se este como o objetivo primordial desta regeneração urbana.

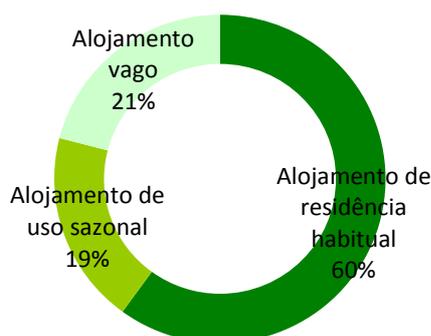
Apesar deste decréscimo, segundo os resultados dos Censos de 2011, foram contabilizados 547 edifícios situados na ARU da Zona Central de Pombal, o que representa um aumento de 50 edifícios clássicos face aos 497 contabilizados em 2001. Conseqüentemente, também o número total de alojamentos aumentou, de 1379 para 1568. No que toca à tipologia de

habitação, dos 1568 alojamentos referidos, 6 são alojamentos coletivos, sendo os restantes 1562, alojamentos familiares clássicos.

Considerando este aumento de oferta de alojamentos e a diminuição populacional registada, o número de alojamentos familiares vagos, também cresceu de 205 (2001) para 335 (2011), o que representa uma taxa de cerca de 21% de alojamentos sem ocupação.

Assim, e no que respeita à forma de ocupação, 60% são alojamentos clássicos de residência habitual, 21% são alojamentos vagos e 19% são alojamentos de uso sazonal ou secundário, que pertencem a indivíduos que nele deixaram de ter a sua residência habitual e se encontram ausentes por longos períodos de tempo, não disponibilizando o imóvel para o mercado de habitação.

Figura 43 – Forma de ocupação dos alojamentos existentes

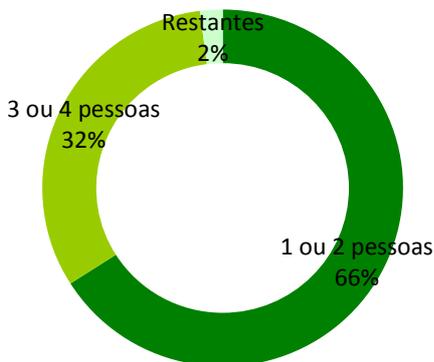


Considerando os valores anteriormente explicitados, e tendo em conta que somente 28% dos alojamentos são arrendados, constata-se a presença de uma oferta considerável de alojamentos por ocupar, em contraponto com um muito reduzido número de imóveis arrendados. Neste cenário, é essencial a adoção de políticas de regeneração urbana que fomentem o arrendamento, de que são exemplo os benefícios fiscais definidos no âmbito da ARU.

Em 2011, e na zona central da cidade de Pombal, o número de famílias clássicas eram de 961, sendo 66% constituídas por 1 ou 2 pessoas, e cerca de 36% tinham na sua composição pessoas com 65 ou mais anos, evidenciando uma vez mais, um relativo envelhecimento da população residente. Este envelhecimento da população residente é ainda

evidenciado com o facto de somente 20% de famílias clássicas terem na sua constituição pessoas com menos de 15 anos.

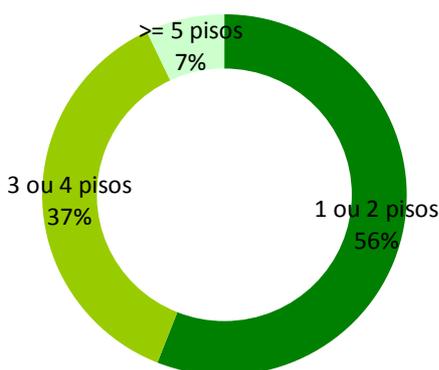
Figura 44 –
Composição das
famílias clássicas



Como já referido, foram contabilizados em 2011, 547 edifícios situados na Área de Reabilitação da Zona Central de Pombal, destes, 69% foram construídos antes de 1981, ou seja, construídos há mais de 34 anos. Quanto à sua utilização, refira-se que 60% são exclusivamente residenciais e 37% principalmente residenciais, sendo que os edifícios principalmente não residenciais perfazem apenas 3%.

Os edifícios no que se refere ao número de pisos, apresentam predominantemente 1 ou 2 pisos (56%), seguindo-se os edifícios com 3 ou 4 pisos (37%) e por fim, os edifícios com 5 ou mais pisos (7%). Estes, no que respeita ao tipo de construção, são maioritariamente construídos em estrutura de betão armado (76%).

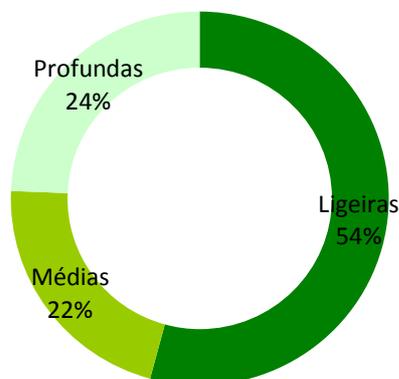
Figura 45 – Número
de pisos dos
edifícios existentes



Quanto ao estado de conservação das edificações existentes, os censos 2011 identificaram a dimensão da reparação necessária no edifício, tendo contabilizado 109 edifícios a necessitarem de pequenas reparações, 43 a necessitarem de reparações médias, 30 de grandes reparações, e por fim, 19 a exigirem reparações muito grandes. Com estes dados, este plano de

ação considera que 109 edifícios precisam de intervenções ligeiras, 43 de intervenções médias e 49 de intervenções profundas, perfazendo um total de 201 edifícios, cerca de 37% das edificações existentes na área de intervenção.

Figura 46 –
Dimensão das
reparações
necessárias nos
edifícios existentes



Assim, o Município pretende assumir um papel mais ativo e dinamizador de forma a criar condições favoráveis à reabilitação urbana, com o intuito de:

- Fomentar a reabilitação dos edifícios que se encontrem degradados ou funcionalmente inadequados;
- Melhorar as condições de habitabilidade e funcionamento do parque imobiliário urbano e do espaço público;
- Modernizar as infra-estruturas urbanas;
- Qualificar e integrar as áreas urbanas especialmente vulneráveis, promovendo a inclusão social e a coesão territorial;
- Assegurar a igualdade de oportunidades aos cidadãos no acesso às infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas;
- Fomentar a adoção de critérios de eficiência energética tanto em edifícios públicos como em edifício privados.

B.3.3 Modelo económico

Para uma estratégia de revitalização do tecido económico, importa identificar e analisar as dinâmicas inerentes à atividade económica, através dos censos de 2011, na área correspondente à ARU da Zona Central de Pombal.

A identificação de dinâmicas económicas permite efetuar um exercício prospetivo, assim como definir estratégias de desenvolvimento, com intuito de potenciar o incremento competitivo da cidade.

Em 2011, segundo os dados dos Censos, a ARU detinha uma população ativa de 1543 indivíduos, 131 desempregados e 471 indivíduos residentes pensionistas ou reformados, o que representa aproximadamente uma taxa de 8,5% no que diz respeito ao desemprego.

Registava também, 924 indivíduos residentes empregados, sendo que destes 0,5% trabalhavam no setor primário, 27% no setor secundário e 73% no setor terciário, o que denota uma terciarização da economia.

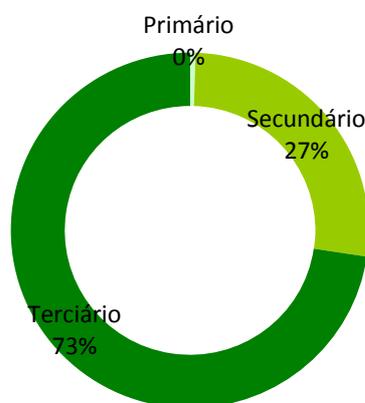


Figura 47 – Setor de atividade da população empregada residente

Assim, e à semelhança do que acontece no concelho (58%) e na cidade (70%), o comércio e os serviços assumem-se como o setor de atividade dominante, com principal incidência nesta zona central da cidade, já que é nesta área que se localizam a maioria dos serviços de apoio à população, nomeadamente, administração pública, turismo, imobiliário, entre outros. Neste contexto, a população empregada nesta zona, engloba principalmente, quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas, vendedores, comerciantes, pessoal

administrativo e um conjunto de população empregada especializada, nomeadamente especialistas das profissões intelectuais e científicas.

Considerando que esta zona prima pelo setor terciário, é primordial uma modernização funcional da cidade, apostando na intervenção no espaço público como fator de atração, na competitividade económica e na modernização da administração pública enquanto alavanca de desenvolvimento económico.

Neste âmbito, é estratégia principal do município, a adoção de um modelo económico direcionado para as pessoas e para as empresas numa perspectiva de coesão social, de mais emprego, de fomento das empresas criativas e das tecnologias, da atração de novas empresas, da aposta no turismo e cultura e da afirmação do “comércio de rua” como pólo dinamizador.

Este modelo visa, por um lado, a promoção de uma economia local diversificada e flexível, que alie a indústria, o comércio, os serviços, a cultura, o lazer e o turismo, e que dê especial ênfase à capacidade empresarial e às PME para assegurar uma maior percentagem de novos empregos; e por outro, uma boa oferta de capital humano para explorar o crescimento e a inovação nos sectores económicos baseados no ensino e na formação.

Em suma, face aos pressupostos a alcançar, a reconversão funcional e a revitalização do tecido empresarial local estrutura-se em quatro áreas estratégicas, a saber:

+ INOVAÇÃO

Atualmente, as cidades têm de assumir-se cada vez mais como motores da competitividade e inovação, enquanto pólos transformadores das suas funções tradicionais, pois nos ambientes urbanos convivem os sectores, empresarial, de ciência e tecnologia, de ensino e formação e da sociedade civil, como parte de uma estratégia global de desenvolvimento económico sustentável.

Esta ambição de cidade atrairá jovens altamente qualificados, o que fomentará as actividades/serviços/indústrias intensivas em conhecimento (comunicação, artes gráficas, publicidade, desenvolvimento de software, design, moda, entretenimento).

- Fomento das empresas criativas e das tecnologias.

Implementação, em parceria com entidades privadas, de uma estrutura que integre pessoal criativo de várias áreas, distribuída por um conjunto de espaços (ateliers) instalados em prédios reabilitados, com o intuito de fomentar as empresas criativas. Esta estrutura não se limitará ao espaço físico, mas também definirá uma estratégia de marketing, de divulgação, promoção e comercialização da produção dos criadores.

Nesta linha de pensamento, o município adquiriu um edifício emblemático da cidade, denominado de "Casa Varela", com o intuito de promover a sua reabilitação e reconversão num equipamento tecnológico, cultural e artístico, para a criação de ambientes urbanos dinamizadores da criatividade, do networking, do co-work e da inovação social.

Para além deste edifício, outros, que venham a sofrer uma reconversão funcional, poderão também assumir-se como espaços de experimentação e consolidação de jovens criadores no campo das artes como o teatro, a dança, a música, entre outras.

+ EMPREENDEDORISMO

O centro, enquanto coração da cidade, caracteriza-se pela presença do pequeno comércio e de empresas de qualidade, associadas a um contexto histórico único e próprio deste local. É por isso, fundamental fomentar esta interligação, já que representa um fator diferenciador, essencial para uma valorização económica nesta área da cidade.

Neste âmbito, esta temática visa concretizar e apoiar as iniciativas empresariais, através de programas de estímulo do empreendedorismo, criando um ambiente favorável ao emprego e à iniciativa empresarial e prosseguindo um conjunto de medidas, tais como:

- A simplificação e a desburocratização administrativa dos processos de instalação das empresas;
- Criação de sítios de excelência para a instalação de novas empresas;
- Criação de um programa específico de apoio para pequenas empresas de recém-licenciados, incentivando a viver em Pombal;
- Desenvolver parcerias com incubadoras da região, disponibilizando espaços com serviços integrados a preços acessíveis;
- Potenciar a marca Pombalíssimo como “selo” dos produtos endógenos do concelho;
- Estimular a modernização do comércio local;
- Promover parcerias com vista à animação dos espaços públicos.

Neste contexto, destaque para o “PORTA ABERTA”, programa de incentivo ao arrendamento comercial na zona histórica, que procura estimular o empreendedorismo jovem e o espírito de equipa, através da partilha de espaços, assim como valorizar actividades com identidade local e/ou regional.

+ ENSINO

Pretende-se a implementação de um sistema de ensino de excelência, que favoreça a melhoria do sistema educativo, a redução do abandono escolar, a qualidade de ensino nas diversas fases do processo educacional, isto é, do pré-escolar ao ensino secundário e profissional.

A oferta de um capital humano qualificado, define-se desde o início da aprendizagem do ser humano, e nesta sociedade complexa em que se vive, exige-se que a escola não se limite à simples transmissão de conhecimentos, mas que disponibilize condições físicas adequadas ao desenvolvimento de um trabalho pedagógico de competência.

Neste sentido, é um aspeto essencial a oferta de infra-estruturas físicas de suporte à aprendizagem, alcançadas através da reabilitação dos equipamentos existentes, com o objetivo de dar resposta não só às necessidades verificadas, como também à preparação do futuro educacional das gerações vindouras. Neste contexto, o município já reabilitou a escola secundária de Pombal, tendo agora em curso a

reabilitação do jardim-de-infância e escolas primárias e a criação de um novo centro de formação da CERCIPOM.

É também primordial uma aproximação destas escolas às instituições de ensino profissional e superior, promovendo igualdade de oportunidades e mérito académico, bem como envolver o tecido empresarial na definição estratégica da Escola Profissional e Artística de Pombal. Por fim, prevê-se a atribuição bolsas de doutoramento a investigações dedicadas a temas de manifesto interesse para o desenvolvimento do concelho.

+ IDENTIDADE

É na ARU que se concentram alguns dos principais pontos turísticos do concelho, nomeadamente, marcos patrimoniais e arqueológicos, recintos de espectáculos, equipamentos, museus, espaços de lazer, comércio tradicional e serviços.

Com base nesta riqueza e na sua valorização económica, pretende-se projetar o potencial do património histórico, arquitetónico e cultural da cidade enquanto produto turístico de excelência.

Tendo em consideração que turismo é uma actividade complexa, diferenciada no tipo de oferta, na velocidade de crescimento e na variedade e dimensão empresarial, é essencial uma estreita articulação com outros sectores, de que são exemplo o património, o ordenamento do território, o ambiente, a cultura, o desporto ou as artes.

Neste sentido, serão implementadas estratégias com vista à promoção e reforço da identidade de Pombal, nomeadamente:

- Criação de uma loja dedicada à venda de produtos locais e material editado pelo município;
- Criação de uma bolsa de guias/animadores turísticos;
- Potenciação de parcerias entre operadores turísticos, município e entidades privadas;
- Implementação de um Plano de Marketing territorial;
- Animação do centro histórico.

Este modelo permite construir uma visão inovadora e renovadora das bases da competitividade da cidade, isto é, da sua capacidade de atrair e valorizar empresas, pessoas, capitais, informação, conhecimento, bens e serviços, para uma cidade atrativa e ativa, com uma identidade diferenciadora.

B.3.4 Património

No centro da cidade de Pombal, no seu núcleo primitivo, são vários os monumentos nacionais e imóveis classificados de interesse público, como o Castelo de Pombal, a Torre do Relógio Velho, o Pelourinho de Pombal, o antigo Celeiro do Marquês de Pombal (centro cultural), a Casa Arte Nova.

Todos estes imóveis contam parte da história da evolução da cidade, remetendo para várias épocas marcantes, de que são exemplo a torre do relógio velho que marca o período do século XIV; o Celeiro do Marquês de Pombal que evidencia a ocorrência do modelo pombalino, bem como a importância de Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido por Marquês de Pombal, no desenvolvimento da morfologia urbana da cidade, e por fim, a Casa Arte Nova, um dos edifícios projetados pelo carismático arquiteto Ernesto Korrodi com a presença de algumas obras na cidade.

Para além do património classificado é de realçar o conjunto patrimonial existente, que pela sua singularidade se encontra referenciado pelo município de Pombal como passível de classificação e de sujeição a medidas de salvaguarda, conforme mapa seguinte.

Quadro 4 – Património Classificado

Designação	Classificação	Diplomas	Imagem
Torre do Relógio Velho	Monumento Nacional	Decreto n.º 29 604, DG n.º 112, de 16-05-1939	
Pelourinho de Pombal (encontra-se atualmente em fragmentos)	Interesse Público	Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11-10-1933	
Celeiro do Marquês de Pombal (antigo), ou "Celeiro da Quinta da Gramela"	Interesse Público	Decreto n.º 67/97, DR n.º 301, de 31-12-1997	
Casa Arte Nova	Interesse Público	Portaria n.º 740-EQ/2012, DR, 2.ª série, n.º 252 de 31/12/2012	

Neste enquadramento, este plano de ação de Regeneração Urbana, não seria possível, se não existisse este vasto e rico património cultural na cidade de Pombal, sendo estratégia do município a valorização do património cultural histórico-arqueológico como elemento estruturante dos processos de regeneração urbana.

Impõe-se assim, a adoção de uma política de proteção e valorização do património cultural consubstanciada na implementação de princípios e regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural.

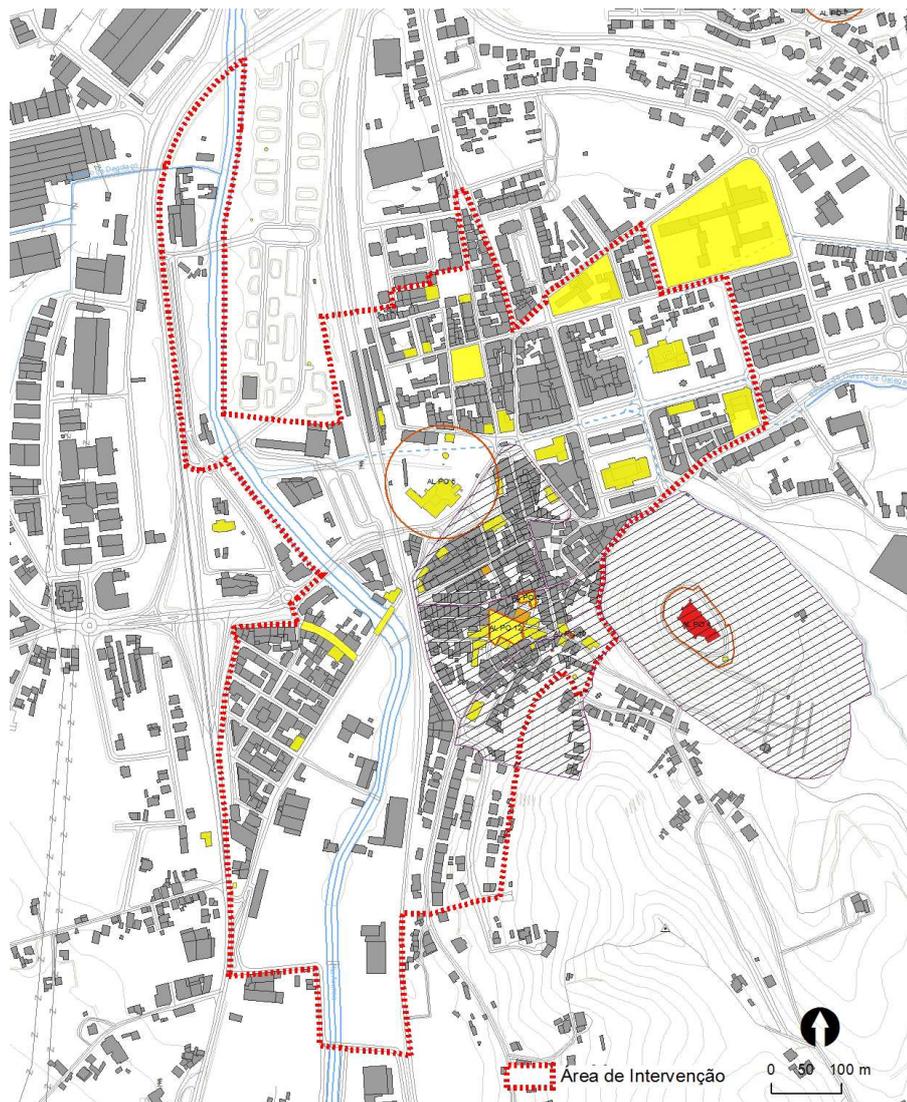


Figura 48 – Mapa do Património Classificado e Referenciado

Património Arquitetónico	Património Arqueológico	Zonas de Proteção
 Monumento Nacional	 Interesse Municipal	 Zona Geral de Proteção
 Interesse Público	 Referenciado	 Zona Especial de Proteção
 Referenciado		

Segundo definido pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, no âmbito do Património arquitetónico, arqueológico e paisagístico, “os programas e planos territoriais (...), estabelecem as medidas indispensáveis à proteção e à valorização do património arquitetónico, arqueológico e paisagístico, acautelando o uso dos espaços envolventes” e “os planos municipais estabelecem os parâmetros urbanísticos aplicáveis e a delimitação de zonas de proteção”.

Neste contexto, a 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal, em vigor desde abril de 2014, teve grande preocupação com a proteção e valorização do sistema patrimonial de Pombal, tendo identificado os

imóveis classificados e em vias de classificação e respetivas zonas gerais e especiais de proteção, assim como, realizado um levantamento exaustivo dos elementos de reconhecido interesse patrimonial que constem em inventários patrimoniais, em livros e em trabalhos de índole local, regional e nacional, denominando-os como património referenciado, atribuindo-lhes também medidas de proteção e salvaguarda.

Em consonância com a 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal, este plano de ação segue as regras e critérios definidos neste Instrumento de Gestão Territorial, nomeadamente:

SISTEMA PATRIMONIAL

O sistema patrimonial integra os bens imóveis de valor cultural que, pelas suas características, se assumem para o Município, como valores de reconhecido interesse histórico, arquitetónico, arqueológico artístico, científico, técnico ou natural, quer se encontrem ou não classificados.

A. PATRIMÓNIO CLASSIFICADO E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

Ao património cultural classificado e em vias de classificação, respetivas zonas gerais e especiais de proteção, aplicam-se as condicionantes previstas na legislação em vigor, nomeadamente:

- a)** Nos bens imóveis classificados, de interesse nacional ou público, qualquer intervenção ou obra, carece de autorização expressa e o acompanhamento do órgão competente da administração do património cultural;
- b)** O pedido de informação prévia, de licença ou a consulta prévia relativos a obras ou intervenções em bens imóveis classificados, ou em vias de classificação, inclui obrigatoriamente um relatório prévio elaborado nos termos previstos na legislação em vigor neste âmbito;
- c)** Nas zonas de proteção de bens imóveis em vias de classificação ou classificados como de interesse nacional ou de interesse público, as operações urbanísticas, admissão de comunicação prévia ou autorização de utilização previstas no regime jurídico da urbanização e da edificação,

carecem de prévio parecer favorável do órgão legalmente competente da administração do património cultural;

d) A alienação de bens imóveis classificados, ou localizados nas respetivas zonas de proteção, depende de prévia comunicação escrita ao serviço competente da administração do património cultural, para efeitos de instrução de procedimento de eventual exercício do direito de preferência;

e) Nos bens imóveis classificados, de interesse nacional, público ou municipal, ou em vias de classificação, não podem ser concedidas licenças de demolição total ou parcial, sem prévia e expressa autorização do órgão competente da administração central ou municipal, conforme os casos.

B. PATRIMÓNIO REFERENCIADO

1. Património Arquitetónico

O património arquitetónico referenciado corresponde aos imóveis e conjuntos que são reconhecidos pelo Município, pelo seu interesse arquitetónico e como tal sujeitos a medidas especiais de proteção e valorização.

Regras e critérios de proteção:

a) Admitem-se obras de alteração e ampliação desde que não desvirtuem as características arquitetónicas e volumétricas do existente.

b) A demolição total ou parcial dos imóveis referenciados só é admitida por razões que ponham em causa a segurança de pessoas e bens, de salubridade e higiene, devendo para o efeito ser precedida de vistoria por parte da Câmara Municipal de Pombal.

c) A Câmara Municipal deve desencadear, no prazo de 3 anos a contar da entrada em vigor do Plano, os procedimentos legalmente previstos para a classificação ou inventariação dos bens que integram o património referenciado ou, em alternativa, deve definir os auxílios, designadamente fiscais, de que os mesmos podem beneficiar.

2. Património Arqueológico

Define-se como património arqueológico todo o bem ou outros indícios da evolução do homem no planeta e sua relação com o meio ambiente, quer integre depósitos estratificados, estruturas, construções e agrupamentos arquitetónicos, quer sejam imóveis, conservados no solo, subsolo ou em meio submerso.

Considera-se como património arqueológico referenciado, as áreas onde são conhecidas ocorrências de vestígios arqueológicos, identificadas com base em achados e referências documentais.

São ainda consideradas como zonas de potencial arqueológico todas as áreas envolventes das igrejas, capelas, mosteiros e santuários, não classificadas e de construção anterior ao século XIX, num perímetro de 50metros.

Regras e critérios de proteção:

- a) As operações urbanísticas que ocorram nas áreas identificadas como património arqueológico referenciado e/ou zonas de potencial arqueológico, apenas podem ser concretizadas desde que precedidas de um relatório subscrito por técnico com habilitação adequada, que avalie a implicação da operação nos bens arqueológicos eventualmente existentes e as medidas a adotar nas fases subsequentes de execução.
- b) Todas as movimentações de terras nos centros históricos, nomeadamente de Pombal, Redinha, Louriçal e Abiúl, devem ser precedidas da adoção de medidas específicas de salvamento dos vestígios arqueológicos conservados no seu subsolo, consultada a tutela.

B.4 Projetos

A tradução dos objetivos estratégicos só é possível através da implementação de projetos que, pela sua natureza, sejam catalisadores de novas dinâmicas de transformação. Estes projetos, incidindo de forma diferenciada no território e nas suas diferentes dimensões (social, económica, cultural e ambiental), terão uma influência transversal na zona central da cidade, constituindo-se como a resposta operativa, para a materialização da visão de um “Cidade atrATIVA”.

Assim, propõe-se a concretização de um conjunto de projetos estruturantes que correspondem a propostas concretas de intervenção “corporizadas” no modelo territorial. Estes projetos evidenciam-se pela sua capacidade de alavancar o desenvolvimento deste território e impulsionar um efetivo processo de regeneração e dinamização do tecido económico e social da cidade.

De realçar ainda, que apesar destes projetos se organizarem por objetivo estratégico, e devido a sua transversalidade, estes terão também um impacto direto na concretização dos outros objetivos estratégicos.

Para a implementação dos objetivos estratégicos, são propostos os seguintes projetos:

1. Reabilitação e conservação do edificado

a) Reabilitação e conservação do edificado privado

2. Valorização do espaço público e mobilidade

a) Requalificação Urbana da Várzea

b) Requalificação do Jardim do Cardal

c) Requalificação do Jardim das Laranjeiras

d) Requalificação da rua Maria Justina Varela

e) Requalificação do corredor ribeirinho, margem esquerda do rio Arunca

f) Requalificação da rua de Leiria e espaço envolvente

g) Requalificação da rua Mancha Pé e Custódio Freire

h) Espaço público na rua Carlos Alberto Mota Pinto

i) Requalificação do espaço público envolvente ao Convento do Carmo

j) Requalificação da avenida Heróis do Ultramar

k) Requalificação na Zona Desportiva

3. Dinamização de serviços e potenciação dos equipamentos

- a) Reabilitação da Casa Varela
- b) Reabilitação da Casa Carlos Alberto Mota Pinto
- c) Reabilitação do Jardim de infância e Escola Primária de Pombal
- d) Reabilitação da Escola Básica Conde Castelo Melhor
- e) Reabilitação do Edifício dos Paços do Concelho
- f) Reabilitação das Piscinas Municipais

4. Promoção do centro histórico e salvaguarda do património

- a) Projeto Animação do Centro Histórico

5. Revitalização do tecido económico

- a) Programa “Porta Aberta”

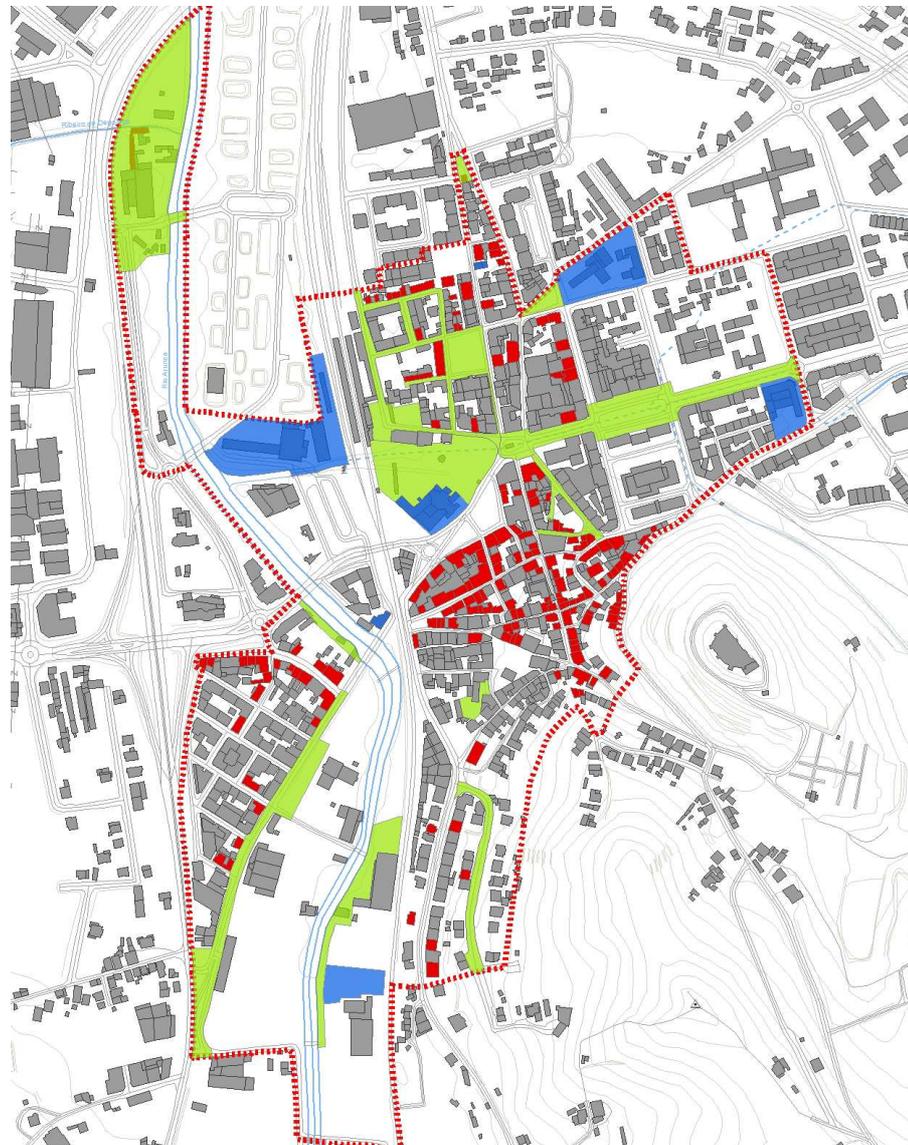
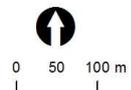


Figura 49 – dos projetos previstos na área de intervenção

- 1. Reabilitação e conservação do edificado
- 2. Valorização do espaço público e mobilidade
- 3. Dinamização de serviços e potenciação dos equipamentos

 Área da Intervenção do PARU



B.5 Investimentos e financiamento

Este plano de ação para a Regeneração Urbana da Zona Central da Cidade de Pombal é um conjunto coerente de operações que visa responder aos objectivos estratégicos definidos para Pombal e, em particular, para a área de intervenção. A concretização desses objectivos depende da mobilização de recursos e actores, públicos e privados, de que fazem parte não apenas as operações candidatas ao PEDU, bem como um conjunto de operações de iniciativa pública a financiar junto de outras fontes e de operações de iniciativa privada, que podem ser financiadas através do instrumento financeiro próprio deste programa do PO centro.

Este plano de ação enquadra operações a candidatar ao fundo (FEDER), cujo importância não pode ser avaliada isoladamente, devendo ser articulada com as restantes operações previstas para área de intervenção.

Assim, importa realçar a complementaridade das intervenções, o seu grau de maturidade elevado e a sua operacionalização, que assenta numa parceria sólida entre os vários parceiros, públicos e privados.

Intervenções Públicas candidatas no âmbito do PEDU

	Intervenções	Valor Global	FEDER (85%)	Município (15%)
2.a	Requalificação Urbana da Várzea	1.060.000,00 €	901.000,00 €	159.000,00 €
2.b	Requalificação do Jardim do Cardal	215.180,00 €	182.903,00 €	32.277,00 €
2.c	Requalificação do Jardim das Laranjeiras	31.800,00 €	27.030,00 €	4.770,00 €
2.d	Requalificação da rua Maria Justina Varela	296.800,00 €	252.280,00 €	44.520,00 €
2.e	Requalificação do corredor ribeirinho, margem esquerda do rio Arunca	318.000,00 €	270.300,00 €	47.700,00 €
2.f	Requalificação da rua de Leiria e espaço envolvente	180.200,00 €	153.170,00 €	27.030,00 €
2.g	Requalificação da rua Mancha Pé e Custódio Freire	212.000,00 €	180.200,00 €	31.800,00 €
2.h	Espaço público na rua Carlos Alberto Mota Pinto	42.400,00 €	36.040,00 €	6.360,00 €
2.i	Requalificação do espaço público envolvente ao Convento do Carmo	106.000,00 €	90.100,00 €	15.900,00 €
2.j	Requalificação da avenida Heróis do Ultramar	848.000,00 €	720.800,00 €	127.200,00 €
2.k	Requalificação na Zona Desportiva	116.600,00 €	901.000,00 €	159.000,00 €
3.a	Reabilitação da Casa Varela	1.356.800,00 €	1.153.280,00 €	203.520,00 €
3.b	Reabilitação da Casa Carlos Alberto Mota Pinto	996.400,00 €	846.940,00 €	149.460,00 €
	TOTAL	5.780.180,00 €	4.913.153,00 €	867.027,00 €

Quadro 5 – Investimento financeiro associado às intervenções públicas candidatas ao fundo FEDER

Quadro 6 – Investimento financeiro associado às intervenções públicas complementares

Intervenções Públicas complementares

	Intervenções	Valor Global
3.c	Reabilitação do Jardim de Infância e Escola Primária de Pombal	1.060.000,00 €
3.d	Reabilitação da Escola Básica Conde Castelo Melhor	742.000,00€
3.e	Reabilitação do Edifício dos Paços do Concelho	190.800,00€
3.f	Reabilitação das Piscinas Municipais	742.000,00€
4.a	Projeto Animação do Centro Histórico	61.500,00€
5.b	Programa “Porta Aberta”	61.500,00€
TOTAL		4.634.360,00 €

Esta regeneração tem como principal enfoque, a reabilitação do edificado, centrando-se na intervenção dos particulares (proprietários dos imóveis), contando com o apoio da autoridade urbana (Município). Neste contexto, o Município deverá contribuir para que as intervenções no edificado sejam desenvolvidas em articulação com as intervenções no espaço público, nas infraestruturas e nos equipamentos.

Assim, o município definiu diferentes níveis de intervenção, possibilitando quantificar um valor global de investimento necessário para que o parque edificado da área de intervenção venha a ter todos os edifícios em bom estado de conservação. Esta estimativa será a base para a definição da parte da dotação que o município dispõe, a disponibilizar para a criação do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas. Considerando nesta 1ª fase que se venham a realizar cerca de 10% da reabilitação necessária, o município alocará do fundo 1/3 desse investimento previsto, conforme explicito na tabela seguinte.

Intervenções Privadas

Quadro 7 – Investimento financeiro associado às intervenções

	Intervenções	Valor Global	Investimento previsto	FEDER a alocar ao instrumento financeiro
1.a	Reabilitação e conservação do edificado	17.570.000,00€	901.000,00 €	580.000,00€

Conforme se verifica nos quadros anteriores, o Plano de Ação de Regeneração da Zona Central da Cidade de Pombal, apresenta os seguintes valores:

- Investimento Total: 12.171.540,00€

- FEDER: 5.493.153,00€

B.6 Metas de realização e de resultados

No que toca as metas de realização e de resultados, para o ano horizonte 2023, são as seguintes:

Indicadores de Realização

Quadro 8 – Indicadores de realização associados às intervenções

	Área reabilitada (m2)	Nº de edifícios ou frações	Nº de eventos ou ações de promoção (anual)
1-Reabilitação e Conservação do Edificado	11564	49	
2-Valorização do espaço público e mobilidade	74950		
3-Dinamização de serviços e potenciação de equipamentos	15897	6	
4-Promoção do Centro histórico e salvaguarda do património			8
5-Revitalização do tecido económico		10	

Indicadores de Resultados

Quadro 9 – Indicadores de resultados associados às intervenções

	Aumento do grau de satisfação dos residentes	Aumento do número de residentes	Aumento de indivíduos empregados
1-Reabilitação e Conservação do Edificado			
2-Valorização do espaço público e mobilidade			
3-Dinamização de serviços e potenciação de equipamentos	> 5	+5%	+5%
4-Promoção do Centro histórico e salvaguarda do património			
5-Revitalização do tecido económico			

B.7 Monitorização

A monitorização é um elemento essencial da gestão e deverá incidir sobre dois aspectos fundamentais:

- A implementação dos projectos, com base no seu faseamento e resultados esperados;
- O cumprimento das metas propostas, avaliando a aderência ou o desfasamento face aos objectivos estabelecidos no Plano de Acção.

Assim, serão adotados indicadores de realização, aplicados com regularidade diversa, de acordo com a natureza do projecto e das metas, mas sempre de modo a possibilitar exercícios de correção do processo de implementação.

Os fatores de correção visam solucionar os problemas que venham a surgir, podendo incidir sobre a definição das prioridades, as características dos projetos, o funcionamento e otimização das parcerias e ainda a reavaliação do quadro financeiro afeto ao projeto e às metas.

Para a implementação da referida monitorização será criado um Sistema de Informação Georeferenciado, de modo a contribuir e apoiar, de forma mais transversal e sustentada, a gestão do plano. Este projeto integra o desenvolvimento de uma ou mais aplicações para gestão, planeamento, monitorização e apoio à decisão e consiste na disponibilização de informação via intranet ou internet, para consulta, edição e atualização de informação geográfica e alfanumérica, que servirá as necessidades internas do Município e as dos munícipes na consulta, impressão e exploração de informação geográfica.

A nível aplicacional, estas funcionalidades assentam numa ferramenta de SIG que o município já possui, o que permite uma autonomia para a gestão, atualização e disponibilização de toda a informação. A disponibilidade da base de dados facilitará essa monitorização, permitindo uma consulta direta sobre o estado de evolução dos projetos.

De realçar que este plano de ação, incide sobre a ARU da Zona Central de Pombal, para a qual o município se encontra a desenvolver a respetiva

Operação de Reabilitação Urbana (ORU), estando prevista uma entidade gestora, neste caso, a própria Câmara Municipal, que assumirá a coordenação e gestão, fazendo uso das seguintes medidas de atuação:

- Apoiar a reabilitação através de benefícios fiscais, isenção ou redução de taxas municipais, aquando de uma ‘ação de reabilitação urbana’;
- Assumir-se como parceiro ativo e dinamizador dos processos de controlo prévio com redução dos custos e simplificação dos procedimentos de licenciamento, comunicação prévia e autorização de utilização;
- Assegurar um atendimento prioritário às respetivas operações urbanísticas estabelecendo uma relação de proximidade com todos os interessados e assegurando a monitorização dos respetivos processos, não só na fase de instrução e implementação, mas também, *a posteriori*, durante a vigência da operação de reabilitação.

Neste contexto, e atendendo a que o processo de implementação da ARU/ORU deve desenvolver-se de forma estreita e articulada com a implementação do Plano de Ação, é recomendável que a entidade gestora, no caso em apreço, a Câmara Municipal, assuma a gestão da ORU e a monitorização do Plano de Ação.

B.8 Divulgação e comunicação

Para o sucesso da implementação do Plano de Ação, é essencial que o mesmo seja divulgado e comunicado, num processo participado e transparente, com o intuito de envolver os vários agentes e atores locais, bem como a população em geral.

É essencial a adoção de formas de divulgação e de comunicação, claras, simples e assertivas, sustentadas numa imagem previamente concebida para a regeneração urbana, sendo importante a definição da tipologia de conteúdo e estilo de comunicação, no sentido de:

- a) Definir uma mensagem de base, simples e forte, capaz de, não só, identificar rapidamente a área de intervenção, como as suas transformações;
- b) Definir mensagens adaptadas e dirigidas aos diversos segmentos do público alvo das ações de comunicação;
- c) Desenvolver um estilo gráfico coerente, claro, personalizado e aplicável a todos os materiais comunicacionais.

A Divulgação e Comunicação deverá assentar na seguinte estrutura:

Divulgação:

- Colocação de painéis junto aos locais a intervencionar com explicitação dos projetos, respetivos programas, calendarização e montantes de investimento;
- Elaboração de folhetos expondo os objetivos e os programas das várias ações e projetos previstos no Plano de Ação, bem como a sua respetiva calendarização e montantes de investimento, procurando envolver e mobilizar os diversos *stakeholders* e a população em geral.

Comunicação:

- Website do Município - este deve assumir-se como o principal meio de comunicação, no qual deverá constar o Plano de Ação para a Regeneração Urbana, bem como toda a informação relativa à implementação das várias ações e projetos;
- Publicação de notas de imprensa nos jornais locais e regionais;
- Exibição na Pombal TV de conteúdos comunicacionais relevantes no âmbito da implementação do Plano de Ação.

Debates:

- Realização de sessões públicas de apresentação e discussão das propostas de intervenção;
- Website do Município, prevendo, no sítio referente ao Plano de Ação para a Regeneração Urbana, a criação de um forum de discussão.

C. Plano de Ação integrado para as Comunidades Desfavorecidas

O diagnóstico social do concelho de Pombal (2011) apresenta uma visão clara da realidade social do concelho, identificando aquilo que são os seus problemas sociais. Estes problemas são transversais a todo o concelho e também específicos do perímetro urbano da cidade, sendo, por isso, importante incluir nesta estratégia de desenvolvimento urbano a componente social. Considera-se que é impossível pensar na cidade, ao nível da mobilidade e reabilitação urbana, sem pensar na sua população residente, nos seus problemas e nas suas necessidades.

A estratégia que a seguir se apresenta, assenta num conhecimento profundo da cidade de Pombal e na forma como a mesma deve caminhar no rumo à satisfação dos cidadãos mais vulneráveis, dos mais desprotegidos, dos mais excluídos e dos mais desfavorecidos.

Sendo diversos os problemas sociais do concelho, existindo estruturas e respostas sociais satisfatórias para os mesmos, importa identificar caminhos que conduzam à preparação da cidade para os novos desafios que se avizinham, e promover respostas adequadas para fazer face aos novos fenómenos de pobreza com origem nomeadamente no sobreendividamento, no desemprego, na desestruturação pessoal e familiar e nos problemas de saúde.

A evolução da estrutura demográfica da população residente no concelho de Pombal caracteriza-se pela manutenção da tendência de duplo envelhecimento da população deste concelho, em resultado do acréscimo nos grupos etários mais idosos e um decréscimo nos grupos etários mais jovens. Os dados do Pordata indicam-nos que entre 2001 e 2014 o concelho perdeu mais de dois mil residentes e nasceram menos 250 crianças, mantendo-se sensivelmente o mesmo número de óbitos (entre os 622 em 2001 e os 671 em 2014).

Figura 50 – Atividade social sénior “Carnaval 2015”



Em resultado deste duplo envelhecimento da estrutura etária do concelho de Pombal, e tendo em conta o Diagnóstico Social, o índice de envelhecimento aumentou em todos os cenários considerados, passando de 152 idosos por cada 100 jovens, em 2009, para 179 idosos por cada 100 jovens, em 2019. No cenário mais pessimista, e tendo em conta as projeções do mesmo diagnóstico, a relação idosos/jovens agrava-se substancialmente, passando para 194 idosos por cada 100 jovens. Atualmente os dados que dispomos dão-nos um índice de envelhecimento de 180,4, ou seja 180 idosos para cada 100 jovens. Esta dura realidade, em 2014, aproxima-se aos cenários mais pessimistas previstos para 2019, realçando que ainda faltam 5 anos o que facilmente se prevê que em 2019 o índice de envelhecimento seja superior ao previsto.

Em suma, a evolução da população projetada para o concelho de Pombal aponta para os principais desafios demográficos com os quais o concelho terá que se confrontar num futuro próximo. Tratam-se de desafios que são semelhantes aos que se verificarão (com maior ou menor intensidade) também a nível nacional. Estes desafios encontram-se balizados por dois acontecimentos demográficos determinantes para a evolução populacional do concelho: a contínua diminuição da fecundidade e o aumento cada vez mais evidente da população idosa. Os movimentos imigratórios poderão atenuar os efeitos da evolução populacional projetada, mas não serão suficientes para colmatar os efeitos do duplo envelhecimento populacional. Por exemplo, para aumentar o número de

nascimentos de modo a que o valor destes suplante em 2019 os registados em 2009 e, deste modo, se contrariasse o efeito do envelhecimento na base, seria necessário (a manter-se o mesmo padrão de fecundidade na população que entra no concelho) a entrada anual de, pelo menos, 750 imigrantes (ou seja, um total de 7500 imigrantes entre 2009 e 2019). Ora os dados do Pordata indicam-nos precisamente o contrário, Pombal perde em média 350 residentes por ano.

Tendo em conta o conhecimento da realidade apresentada anteriormente, o concelho de Pombal, e em particular a cidade de Pombal, dispõe de uma boa rede de equipamentos que desenvolvem respostas dirigidas à população idosa desenvolvidas por instituições Particulares de Solidariedade Social e por estabelecimentos privados. Além destas respostas, os idosos podem ainda beneficiar do serviço de teleassistência, do serviço de ajudas técnicas e de respostas a nível cultural, recreativo e desportivo. Para além destes, Pombal dispõe de bons serviços de saúde: centro de saúde e hospital, clínica de hemodiálise, serviços de fisioterapia, proximidade aos serviços de saúde centrais - Leiria e Coimbra. Sendo uma cidade central em termos de localização geográfica. Pombal dispõe de uma excelente rede de vias de comunicação: rodoviária e ferroviária. Além de todos os serviços públicos existentes, a cidade dispõe de uma resposta diversificada de serviços de iniciativa privada.



Figura 51 – Hospital de Pombal

Perante esta conjuntura sociodemográfica, aumenta a consciência dos desafios que a mesma coloca a nível institucional e aumenta os esforços no sentido de desenvolver estratégias que possam corresponder a estes desafios. Não obstante, continuam a registar-se algumas insuficiências e obstáculos à prestação de cuidados de qualidade e em quantidade necessária, tornando-se necessário investir na formação de cuidadores formais e informais que adquiram competências para cuidar das pessoas em situação de dependência e que possam sofrer também de patologia do foro mental, e que ainda se encontrem no seu domicílio ou de familiares. (In Diagnóstico Social do Concelho de Pombal 07/2011).



Figura 52 – Atividade social para pessoas com deficiência

O combate à pobreza e à exclusão social é vital na promoção da igualdade de oportunidades e na inclusão social e é neste sentido que a intervenção dos Municípios, no área Social, tem vindo a assumir um papel cada vez mais preponderante no novo quadro de atribuições e competências, assentando na atenuação dos fenómenos de pobreza e exclusão social, e consequente criação de melhores condições de vida e bem estar para toda a população.

Por isso, torna-se premente uma intervenção progressiva no âmbito da inserção social, da inclusão social e da inovação social o que permitirá uma melhoria das condições de vida e bem-estar de indivíduos/famílias em situação de vulnerabilidade social tendo por base a promoção e capacitação pessoal e coletiva. Esta é a essência da estratégia para o

desenvolvimento urbano ao nível das comunidades desfavorecidas existentes em Pombal, querendo a cidade assumir-se como cidade inclusiva. Tal pretensão só é possível se trabalharmos as questões sociais como um todo, de forma multidisciplinar e interdisciplinar com todos os serviços da comunidade. No âmbito da estratégia do PEDU apresentado, opta-se por fazer uma abordagem alargada a várias comunidades desfavorecidas, apresentando medidas de inclusão social para essas mesmas comunidades, sejam elas os idosos, os habitantes dos dois Bairros Sociais da cidade de Pombal, ou outros indivíduos em situação de vulnerabilidade social.



Figura 53 – Atividade social para crianças

Em suma, a estratégia de desenvolvimento urbano para as comunidades desfavorecidas aqui apresentada, na ótica do Município de Pombal, irá complementar todo o trabalho que já vem sendo desenvolvido, como seja:

- Apoios diversos na área da Ação Social e estipulados em regulamento próprio;
- Gestão do parque habitacional;
- Desenvolvimento do programa Municipal de Potenciação do Sucesso Escolar “Pombal 2020 – Sucesso Escolar 100%” que visa desenvolver uma intervenção de proximidade com famílias, escolas e parceiros locais no combate ao absentismo e insucesso escolar;

- Desenvolvimento do Programa Like Saúde, que está a trabalhar as questões de dependência de substâncias aditivas com os agrupamentos de escolas do concelho;
- Grupos de trabalho de CLAS alusivos à doença mental e ao alcoolismo;
- Adesão ao projeto piloto de Governação Integrada na Gestão de Problemas Sociais Complexos;
- Participação em projeto de investigação alusivo à temática da igualdade de género e oportunidades;
- Existência de um gabinete de atendimento aos homens e mulheres vitimas de violência;
- Existência da CPCJ de Pombal e o trabalho de prevenção das situações de perigo nas crianças e nos jovens assegurando que os seus direitos são cumpridos;
- Existência de um plano estratégico para a população sénior;
- Trabalho de proximidade com as instituições, públicas e privadas, cuja principal missão é desenvolver respostas sociais para a população sénior.

C.1 Áreas a intervir

C.1.1 Delimitação

No contexto urbano de Pombal, na zona de influência do seu perímetro, existem dois **Bairros Sociais**, denominados **Bairro Social S. João de Deus** e o **Bairro Social Margens do Arunca**.

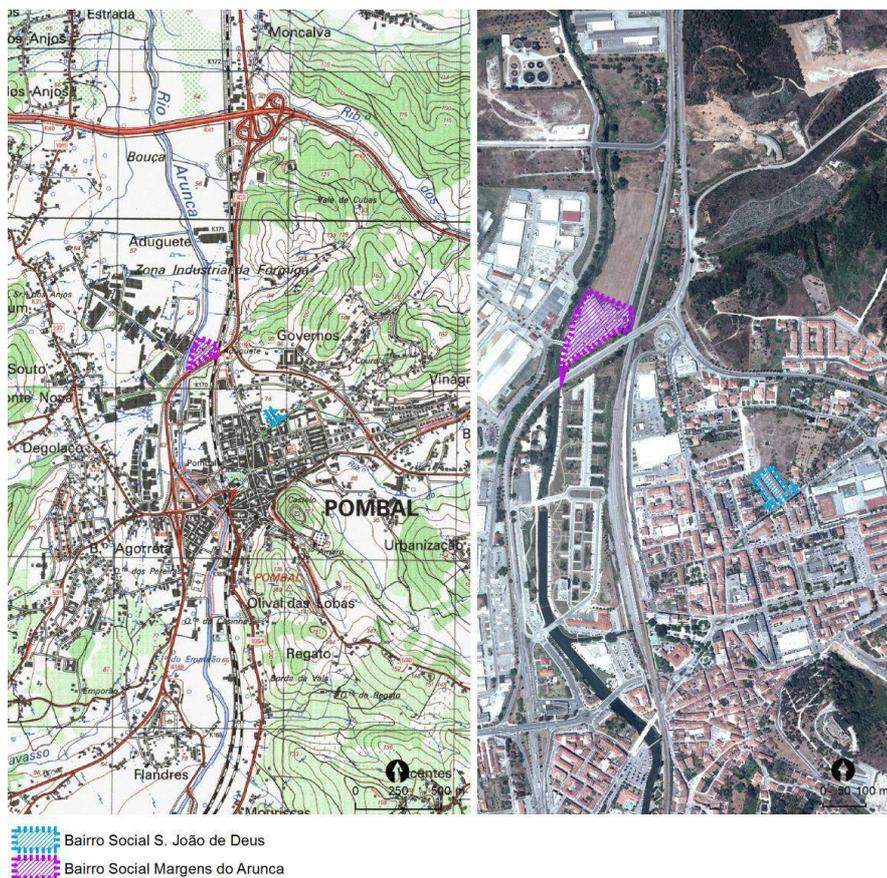


Figura 54 – Localização geográfica dos Bairros Sociais existentes

O Bairro Social S. João de Deus, recuperado em 1991 (1.ª fase) e 2002 (2.ª fase), localiza-se no centro da cidade de Pombal, ocupando uma área de 4600m².

O Bairro Social Margens do Arunca, foi construído em 2008 consistiu numa operação de loteamento promovida pelo Município de Pombal (Processo n.º1/05 com deliberação de câmara de 18/05/2007). Com uma área de 14967m², área de construção de 4902,64m² e volume total de construção de 17158,20m², apresenta um total de 28 lotes, com 55 fogos disponíveis, de tipologias T2 (36 fogos) e T3 (19 fogos).

Figura 55 – Bairro social
Margens do Arunca



Neste âmbito, importa mencionar que, em termos das acessibilidades, ambos os Bairros são servidos pela rede de transportes públicos e usufruem da proximidade de todas as infraestruturas existentes, como sejam, Escolas, Unidades de Saúde, Câmara Municipal, Tribunal, entre outros.

C.1.2 Caracterização

No contexto urbano de Pombal, na zona de influência do seu perímetro, existem dois bairros sociais, denominados Bairro Social S. João de Deus e o Bairro Social Margens do Arunca. O primeiro situa-se no centro da cidade e o segundo dista, do mesmo, menos de 3 km, com um total de 135 fogos. Atualmente, residem aí 127 famílias e um total de 426 indivíduos, assim distribuídos: no Bairro Social S. João de Deus contamos com 80 fogos, 74 famílias (6 fogos vagos) e 119 indivíduos; no Bairro Social Margens do Arunca, existem 55 fogos, 53 famílias (2 fogos vagos) e 307 indivíduos. No primeiro bairro residem 15 famílias de etnia cigana e no segundo bairro 54, ou seja, só reside uma família (indivíduo isolado) que não é de etnia cigana.

Figura 56 – Fachadas principais do Bairro social S. João de Deus



Figura 57 – Fachadas posteriores do Bairro social S. João de Deus



Figura 58 – Canteiros do Bairro social S. João de Deus



Figura 59 – Fachadas principais do Bairro social Margens do Arunca



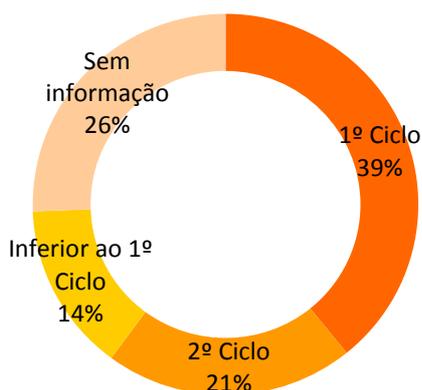
Figura 60 – Fachadas posteriores do Bairro social Margens do Arunca



Em termos demográficos contamos com agregados familiares maioritariamente jovens. A média de idades situa-se na faixa dos 11 aos 15 anos (57 indivíduos) e na dos 41 aos 50 anos (58 indivíduos).

Em termos da escolaridade, contam-se 167 indivíduos com o 1º ciclo do ensino básico, 89 indivíduos com o 2º ciclo do ensino básico e 61 indivíduos com habilitações inferiores ao 1º ciclo do ensino básico. Considerando a média de idades e a escolaridade obrigatória (por data de nascimento), podemos concluir que se trata de uma população com baixo nível de escolaridade. Por razões estritamente culturais, principalmente atribuídas a jovens de etnia cigana, maioritariamente de sexo feminino, registam-se sempre números significativos nas taxas de abandono e insucesso escolar.

Figura 61 – Nível de escolaridade dos habitantes dos bairros sociais



Relativamente aos rendimentos auferidos pelos arrendatários, maioritariamente são de natureza precária, porque resultam da atividade comercial de venda ambulante, num total de 54 indivíduos, seguida dos Pensionistas por velhice e invalidez, num total de 26 indivíduos e de 48 indivíduos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Apenas 24 indivíduos desenvolvem atividade profissional, ou seja, estão empregados.

Neste contexto, apuramos que 100 famílias gerem um orçamento mensal abaixo do Rendimento Mínimo Mensal Garantido que corresponde a 505€. Sendo que a média de indivíduos, por agregado familiar, se situa no 4, podemos concluir que o rendimento per capita ronda os 126€ mensais e, por isso, vivem em situação de pobreza.

Considerando a singularidade sócio-económica destes Bairros e o contexto das suas vivências, é fundamental conhecer a importância que cada indivíduo tem, na estrutura do todo de uma comunidade. Para isso é necessário alicerçar conceitos de coesão e justiça social, potenciando comportamentos inclusivos, promovendo dinâmicas participativas que previnam e atenuem situações de exclusão social e discriminação, e que fundamentalmente desviem os indivíduos da segregação e, conseqüentemente da privação de redes de solidariedade.

C.1.3 Instrumentos de gestão territorial

De acordo com o PDM-Pombal, publicado em Diário da República pelo aviso n.º 4945/2014, de 10 de abril, ambos os Bairros encontram-se classificados como Espaço residencial, sendo que o B.S. Margens do Arunca integra, em sede de planta de ordenamento, Zona inundável. As áreas afetas aos dois Bairros não se encontram condicionadas por qualquer servidão e restrição de utilidade pública, designadamente REN e RAN.

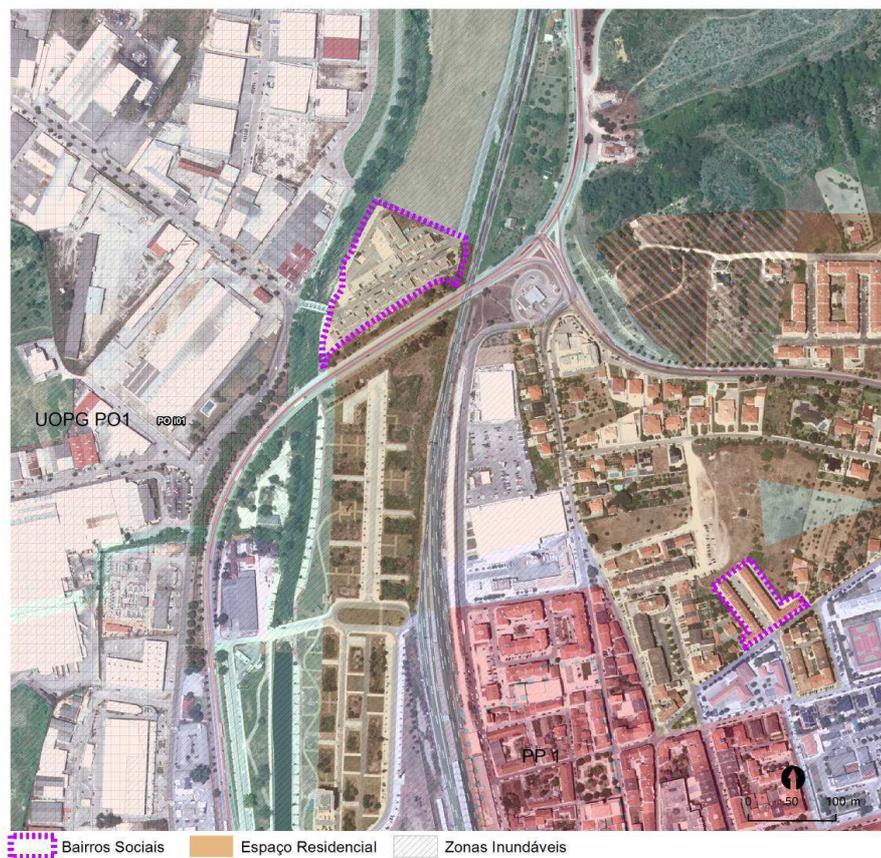


Figura 62 – Classificação e Qualificação do Solo, 1ª Revisão PDM

C.2 Estratégia

O presente Plano de Ação encontra-se alinhada com a EIDT da Região de Leiria, o quadro estratégico da EE2020, Portugal 2020 e Centro2020, sendo neste contexto uma das suas áreas de intervenção prioritárias procurando promover a Coesão Social, nomeadamente por via da articulação das políticas setoriais de inclusão (segurança social, emprego, educação, formação) e o reforço das parcerias e do diálogo entre parceiros sociais, de acordo com os critérios de abordagem atempada, multidisciplinaridade e subsidiariedade da intervenção social (OE3 -EIDT).

A estratégia apresentada assenta naquilo que foi o diagnóstico social realizado, sendo ampla e abrangente, não se cingindo só às comunidades a viver nos Bairros Sociais, incidindo noutras comunidades desfavorecidas e/ou situações críticas já identificadas em Pombal. Neste sentido a estratégia assenta em quatro vetores/situações críticas, a saber:

- **Pobreza das famílias**, pela escassa atividade económica desenvolvida, associada a desemprego de longa duração e à falta de motivação e competências para a procura de trabalho. Esta problemática foi trabalhada no âmbito do CLDS+ e é temática a desenvolver no CLDS-3G.
- **Fenómenos de Exclusão social** – habitantes dos bairros sociais (com incidência significativa de cidadãos de etnia cigana), população envelhecida do concelho, filhos de reclusos, crianças/jovens acompanhadas na CPCJ, famílias desestruturadas, são os principais alvos dos fenómenos de exclusão social. Mais uma vez o projeto CLDS passado e futuro desenvolverá atividades de inclusão social.
- **Evolução demográfica desfavorável** – população residente envelhecida, que precisa de uma cidade com outras características e com outros serviços. É necessário preparar Pombal para esta nova realidade.
- **Ambiente degradado** – na envolvente dos bairros sociais, sendo que a falta de sentimento de pertença dos habitantes dos bairros, não promove o envolvimento dos mesmos na preservação dos espaços públicos (desorganização do estacionamento, espaço sujo, espaços verdes inexistentes, equipamento público danificado).

Nesta apresentação, será dada especial ênfase às medidas/ações desenvolvidas junto da área territorial a intervencionar, ou seja, os **Bairros Sociais**, no entanto serão identificadas também algumas ações/medidas de natureza social a desenvolver e que não se confinam aos Bairros Sociais e que decorrem do diagnóstico social realizado, das avaliações realizadas em CLAS e em Núcleo Executivo. Aquando a abertura de programas de financiamento no POISE, ou outro programa operacional, será intenção deste Município avançar com projetos que satisfaçam a estratégia apresentada.

C.2.1 **Objetivos estratégicos**

Sendo a missão deste Plano de Ação Integrada para Comunidades Desfavorecidas promover a inclusão social em territórios urbanos desfavorecidos, através da conciliação de ações de regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas residentes na cidade, foram estabelecidos **5 objetivos estratégicos**, distribuídos por 3 grandes dimensões, a social, a económica e a física.

A. Social

- 1. Desenvolver um programa de Inclusão Social**, capaz de incluir ações que possam fomentar a integração de crianças e adultos que estejam em situações de risco e de exclusão social;
- 2. Incrementar o envelhecimento ativo** – considerando o elevado índice de envelhecimento da cidade, importa redefinir os conceitos de envelhecimento ativo, começando a preparar a cidade para esta realidade;
- 3. Preparar a cidade para a problemática da Doença Mental** – estando já esta necessidade identificada, sendo inclusive uma consequência natural do processo de envelhecimento, importa colocar o tema na agenda social, promovendo desta forma uma maior preparação da sociedade Pombalense para esta problemática.

B. Económica

4. Desenvolver junto das comunidades desfavorecidas, em especial as existentes nos Bairros Sociais, conceitos de empreendedorismo, para uma tomada de consciência das competências e capacidades e dos recursos existentes, no sentido de potenciarem a autonomização face à dependência das instituições (em particular da Segurança Social e o consequente RSI);

C. Física

5. Requalificar os espaços comuns envolventes, no sentido de dignificar as edificações (Bairros), face ao enquadramento urbano e criar áreas onde se potencie o desenvolvimento de atividades de convívio/partilha e lazer.

C.2.2 Intervenções

A tradução dos objetivos estratégicos só é possível através da implementação de projetos/intervenções que, pela sua natureza, sejam catalisadores de dinâmicas inclusivas capazes de aproximar os mais desfavorecidos à comunidade. Algumas destas intervenções irão incidir nos dois bairros sociais existentes na cidade de Pombal, e outras incidirão junto de outras comunidades. Esta opção estratégica justifica-se por se considerar que só desta forma se pensa Pombal num todo, preparando a cidade para o futuro que se avizinha. As ações a desenvolver, no seu todo, e em particular as destinadas aos Bairros Sociais, visam constituir-se como materialização da visão de uma “Cidade inclusiva”. É este o conceito que queremos desenvolver, o conceito de uma cidade de inclusão por excelência, uma cidade preparada para as realidades vindouras.

De realçar ainda que as ações propostas se organizam por dimensão de intervenção: natureza social, dinamização económica e carácter físico e por objetivos estratégicos (identificados anteriormente).

A. Natureza social

Objetivo Estratégico 1 - Desenvolver um programa de Inclusão Social

No intuito do cumprimento das seguintes metas:

- Desenvolvimento de conceitos de cidadania que permitam a consciencialização de um sentimento de justiça social e coesão comunitária;
- Sensibilizar para a adequação dos comportamentos às boas práticas para as questões ambientais;
- Consciencializar para um sentimento de pertença no sentido de fortalecer a identidade social.

Propomos as seguintes intervenções:

- a) Programa de Inclusão para as Artes** – a utilização da arte na perspetiva de potenciar a inclusão social, tendo como grupos alvo crianças e jovens provenientes de bairros sociais, da CPCJ e de famílias sinalizadas pelos diversos serviços. A música, a expressão plástica, o teatro e a dança são algumas das áreas a serem trabalhadas e potenciadas junto de crianças e jovens;
- b) Realização de ações de informação e de workshops** que versem sobre direitos e deveres de cidadania e sobre as consequências do seu cumprimento e incumprimento – famílias dos Bairros Sociais;
- c) Construção de um desdobrável** (tríptico) a partir dos contributos diretos dos indivíduos arrendatários, respeitando diferenças, prioridades e necessidades sentidas - famílias dos Bairros Sociais, podendo ser extensível a outras famílias identificadas;
- d) Realização de ações de informação/formação sobre questões ambientais:**
 - i.* Preservação dos espaços verdes/comuns dos Bairros – famílias dos Bairros Sociais
 - ii.* Consumo e preservação de água potável - famílias dos Bairros Sociais, podendo ser extensível a outras famílias
 - iii.* Utilização de eletrodomésticos, com vista a controlar consumos/despesa de água e energia elétrica - famílias dos Bairros Sociais, podendo ser extensível a outras famílias

e) **Criação e organização de um grupo de trabalho**, constituído por indivíduos/arrendatários, que sejam responsáveis pela sensibilização de todos no que respeita à preservação, limpeza e manutenção dos espaços comuns (espaços ajardinados, logradouros dos fogos e vãos de escadas) - famílias dos Bairros Sociais;

f) **Criação de uma bolsa de famílias de toda a comunidade**, interessadas/empenhadas em promover o intercambio cultural, através de troca de experiências na realização das atividades do quotidiano - famílias dos Bairros Sociais;

g) Em parceria com as Associações Culturais existentes, **incentivar à organização de atividades interculturais** (realização de momentos festivos, como comemoração do dia do vizinhos, do dia nacional do cigano, promover ateliers de aprendizagem de dança e musica Flamenga, etc) - famílias dos Bairros Sociais, podendo existir em alguns momentos pontes com outras famílias;

h) Criação de um projeto onde se proceda à **identificação e caracterização das potencialidades** e dos constrangimentos de se viver num bairro social, que deverá culminar com a realização de um vídeo promocional das potencialidades, permitindo o fortalecimento da identidade social - famílias dos Bairros Sociais;

i) Em parceria com as entidades locais, promover **emissões de Rádio/TV Local, criação de Blog**, por indivíduos/arrendatários, no sentido de valorizar, mostrar e informar a comunidade em geral, sobre as especificidades culturais que coexistem na cidade - famílias dos Bairros Sociais.

Objetivo Estratégico 2 - Incrementar o envelhecimento ativo

- Criação de grupo de trabalho, com técnicos qualificados na área, para que em Pombal seja pensado o envelhecimento de uma forma integrada e visionária. Esta equipa multidisciplinar deverá enquadrar a temática do envelhecimento na atual estrutura da cidade de Pombal - estrutura física e social - por forma a delinear estratégias e medidas a implementar. Deste trabalho espera-se um plano de ação, estratégico, que possa responder a questões como: “está a cidade preparada socialmente para os idosos que virá a ter?”; “tem Pombal os serviços que os idosos do futuro necessitarão?”; “é Pombal uma cidade atrativa para os mais velhos viverem?”; “tem Pombal um Plano de Ação de Envelhecimento?”. Este

grupo de trabalho, na sua essência uma Comissão para o Envelhecimento Ativo de Pombal, focará atenção numa primeira fase para a cidade de Pombal e, posteriormente alargará a sua ação para o resto do concelho;

- Incremento do Plano Estratégico para a população sénior já em vigor no Município de Pombal e que visa implementar um conjunto de atividades de animação dos séniores do concelho. Este plano contará com o apoio e parceria das instituições do concelho e deverá ser potenciado em ações concretas que resultarão também do trabalho a desenvolver pela Comissão para o Envelhecimento Ativo de Pombal.

Objetivo Estratégico 3 – Formação de cuidadores para a Doença Mental

- Formação de Cuidadores para doença mental – a doença mental, em particular a doença de Alzheimer, tem sido alvo de debate em sede de CLAS, tendo sido inclusive criado um grupo de trabalho que está a refletir esta realidade. Tendo em conta a alta taxa de envelhecimento, tendo em conta que as doenças mentais incidem maioritariamente nos séniores, tendo em conta a falta de profissionais qualificados para trabalhar com doentes com patologias do foro mental (em especial os que padecem de Alzheimer) torna-se imperioso a identificação de investimentos nesta área. Neste sentido, propõe-se a criação de um referencial de formação, em parceria com as entidades competentes, para a “profissionalização” de cuidadores formais e informais. Com esta intervenção é objetivo dotar a cidade de cuidadores com KnowHow para acompanhar este tipo de doentes.

B. Dinamização económica

a) Criação de uma bolsa de mentores (multidisciplinar e em parceria com outras Instituições) responsável pela prestação de auxílio/orientação na (re)definição de um projeto de vida pessoal e individualizado, quer seja na área de prossecução de estudos e/ou na procura de emprego e/ou outra – famílias dos Bairros Sociais;

b) Realização de sessões de esclarecimento/informação sobre a importância da escolaridade e de uma vida ativa: Construção com os indivíduos/arrendatários, instrumentos de apoio personalizados, como Currículum Vitae, Cartas de apresentação, etc. – Famílias dos Bairros Sociais;

c) Facilitar canais de comunicação e proximidade junto das Instituições: Acompanhamento dos indivíduos/arrendatários, às Instituições, Empresas, Escolas, etc., reforçando a sua auto-estima e auto-valorizaçã - Famílias dos Bairros Sociais.

C. Carácter físico

1. **Reabilitação do espaço público envolvente ao Bairro Social S. João de Deus:**

- a) Requalificação dos logradouros dos Blocos A a D, convertendo-os em hortas familiares;
- b) Conversão do logradouro dos Blocos Habitacionais 1 a 5ª, numa zona de lazer/convivência para os indivíduos/arrendatários.

2. **Reabilitação do espaço público envolvente ao Bairro Social Margens do Arunca:**

- a) Requalificar o terreno existente no logradouro das habitações com os números 27 e 28 e do 41 ao 44, em hortas familiares;
- b) Requalificar as áreas ajardinadas existentes (ao nível do r/c de todas as habitações);
- c) Construção de recinto para a prática de atividades desportivas, na área existente junto ao rio Arunca (e aquisição de equipamento necessário):
 - i. Formação e treino de equipas de futebol (juniores, juvenis, seniores);
 - ii. Formação e treino de classe de ginástica rítmica/adaptada à dança flamenga.



Figura 63 – Bairro social Margens do Arunca

Quadro 10 – Investimento financeiro associado às intervenções públicas candidatas ao fundo FEDER

C.3 Investimentos e financiamento

A presente candidatura apresenta um total de investimento de 93280€, financiado a 85% pelo FEDER através do Programa Operacional Centro2020.

Intervenções Públicas candidatas

	Intervenções	Valor Global	FEDER (85%)	Município (15%)
1	Reabilitação do espaço público envolvente ao Bairro Social S. João de Deus	63.600,00€	54.060,00€	9.540,00€
2	Reabilitação do espaço público envolvente ao Bairro Social Margens do Arunca	29.680,00€	25.228,00€	4.452,00€
	TOTAL	93.280,00 €	79.288,00 €	13.992,00 €

C.4 Metas de realização e de resultados

Com a implementação do presente plano de ação procura-se promover a inclusão das comunidades desfavorecidas existentes na cidade de Pombal, não só através das adoção de estratégias e apoio sociais e económicos, mas também promovendo a melhoria das condições de fruição do espaço por população residente nos Bairros Sociais. A requalificação do espaço exterior aos edifícios, assim como a criação de espaços públicos de uso comum, como campos de jogo e recreio ou áreas de lazer, procuram aproximar os residentes, minimizando diferenças culturais e fazendo dos Bairros lugares inclusivos.

Neste desiderato e no âmbito da presente candidatura, ao eixo 9.8 do programa Centro 2020, “Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas”, procura-se reabilitar e requalificar 1305 m² de espaços públicos envolventes ao Bairro Social S. João de Deus, e 3149m² de espaços públicos envolventes ao Bairro Social Margens do Arunca, de forma a aumentar o grau de satisfação da população residente em relação ao local onde habitam.

Quadro 11 – Indicadores de realização associados às intervenções no âmbito das Comunidades Desfavorecidas

Indicadores de Realização

	Intervenções	Área reabilitada (m2)
1	Reabilitação do espaço público envolvente ao Bairro Social S. João de Deus	1305
2	Reabilitação do espaço público envolvente ao Bairro Social Margens do Arunca	3149

Quadro 12 – Indicadores de resultado associados às intervenções no âmbito das Comunidades Desfavorecidas

Indicadores de Resultado

	Intervenções	Aumento do grau de satisfação dos residentes	
		2018	2023
1	Reabilitação do espaço público envolvente ao Bairro Social S. João de Deus	4	6
2	Reabilitação do espaço público envolvente ao Bairro Social Margens do Arunca	4	6

C.5 Monitorização

A monitorização é um elemento essencial da gestão e deverá incidir sobre dois aspectos fundamentais:

- A implementação das várias ações e projectos, com base no seu faseamento e resultados esperados;
- O cumprimento das metas propostas, avaliando a aderência ou o desfasamento face aos objectivos estabelecidos no Plano de Ação.

Assim, serão adotados indicadores de realização, aplicados com regularidade diversa, de acordo com a natureza das ações/projetos e das respetivas metas, mas sempre de modo a possibilitar exercícios de correção do processo de implementação.

Os fatores de correção visam solucionar os problemas que venham a surgir, podendo incidir sobre a definição das prioridades, as características das ações e projetos, o funcionamento e otimização das parcerias e ainda a reavaliação do quadro financeiro afeto às várias ações/projetos.

C.6 Divulgação e comunicação

Para o sucesso da implementação do Plano de Ação, é essencial que o mesmo seja divulgado e comunicado, num processo participado e transparente, com o intuito de envolver as várias comunidades, os agentes e atores locais, bem como a população em geral.

É essencial a adoção de formas de divulgação e de comunicação, claras, simples e assertivas, assentes numa relação de proximidade com os vários stakeholders, de modo a envolvê-los nas várias ações e projetos a implementar.

A Divulgação e Comunicação deverá assentar na seguinte estrutura:

Divulgação

- Elaboração de folhetos e pequenas brochuras de informação e sensibilização direcionados para as várias temáticas e ações a desenvolver.

Comunicação

- Website do Município - este deve assumir-se como o principal meio de comunicação, no qual deverá constar toda a informação relevante para a implementação do Plano de Ação.

Debates

- Realização de reuniões de trabalho com os vários grupos de stakeholders de modo a envolvê-los nas várias ações/projetos, tornando os processos transparentes e participados;
- Realização de sessões públicas de apresentação e discussão das propostas de intervenção.

4. Modelo de governação



4.1. Modelo de gestão e organização

O presente PEDU procura implementar uma “governança inteligente e multidimensional” que valoriza a pertinência de promover a eficiência da gestão e da administração do território.

A implementação da Estratégia deve acontecer de forma integrada, demonstrando a complementaridade entre investimentos públicos e privados para o alcance das metas e objetivos definidos. Assume-se assim, um modelo de implementação que permita garantir *ex-ante* as condições de execução dos projetos e demonstrar o seu impacto integrado na cidade.

Com base no exposto, são definidas recomendações sobre o modelo de acompanhamento, avaliação e leitura dos impactos, que permitam aperfeiçoar a abordagem definida para, a partir dos resultados obtidos, controlar, monitorizar e calibrar a trajetória efetuada e o correspondente progresso, em alinhamento com os objetivos assumidos.

Nos pontos seguintes apresenta-se a proposta de modelo de gestão e organização que se considera melhor responder aos desafios do PEDU, tendo em conta os agentes que terão um papel decisivo na implementação das medidas propostas.

A implementação do PEDU é maioritariamente da responsabilidade do Município, enquanto promotor dos projetos, sendo ainda incluídos outros agentes públicos e privados com competência nas diversas matérias.

Complementarmente à responsabilidade de implementação de todos os intervenientes públicos e privados, propõe-se a existência de um órgão de monitorização que será assumido pelo Município de Pombal em colaboração com *stakeholders* locais.

A equipa técnica afeta à gestão dos diversos projetos será constituída por um coordenador técnico e 3 gestores de projeto, sendo que cada gestor ficará responsável por uma Prioridade de Investimento (PI) / Programa de Ação.

O Coordenador Técnico, terá como principais competências/responsabilidades a coordenação geral do PEDU nas várias prioridades de

intervenção, em estreita articulação com o executivo municipal, garantindo a implementação e gestão executiva do plano, a avaliação da evolução da execução física e financeira dos projetos/ações e a elaboração, em conjunto com os gestores de projeto, de pareceres e demais informações técnicas respeitantes ao plano.

Os gestores de projeto, desempenham funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e/ou científica, que fundamentam e preparam a decisão, realizam ações/atividades de economia/gestão financeira, em colaboração com os vários serviços municipais, elaboram elementos informativos e de apoio e organização das ações de demonstração e disseminação. Serão ainda responsáveis pela elaboração de relatórios semestrais de acompanhamento e execução do PEDU, procurando complementaridades e soluções inovadoras para potenciar os resultados dos projetos, bem como reportar dificuldades, desvios e problemas quer nas reuniões periódicas, quer isoladamente, caso a urgência das situações assim o justifique. Deverão assegurar a ligação com os demais departamentos e divisões municipais, responsáveis pela execução das ações propostas.

Será ainda da responsabilidade do Município de Pombal a divulgação do PEDU, na página WEB do município, *press-releases*, redes sociais e outros, sob proposta do gestor de projetos e do coordenador técnico.

Deverá ainda ser criado um Grupo de Ação Local (GAL), da qual farão parte integrante, para além dos elementos mencionados, os agentes públicos e privados parceiros de cada programa de ação, cuja principal responsabilidade é a garantia da implementação da estratégia adoptada e da divulgação e operacionalização do PEDU nos respetivos eixos de ação nos quais se encontram referenciados.

4.2. Mecanismos de acompanhamento e avaliação

A implementação do PEDU deverá ser acompanhada por um processo objetivo e expedito de avaliação do seu sucesso que permita, de uma forma ágil e em tempo útil, detetar pontos críticos na implementação da mesma e introduzir as necessárias medidas corretivas. Assim, à semelhança do que tem vindo a ser feito em diferentes regiões europeias, será aconselhável existir uma estrutura de acompanhamento e gestão que se responsabilize pela eficiência do processo de avaliação.

Para garantir uma governação, sugere-se a implementação dos seguintes mecanismos de acompanhamento, monitorização e autoavaliação:

- Realização de reuniões semestrais de acompanhamento, com o objetivo de garantir a execução dos projetos/ações. Devem, nestas reuniões, estar presentes o executivo municipal, os gestores do projeto, designadamente os chefes de divisão/departamento diretamente envolvidos, e demais entidades públicas e privadas envolvidas;
- Reuniões anuais de acompanhamento e monitorização do órgão de monitorização, com o objetivo de efetuar uma análise crítica constante sobre o trabalho desenvolvido, criando condições para a formulação de medidas corretivas e ajustamentos às metodologias adotadas;
- Atualização contínua do conjunto de indicadores definidos e a sua análise periódica, materializando os resultados da avaliação em relatórios semestrais de execução;
- Elaboração de relatórios semestrais de acompanhamento e execução do PEDU, com a sua evolução e a verificação da implementação.

A implementação destes mecanismos será fundamental para o sucesso do PEDU, garantindo que a cidade de Pombal tem uma maior capacidade prospetiva para diferentes tipos de ameaças, que incluam novos desafios e até pouco prováveis, detetando precocemente sinais, de origem interna ou externa, de perturbação no horizonte temporal do plano.

4.3. Envolvimento e responsabilidades dos parceiros

“(...) o desenvolvimento de projetos inovadores, por norma em parceria, juntamente com a concretização de diferentes ações, combinando atividades de construção de consensos, de análise de boas práticas, de análise das necessidades de serviços de apoio, de definição de quadros estratégicos, criou sinergias entre diferentes atores e potenciou os resultados muito para além dos resultados imediatos que se teriam se as diferentes ações tivessem sido desenvolvidas de uma forma isolada...”

Estudo do Impacto das Estratégias Regionais de Inovação na Competitividade e no Emprego em Portugal (SPI, 2005).

A correta implementação do PEDU depende do envolvimento de diversas entidades locais e da capacidade de, entre eles, se estabelecerem parcerias e redes. Desta forma, são apresentadas de seguida as entidades estratégicas com as quais o Município irá desenvolver parcerias no âmbito do PEDU, por programa de acção:

- Plano de acção de Mobilidade Urbana: Junta de freguesia de Pombal, Adilpom, PMUgest, Cercipom, Infraestruturas de Portugal;
- Plano de acção de Regeneração Urbana: Junta de freguesia de Pombal, Adilpom, PMUgest, Associação Comercial de Pombal, Clube de ténis.

Estes agentes públicos e privados da região serão parte integrante do modelo de acompanhamento e avaliação dos PEDU, através do Grupo de Ação Local PEDU (GAL), assumindo a responsabilidade de garantirem a implementação da estratégia e carteira de projetos e de, através das relações de redes e parcerias desenvolvidas, promoverem ações de desenvolvimento regional contínuas.

5. Síntese: Realizações e Investimentos



5.1. Principais realizações

A avaliação dos resultados das principais ações propostas e desenvolvidas ao longo do período de implementação do plano deverá ser alavancada em metas a alcançar, assim como na monitorização das medidas e ações em execução ou já executadas.

Assim sendo, e consoante a Prioridade de Investimento a mobilizar e o Programa Operacional Centro, são definidos os seguintes indicadores:

PI 4.5

No que diz respeito à Prioridade de Investimento 4.5, o indicador de realização definido é a Implementação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável até ao ano 2023. Este plano está atualmente em desenvolvimento pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

O indicador de resultado para esta Prioridade de Investimento é a “emissão estimada dos gases com efeito de estufa (Ton/CO₂)”. Sendo que a meta do PO Centro para 2023 é de 3494862 Ton/CO₂, a cidade de Pombal terá de contribuir, em conjunto com os restantes territórios que integram a CIMRL, para atingir esta meta. Os mecanismos de recolha de dados para cálculo deste indicador deverão ser definidos no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável atualmente em elaboração pela CIMRL.

PI 6.5

Em relação à Prioridade de Investimento 6.5, foram selecionados os seguintes indicadores de realização: “espaços abertos, criados ou reabilitados em áreas urbanas (m²)”, “edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m²)” e “habitações reabilitadas em áreas urbanas” (un.), sendo que as metas definidas para o PO Centro para ano 2023 são, respectivamente, 560000m², 55000m² e 730 unidades.

Para o primeiro indicador, a meta a atingir em 2023 é de 74950 m², para o segundo indicador a meta é de 1933 m² a intervencionar e, por último, para o terceiro indicador perspectiva-se a intervenção em 49 habitações.

Os indicadores serão aferidos recorrendo a uma monitorização, com medições locais e periódicas, às intervenções referidas.

Em termos de indicadores de resultados, o indicador a ser aferido será o “aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10), sendo que a meta estabelecida para o PO Centro para o ano 2023 é um grau de satisfação superior ou igual a 2. Este indicador será aferido recorrendo a inquéritos de opinião à população residente na cidade de Pombal.

PI 9.8

Em relação à Prioridade de Investimento 9.8, foi selecionado o seguinte indicador de realização: “espaços abertos, criados ou reabilitados em áreas urbanas (m²)”, sendo que a meta definida no PO Centro é de 49000m².

Com esta intervenção pretende-se reabilitar e requalificar uma área de 1305m² de espaços públicos envolventes ao Bairro Social S. João de Deus, e de 3149m² de espaços públicos envolventes ao Bairro Social Margens do Arunca, de forma a aumentar o grau de satisfação da população residente em relação ao local onde habitam. Em suma, perspectiva-se a intervenção num total de 4454m².

5.2. Resumo dos investimentos

AÇÃO		Intervenções a realizar	CUSTO TOTAL	IVA	CUSTO TOTAL + IVA	Financiamento FEDER	Município
Incrementação e promoção dos modos suaves	1a)	Criação de uma rede pedonal e ciclável de excelência no centro urbano da cidade;	120.000,00 €	7.200,00 €	127.200,00 €	108.120,00 €	19.080,00 €
	1b)	Implementação de um sistema de bicicletas de uso partilhado (<i>bikesharing</i>) na cidade de Pombal;	50.000,00 €	11.500,00 €	61.500,00 €	52.275,00 €	9.225,00 €
	1c)	Requalificação da zona de interface de transportes;	700.000,00 €	42.000,00 €	742.000,00 €	630.700,00 €	111.300,00 €
Promoção do transporte público urbano	2a)	Extensão da rede de transporte público urbano, Pombus, e otimização do seu funcionamento;	150.000,00 €	9.000,00 €	159.000,00 €	135.150,00 €	23.850,00 €
	2b)	Implementação de um sistema de informação ao utilizador em tempo real, na rede de transporte público urbano, Pombus;	330.000,00 €	75.900,00 €	405.900,00 €	345.015,00 €	60.885,00 €
	2c)	Promoção da utilização do transporte público	300.000,00 €	18.000,00 €	318.000,00 €	270.300,00 €	47.700,00 €
TOTAL			1.650.000,00 €	163.600,00 €	1.813.600,00 €	1.541.560,00 €	272.040,00 €

AÇÃO	Intervenções a realizar	CUSTO TOTAL	IVA	CUSTO TOTAL + IVA	Financiamento FEDER	Município	
REGENERAÇÃO URBANA	2. Valorização do Espaço público	Requalificação Urbana da Várzea	60.000,00 €	1.060.000,00 €	901.000,00 €	159.000,00 €	
		Requalificação do Jardim do Cardal	12.180,00 €	203.000,00 €	182.903,00 €	32.277,00 €	
		Requalificação do Jardim das Laranjeiras	1.800,00 €	30.000,00 €	31.800,00 €	4.770,00 €	
		Requalificação da rua Maria Justina Varela Pinto	16.800,00 €	280.000,00 €	296.800,00 €	44.520,00 €	
		Requalificação do corredor ribeirinho, margem esquerda do rio Arunca (Jardim das Cegonhas)	18.000,00 €	300.000,00 €	318.000,00 €	47.700,00 €	
		Requalificação da rua de Leiria e espaço envolvente	10.200,00 €	170.000,00 €	180.200,00 €	27.030,00 €	
		Requalificação da Rua Mancha Pé e Custodio Freire	12.000,00 €	200.000,00 €	212.000,00 €	31.800,00 €	
		Criação de espaço público na rua Carlos Alberto Mota Pinto	2.400,00 €	40.000,00 €	42.400,00 €	6.360,00 €	
		Requalificação do espaço público envolvente ao Convento do Carmo	6.000,00 €	100.000,00 €	106.000,00 €	15.900,00 €	
		Requalificação da Avenida Heróis do Ultramar	48.000,00 €	800.000,00 €	848.000,00 €	127.200,00 €	
		Requalificação do espaço público na zona desportiva	6.600,00 €	110.000,00 €	116.600,00 €	17.490,00 €	
		3. Dinamização de serviços e potenciação de equipamentos (edifícios)	Reabilitação da Casa Varela	76.800,00 €	1.280.000,00 €	1.356.800,00 €	203.520,00 €
			Reabilitação da Casa Carlos Alberto Mota Pinto	56.400,00 €	940.000,00 €	996.400,00 €	149.460,00 €
TOTAL		5.453.000,00 €	327.180,00 €	5.780.180,00 €	4.913.153,00 €	867.027,00 €	

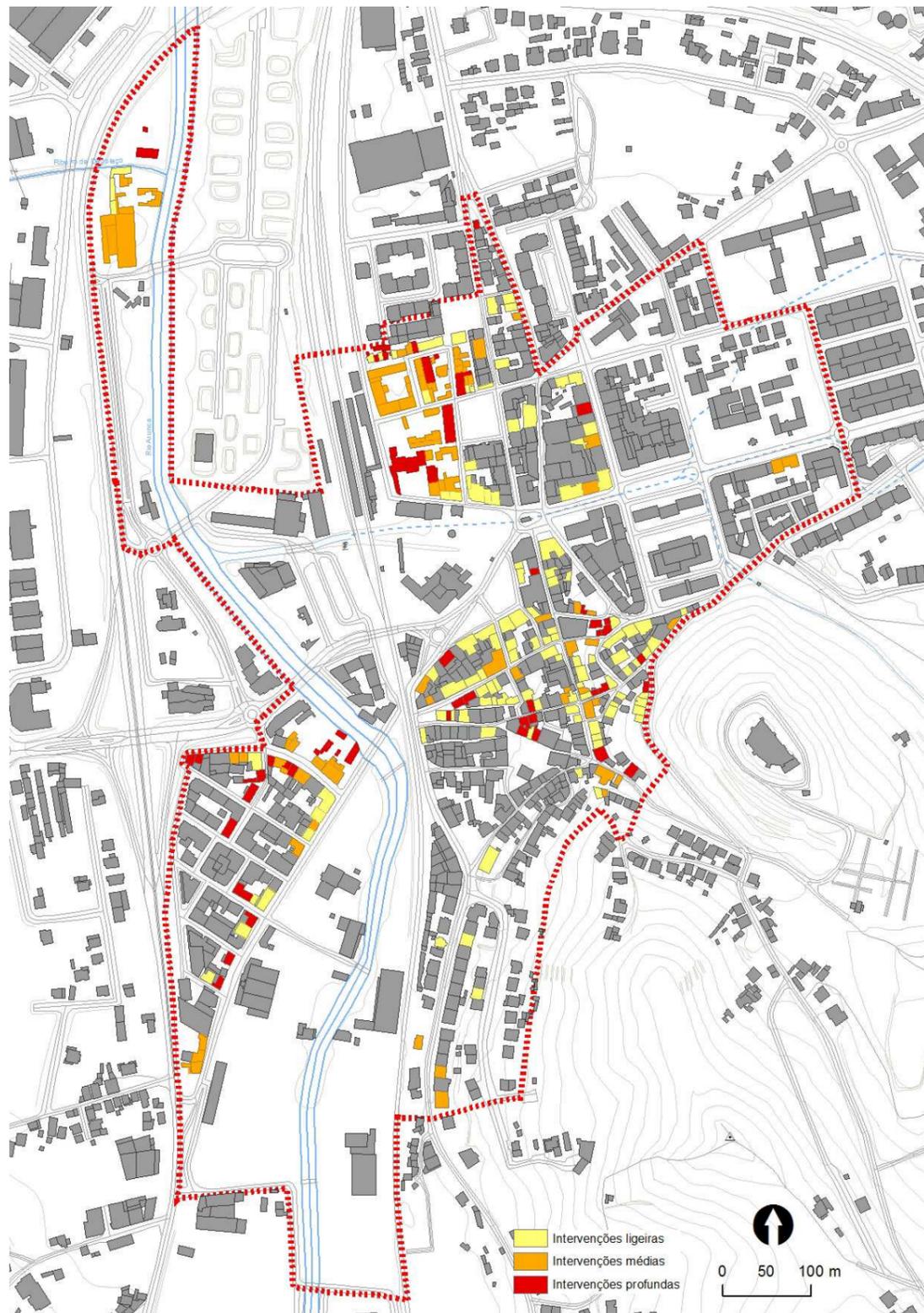
INTEGRAÇÃO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORCIDAS	AÇÃO	Intervenções a realizar				CUSTO TOTAL + IVA	Financiamento FEDER	Município
		CUSTO TOTAL	IVA	CUSTO TOTAL + IVA	Financiamento FEDER			
	Reabilitação do espaço público envolvente ao Bairro Social S. João de Deus	1.A – Requalificar os logradouros dos Blocos A a D, convertendo-os em hortas familiares; 1.B – Converter o logradouro dos Blocos Habitacionais 1 a 5, numa zona de lazer/convívio para os indivíduos/arrendatários	28.000,00 €	1.680,00 €	29.680,00 €	25.228,00 €	4.452,00 €	
	Reabilitação do espaço público envolvente ao Bairro Social Margens do Anunca	2.A - Requalificação dos logradouros das habitações em hortas familiares 2.B – Reabilitação das áreas ajardinadas 2.C – Construção de recinto para a prática de atividades desportivas	60.000,00 €	3.600,00 €	63.600,00 €	54.060,00 €	9.540,00 €	
	TOTAL		88.000,00 €	5.280,00 €	93.280,00 €	79.288,00 €	13.992,00 €	

	INVESTIMENTO	FUNDO FEDER	MUNICÍPIO
Publico	7.687.060,00 €	6.534.001,00 €	1.153.059,00 €
Privado	1.757.000,00 €	580.000,00 €	Instrumento financeiro
TOTAL	9.444.060,00 €	7.114.001,00 €	1.153.059,00 €

ANEXOS

- Fichas de projeto

REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO



Projeto 1.A
Reabilitação do parque edificado

DESCRIÇÃO

Reabilitação do parque edificado, publico ou privado em função do estado de conservação.

Sendo que são considerados 3 tipos de intervenção consoante o nível de conservação:

Intervenção ligeira – Nível bom - Anomalias que prejudicam o aspeto e que requerem trabalhos de limpeza, substituição ou reparação de fácil execução.

Intervenção média – Nível médio - Anomalias que prejudicam o aspeto e que requerem trabalhos de correção de difícil execução ou que prejudicam o uso e conforto e que requerem trabalhos de correção de fácil execução.

Intervenção profunda - Nível mau ou péssimo - Anomalias que prejudicam o uso e conforto e que requerem trabalhos de correção de difícil execução ou que colocam em risco a saúde e a segurança, podendo motivar acidentes sem grande gravidade, e que requerem trabalhos de correção de fácil execução; Anomalias que colocam em risco a saúde e a segurança, podendo motivar acidentes sem grande gravidade, e que requerem trabalhos de correção de difícil execução ou;- Anomalias que colocam em risco a saúde e segurança, podendo motivar acidentes graves ou muito graves ou Ausência/inoperacionalidade de infraestrutura básica.

Estas intervenções são da responsabilidade dos proprietários, no entanto, podem contar com o apoio do município e financiamento por parte do instrumento financeiro despoletado pelo PEDU.

INDICADORES

Intervenção ligeira (109 edifícios) 29606m²; Intervenção média (43 edifícios) 11776m²; Intervenção profunda (49 edifícios) 11564m²; Total (201 edifícios) 52946m²
(tendo por base os Censos 2011 e carta base do PDM)

INVESTIMENTO

17.570.000,00€

ESTADO /
PRAZO DE
EXECUÇÃO

2015 a 2020

ENTIDADES /
PARCEIROS

PRIVADOS – Proprietários e Inquilinos

Projeto 2.A
Requalificação Urbana da Várzea

DESCRIÇÃO

Esta requalificação dos arruamentos, largos e Jardim da Várzea pretende dotar o espaço público de boas condições mas principalmente fomentar a reabilitação do edificado confinante que se encontra muito debilitado e obsoleto.

O Jardim da Várzea da primeira metade do século XX atravessa, atualmente, um período de descaraterização, e esta proposta visa integrar o jardim na envolvente, facilitando o acesso e travessia no espaço com a recuperação do pavimento. Repensar os lugares de estacionamento existentes no espaço confinante que funcionam como uma moldura e barreira à utilização do espaço e valorizar o espaço verde com a modernização das tipologias de plantação, com vista a uma maior sustentabilidade do espaço bem como uma aposta em mobiliário urbano mais atual e confortável, sem nunca comprometer as características originais do Jardim de *Jacinto de Matos*.

INDICADORES FÍSICOS

10532m²

INVESTIMENTO

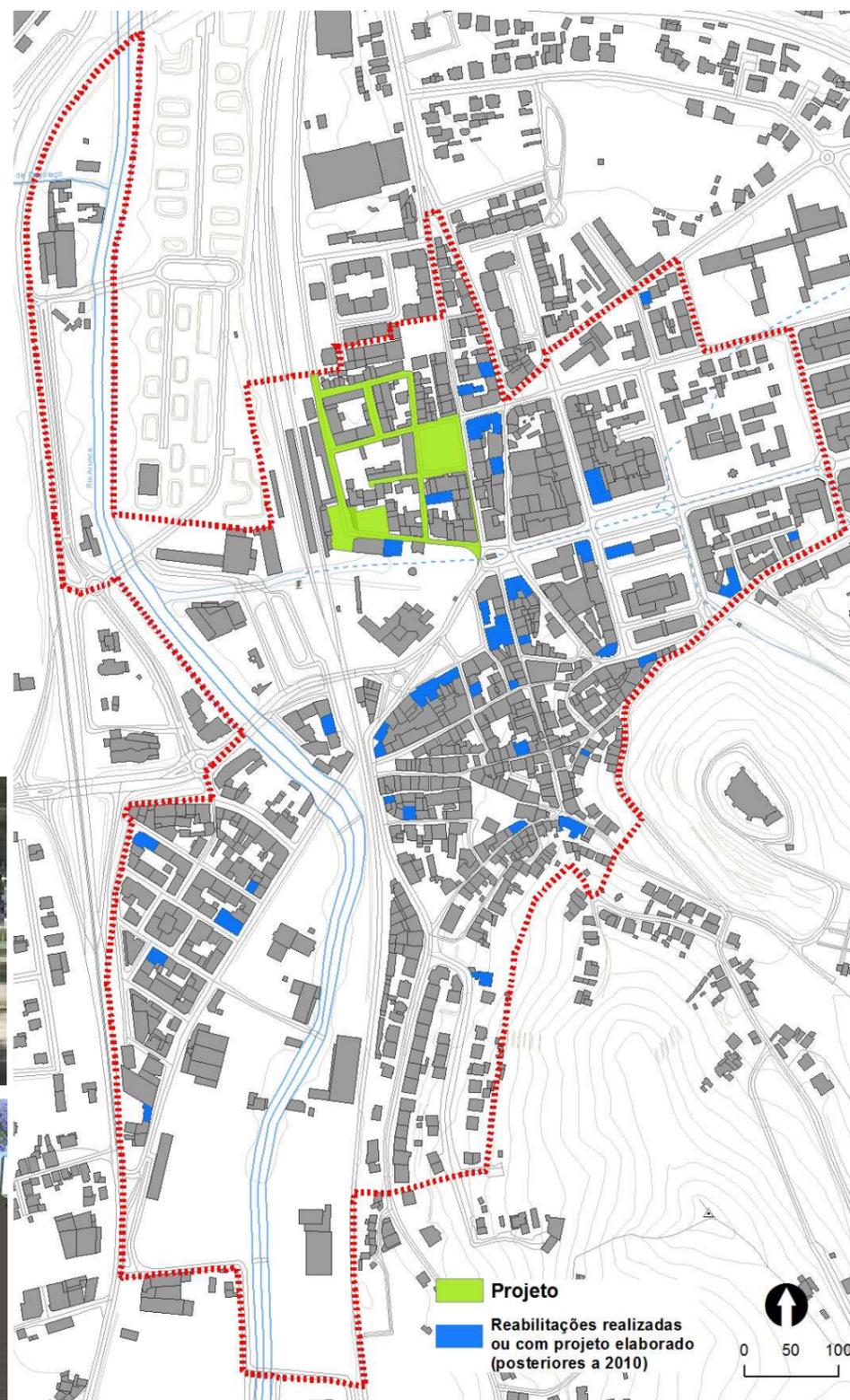
1.060.000,00€

ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

ESTUDO PRÉVIO/ 2016 a 2020

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP



Projeto 2.B
Requalificação do Jardim do Cardal

DESCRIÇÃO

O Jardim do Cardal original da primeira metade do século XX, fortemente caracterizado pelos elementos classicistas e vernáculos da época surge, hoje, como o resultado de sobreposições de várias épocas. O seu traçado formal e os resquícios de sebes talhadas e herbáceas anuais manifestam-se ultrapassados para os recursos disponíveis.

Pretende-se com a implementação desta proposta de requalificação do Jardim do Cardal, adequar o jardim às vivências no espaço público, da sociedade atual. Incrementar o interesse pelo espaço de determinadas faixas etárias, nomeadamente introduzir um parque infantil temático relacionado à cidade. Converter o corredor central num espaço amplo, com elementos interativos como jogos de água e suavizar o traçado formal do mesmo, sem nunca comprometer os elementos e demais características originais do seu autor *Jacinto de Matos*. Adicionalmente, propõe-se o incremento da qualidade das plantações, eliminando elementos arbóreos debilitados e comprometidos por questões fitossanitárias e espécies anuais, que exigem demasiados recursos, optando por uma tipologia de plantação mais sustentável e menos exigente.

INDICADORES FÍSICOS

9400m²

INVESTIMENTO

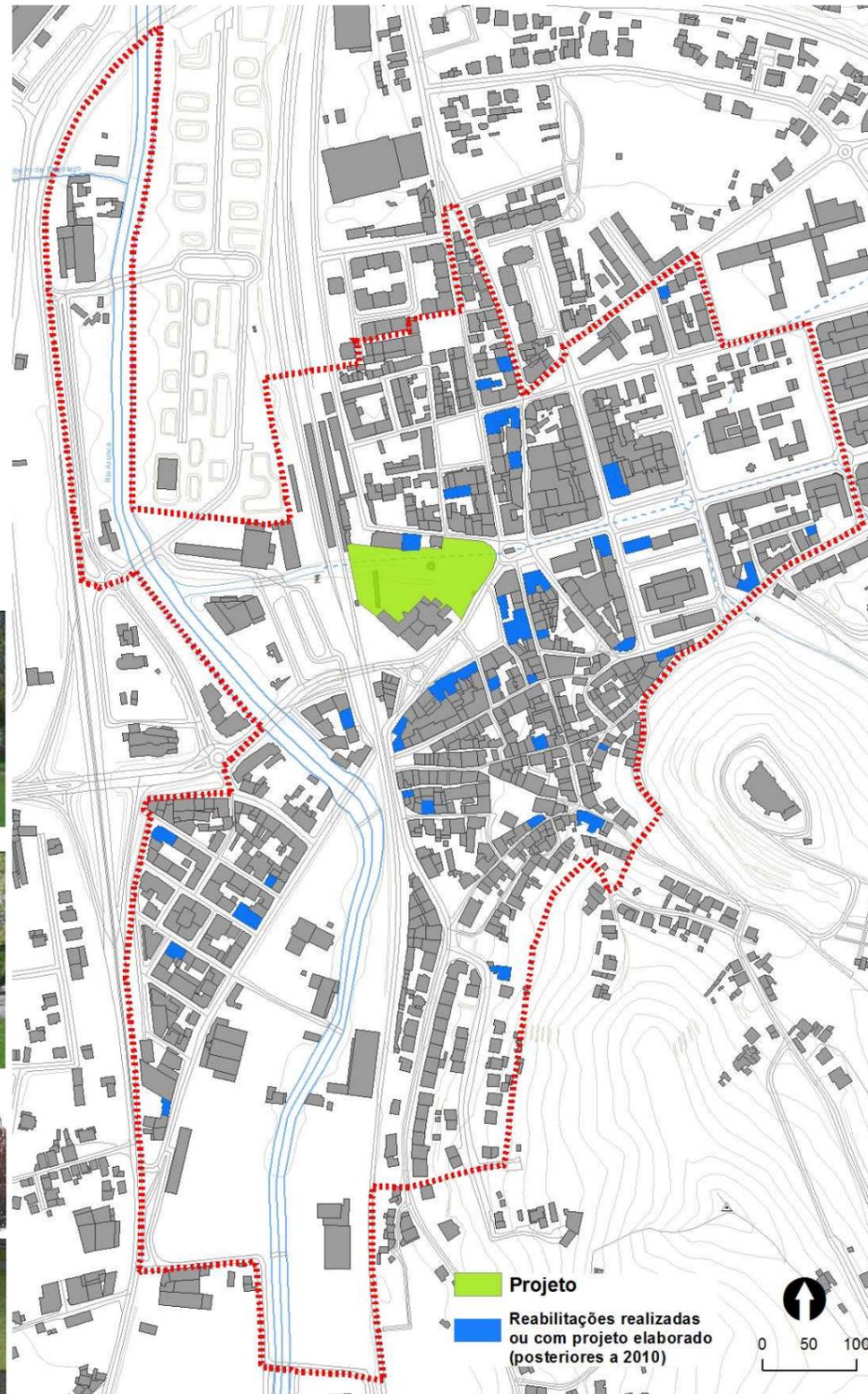
215.180,00€

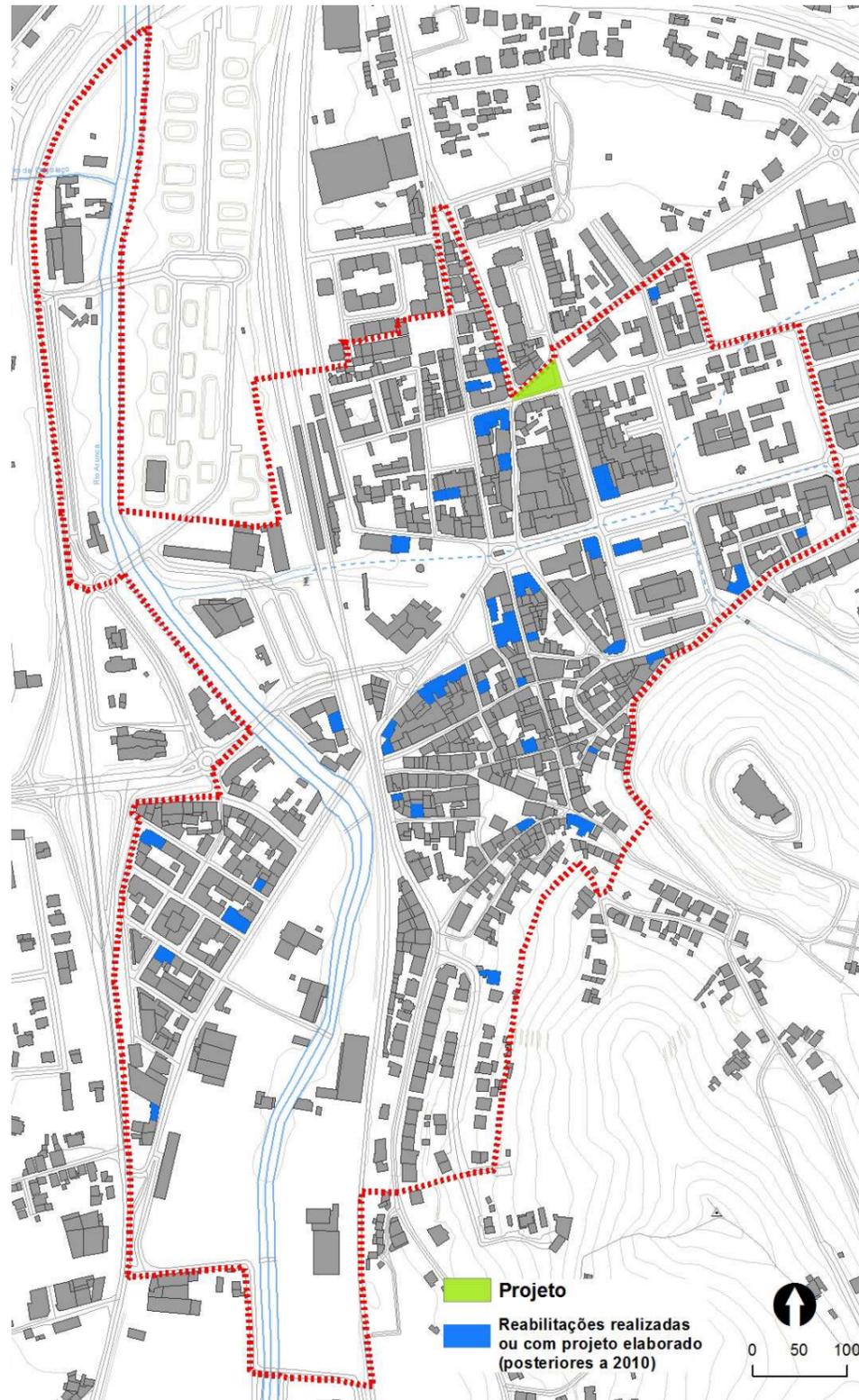
ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

ESTUDO PRÉVIO/ 2016 a 2020

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP





Projeto 2.C
Requalificação do Jardim das Laranjeiras

DESCRIÇÃO

O Jardim das Laranjeiras original da segunda metade do século XX, com um traçado formal é composto por vários canteiros relvados recortados e sobrelevados. Considera-se que estes são os principais constrangimentos do local, por constituírem, simultaneamente, uma barreira à travessia pedonal e também o excesso de recursos para a manutenção de um espaço tão pequeno.

Com a implementação da proposta de requalificação do Jardim das Laranjeiras pretende-se criar um espaço não só para estadia mas também para travessia. Adicionalmente pretende-se uma alteração do traçado do espaço, por motivos de facilitação das ações de manutenção bem como por questões de sustentabilidade e acessibilidade atualmente comprometidas pelos lancis sobrelevados no limite dos canteiros.

INDICADORES FÍSICOS

940m²

INVESTIMENTO

31.800,00€

ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

ESTUDO PRÉVIO/ 2016 a 2017

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP

VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E MOBILIDADE

Projeto 2.D
Requalificação da rua Maria Justina Varela Pinto

DESCRIÇÃO
 Projeto de beneficiação da Rua Maria Justina com vista à melhoria da circulação rodoviária e pedonal e conexão entre arruamentos, incluindo pavimentações e reformulação geral das infraestruturas.

INDICADORES FÍSICOS

3541m²

INVESTIMENTO

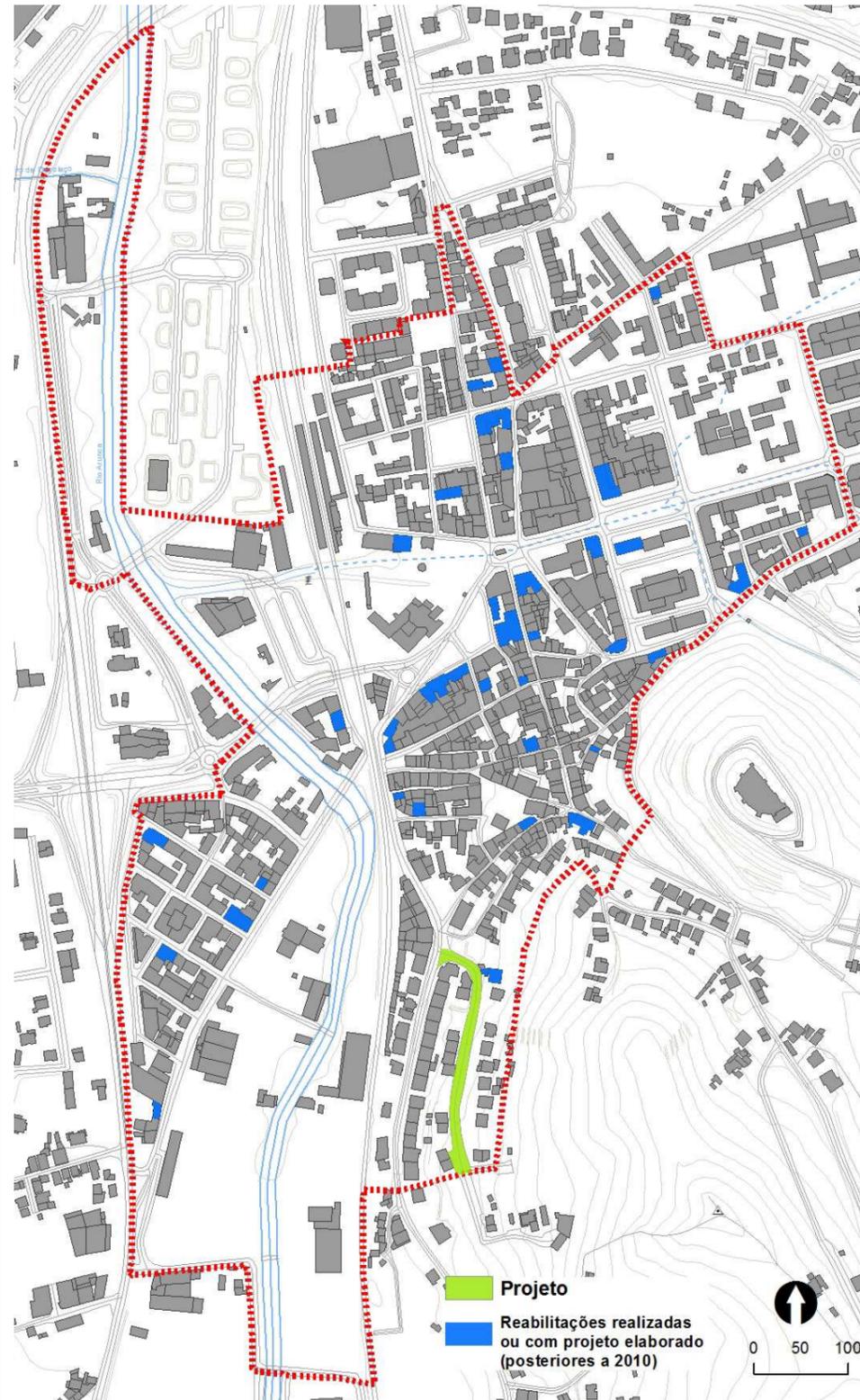
296.800,00€

ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

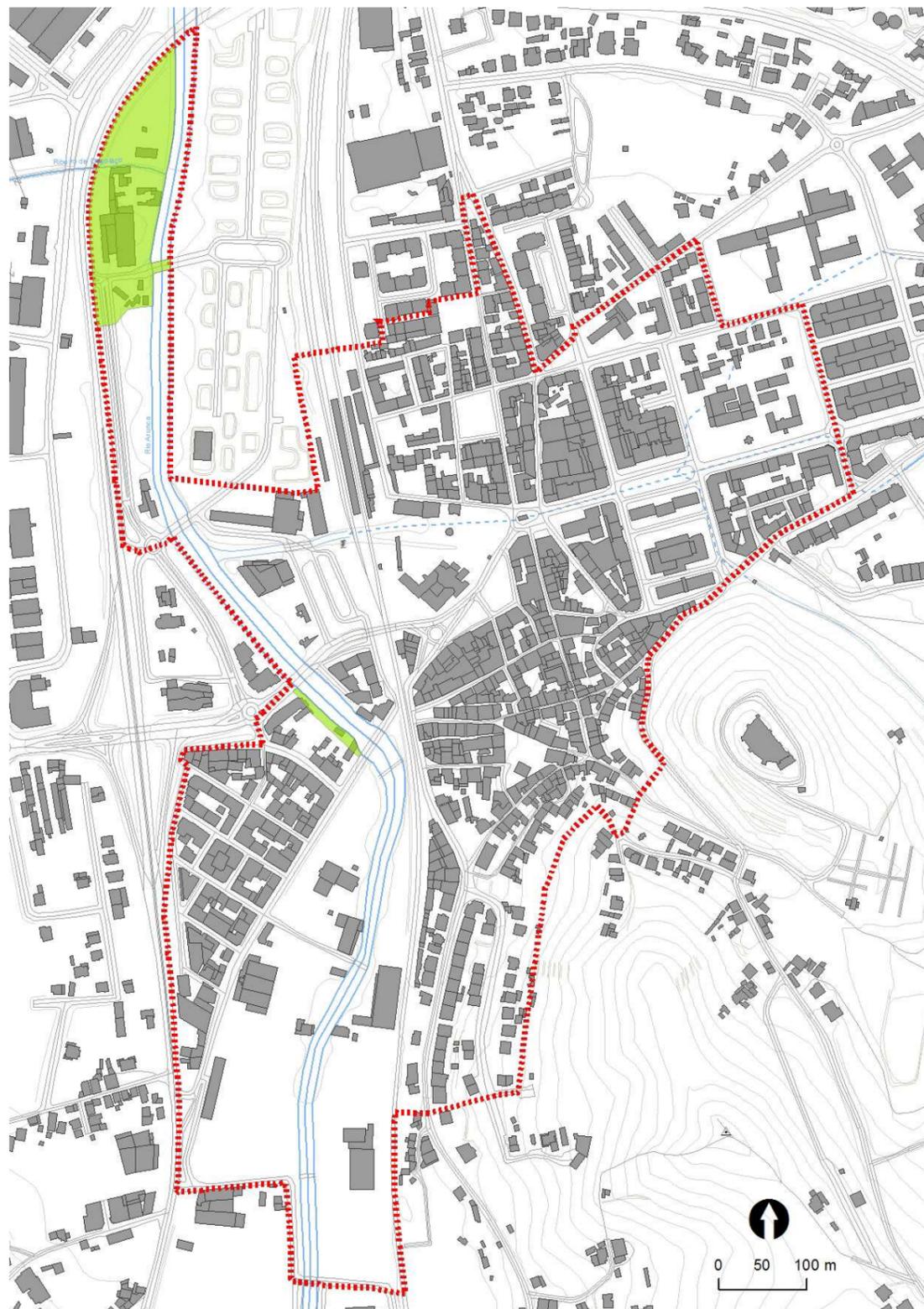
PROJETO DE EXECUÇÃO CONCLUÍDO/ 2016 a 2017

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP



VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E MOBILIDADE



Projeto 2.E
Requalificação do corredor ribeirinho, margem esquerda do rio Arunca

DESCRIÇÃO
 No percurso que o rio Arunca desenvolve dentro do perímetro urbano da cidade, verifica-se a existência de dois troços localizados na sua margem esquerda, que se caracterizam pela presença de edifícios degradados assim como do espaço que os envolvente.

Assim, e numa lógica de continuidade das sucessivas intervenções que têm vindo a ser desenvolvidas no corredor ribeirinho, pretende-se requalificar estas áreas, procedendo para o efeito à demolição dos edifícios, criando espaços verdes destinados ao recreio e lazer, devidamente equipados.

Com esta requalificação, pretende-se dar continuidade ao percurso pedonal e ciclável que se desenvolve ao longo do rio, proporcionando à cidade mais um espaço de encontro e vivência, fomentando um ambiente urbano agradável e sadio.

INDICADORES FÍSICOS

21.000m²

INVESTIMENTO

318.000,00€

ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

ESTUDO PRÉVIO/ 2016 a 2020

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP

VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E MOBILIDADE

Projeto 2.F
Requalificação da rua de Leiria e espaço envolvente

DESCRIÇÃO
 A rua de Leiria situa-se na parte sul da cidade, na margem esquerda do rio Arunca, sendo uma importante artéria para quem entra na cidade, vinda de sul, já que entronca com o IC2. Efetua a ligação ao bairro Agorreta, local, onde para além da função residencial, o comércio, serviços e equipamentos se encontram presentes. Por sua vez, é também a arteira que assegura a ligação à zona desportiva da cidade e ao largo onde se realiza a feira semanal. É assim, uma artéria de utilização elevada, quer a nível pedonal, quer do tráfego motorizado. Dada a elevada degradação em que se encontram os passeios, suscitando desconforto aos transeuntes, bem como da faixa de rodagem e estacionamentos, importa requalificar a via, dotando-a de boas condições para as várias funções que desempenha.

INDICADORES FÍSICOS

9.500m²

INVESTIMENTO

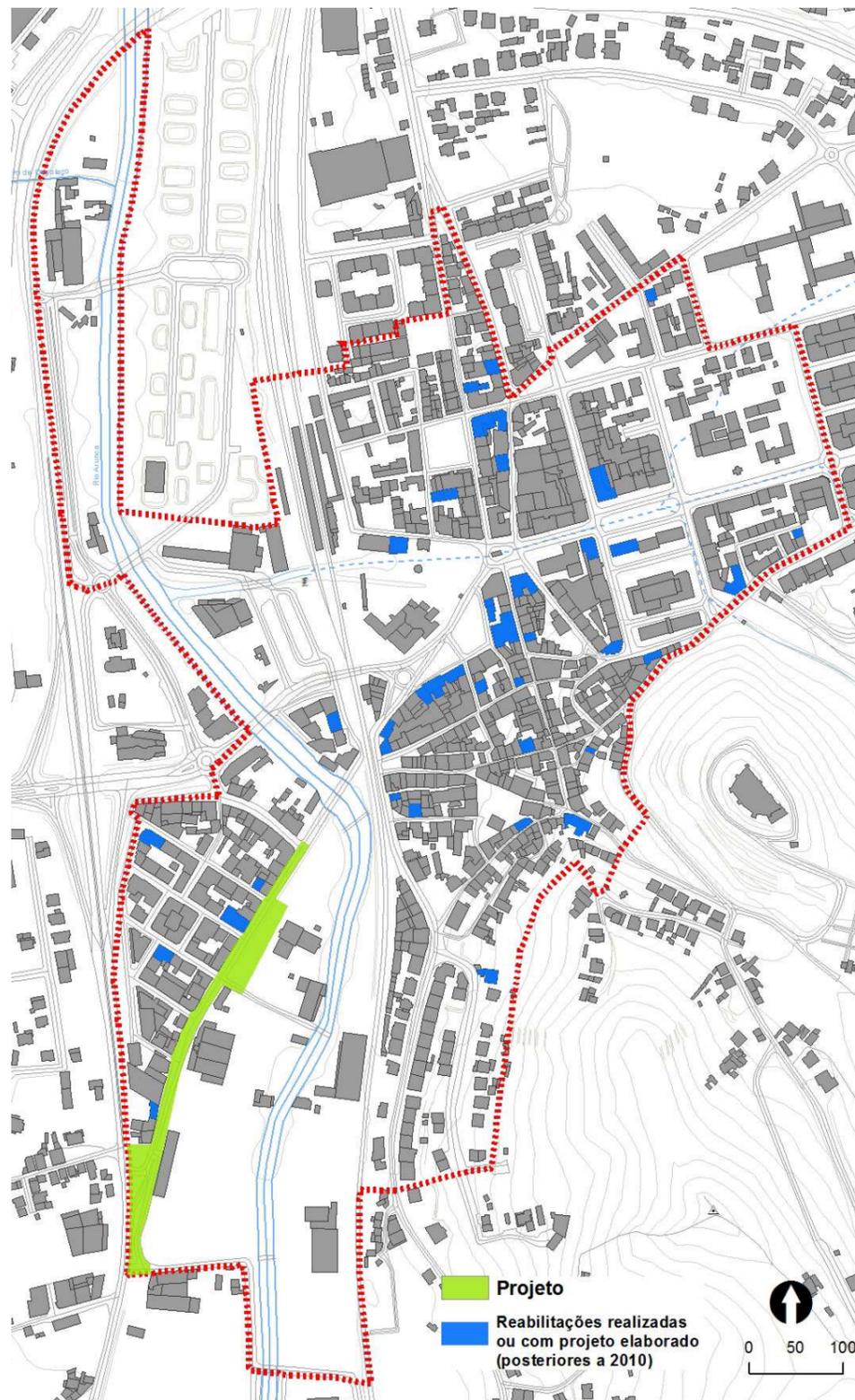
180.200,00€

ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

PROJETO EXECUTADO/ 2016 a 2017

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP



VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E MOBILIDADE

Projeto 2.G
Requalificação da Rua Mancha Pé e Custódio Freire

DESCRIÇÃO
 Projeto de beneficiação da rua Mancha Pé e rua Custódio Freire com vista à melhoria da fluidez automóvel, mobilidade e estacionamento na zona do largo 25 de Abril e zona do mercado, incluindo pavimentações e reformulação das infraestruturas.

INDICADORES FÍSICOS

1.738m²

INVESTIMENTO

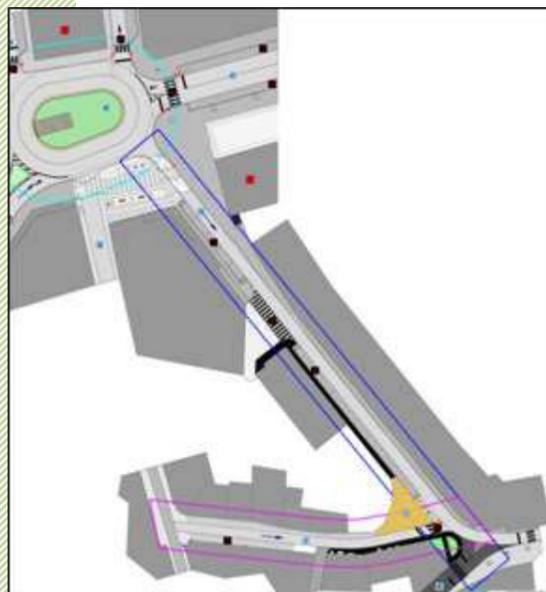
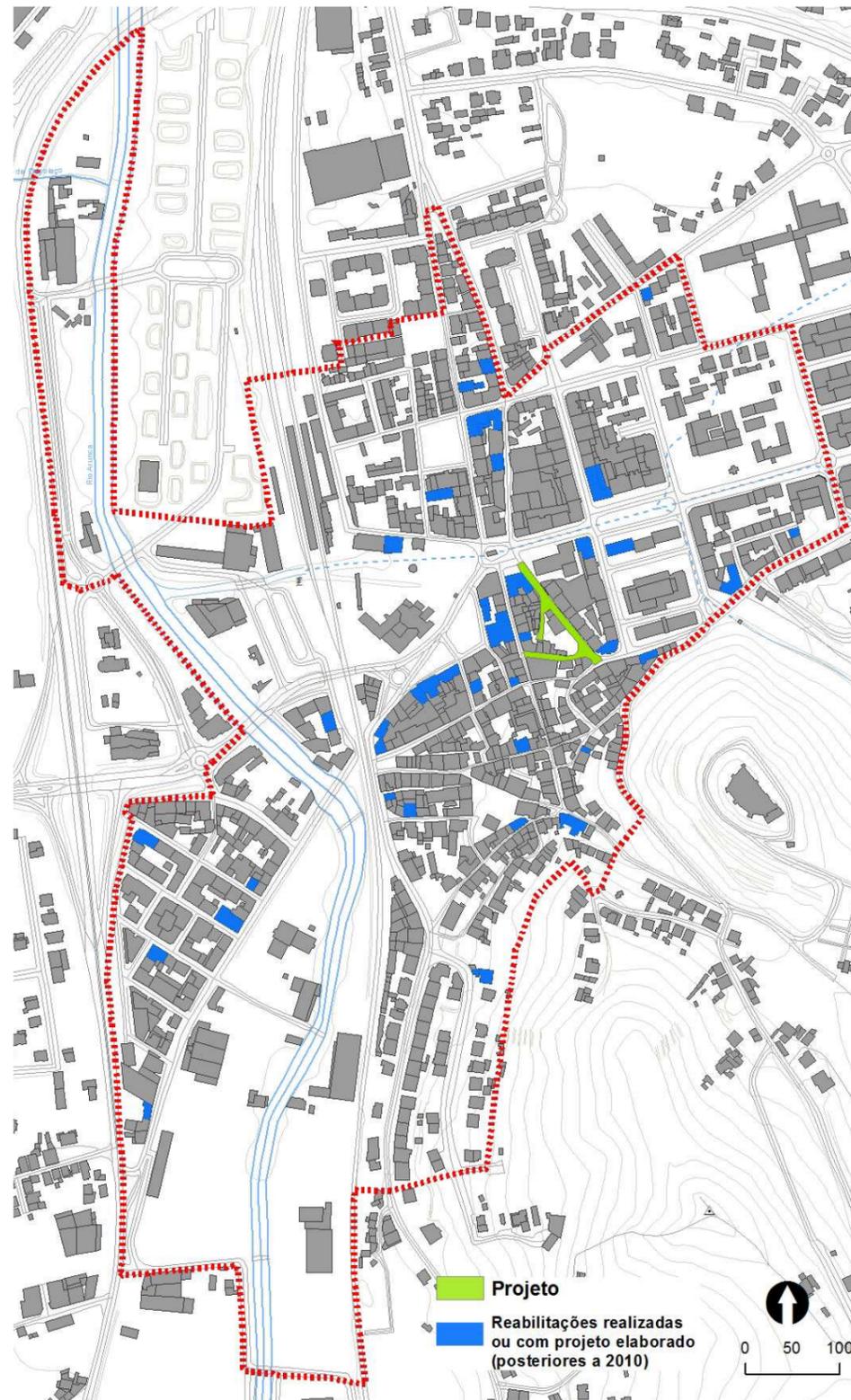
212.000,00€

ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

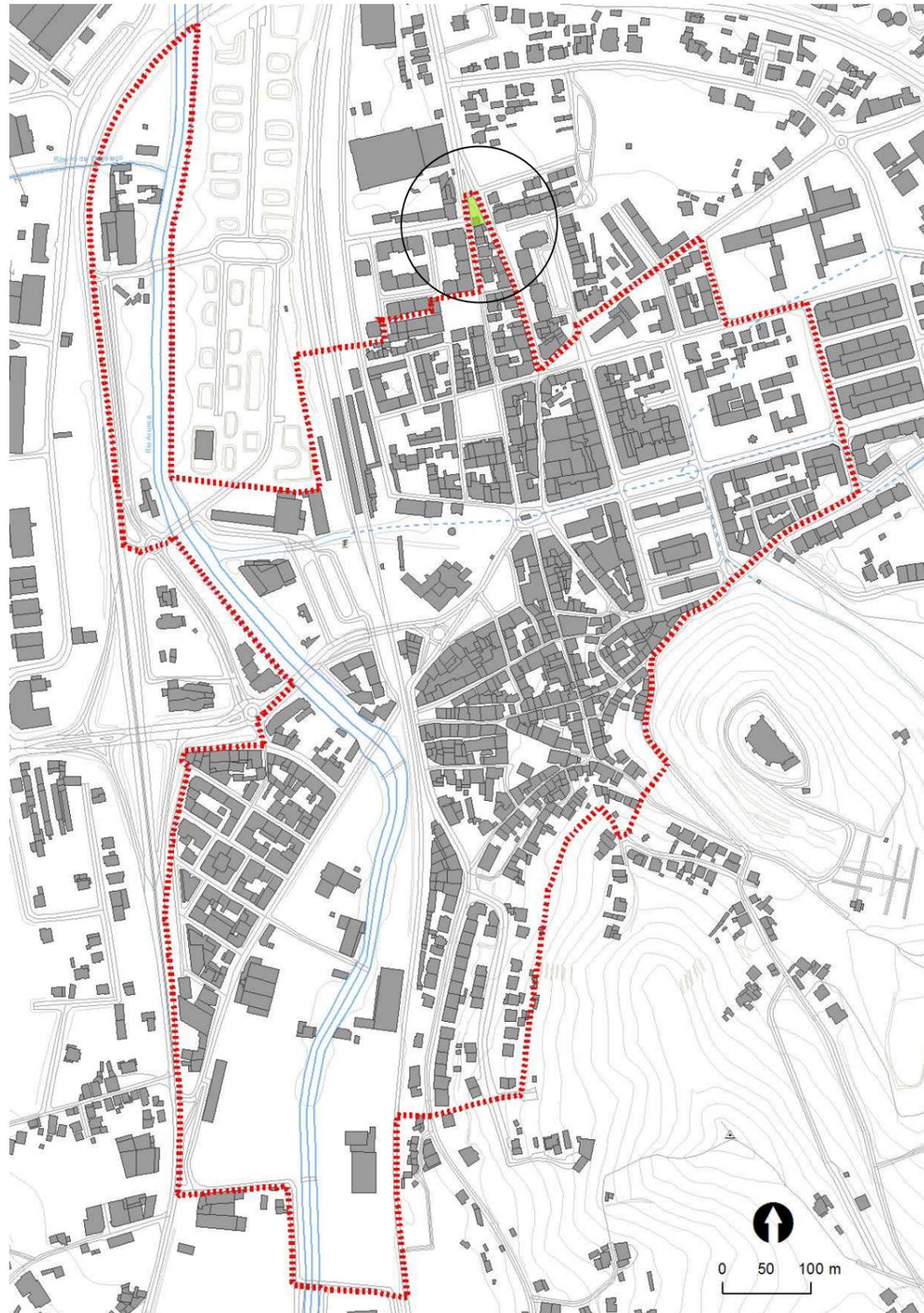
PROJETO / 2016 a 2020

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP



VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E MOBILIDADE



Projeto 2.H
Criação de espaço público na rua Carlos Alberto Mota Pinto

DESCRIÇÃO

No gaveto formado pelas ruas Carlos Alberto Mota Pinto e de Santa Lúzia, situa-se uma antiga moradia, com um único piso, em estado de ruínas e cuja implantação interfere com o alinhamento consolidado existente, sendo de todo vantajoso proceder à sua demolição, de modo a permitir o alargamento do passeio, conferindo-lhe o perfil do troço que se desenvolve para sul.

Este espaço adquirirá funções de espaço público destinado à estadia, permitindo o desafogo daquela área da cidade.

INDICADORES FÍSICOS

382m²

INVESTIMENTO

42.400,00€

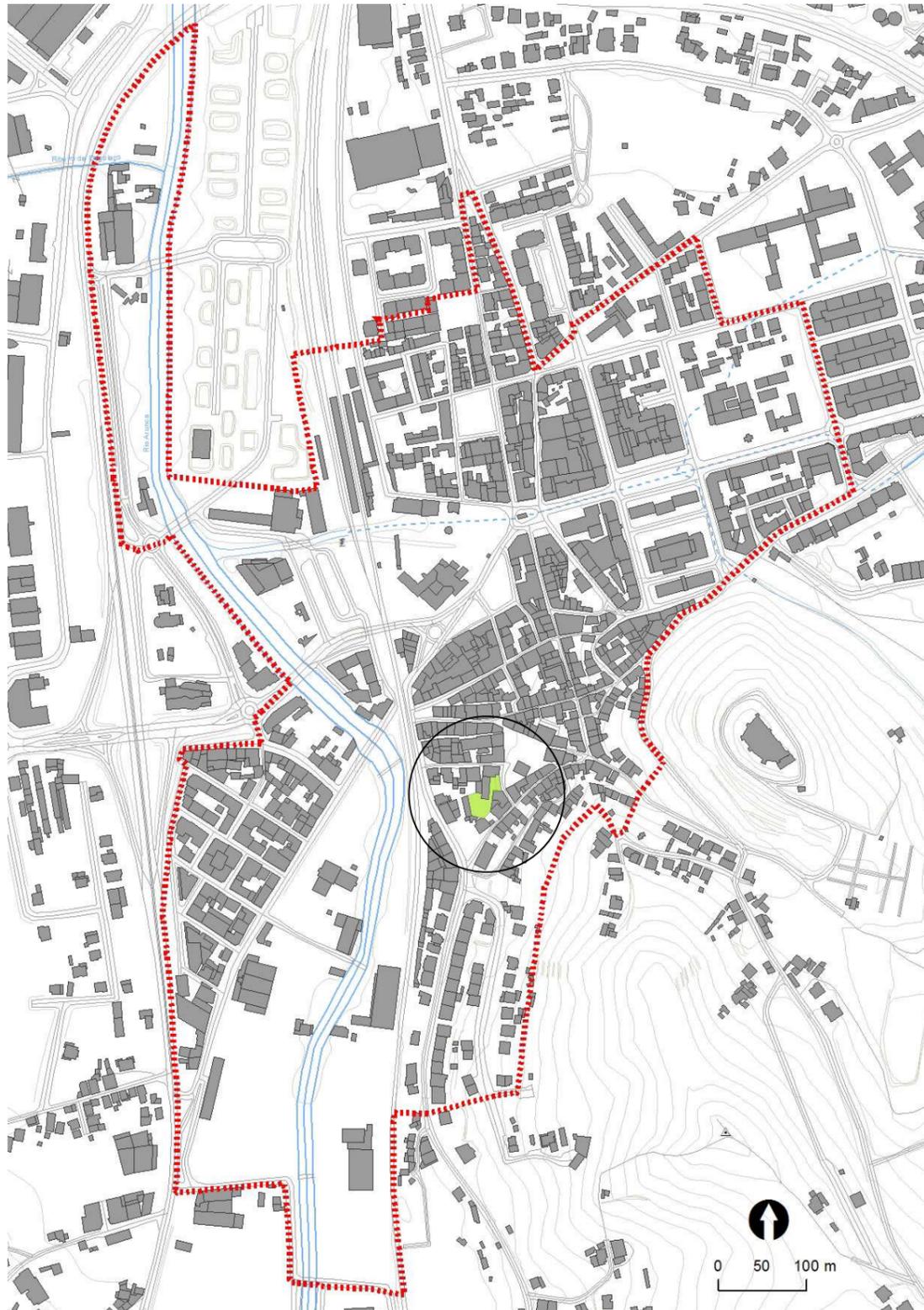
ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

EM ESTUDO / 2016 a 2020

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP

VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E MOBILIDADE



Projeto 2.1
Requalificação do espaço público envolvente ao Convento do Carmo

DESCRIÇÃO

O município adquiriu recentemente um terreno confinante com o Convento do Carmo, situado no casco histórico da cidade.

Este convento, encontra-se presentemente ocupado com a casa mortuária havendo necessidade de proceder a obras de requalificação e de ampliação deste espaço.

Neste contexto, o edifício será ampliado para o terreno adjacente, já propriedade do município, sendo a restante área destinada a espaço público pedonal e estacionamento.

Com esta intervenção, pretende-se proporcionar o devido desafogo e enquadramento ao edifício do Convento do Carmo, o qual detém interesse arquitetónico relevante, disponibilizando mais área de espaço público requalificado, incluindo lugares de estacionamento de suporte às várias atividades instaladas, nomeadamente à casa mortuária.

INDICADORES FÍSICOS

817m²

INVESTIMENTO

106.000,00€

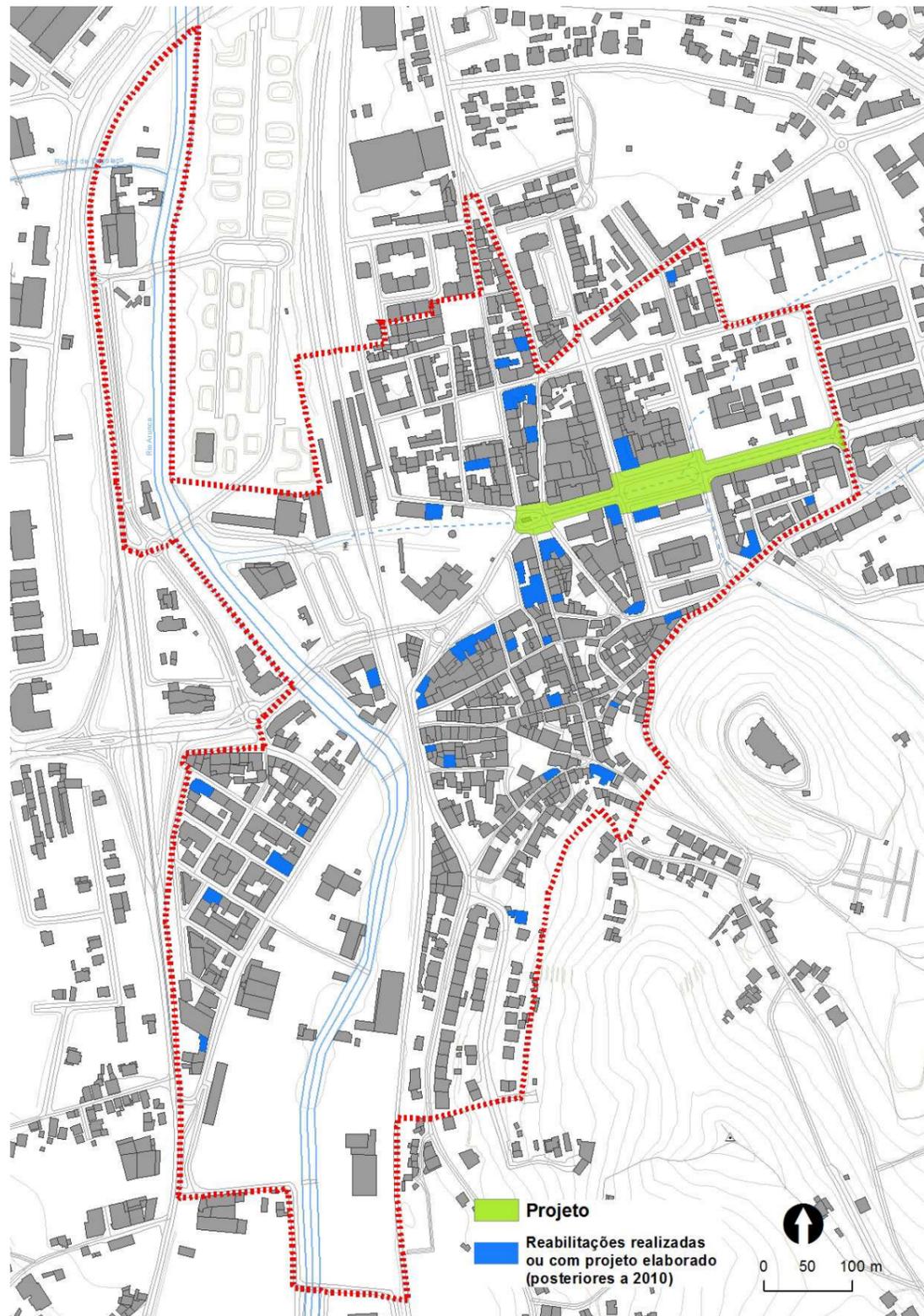
ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

EM ESTUDO / 2016 a 2018

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP

VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E MOBILIDADE



Projeto 2.J
Requalificação da Avenida Heróis do Ultramar

DESCRIÇÃO
Projeto de beneficiação deste troço da avenida com vista a melhorar a fluidez do tráfego, a acessibilidade pedonal e o estacionamento, bem como a instalação de duas paragens da rede de transportes urbanos pombus, incluindo pavimentações e reformulação das infraestruturas. Sendo também reabilitado o largo 25 de Abril incluindo reformulação da geometria do largo, implantação de instalação semafórica, pavimentações e reformulação parcial das infraestruturas.

INDICADORES FÍSICOS

11.200m²

INVESTIMENTO

848.000,00€

ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

PROJETO / 2016 a 2020

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP

VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E MOBILIDADE

Projeto 2.K
Requalificação na Zona Desportiva

DESCRIÇÃO
Projeto de beneficiação do troço da margem e terrenos adjacentes entre o Jardim do Arunca e a Piscina Municipal no seguimento da demolição das antigas instalações do clube de ténis de Pombal. Este projeto consiste na beneficiação dos espaços exteriores ao club de ténis e compreende pavimentações e reformulação das infraestruturas existentes.

INDICADORES FÍSICOS

5.900m²

INVESTIMENTO

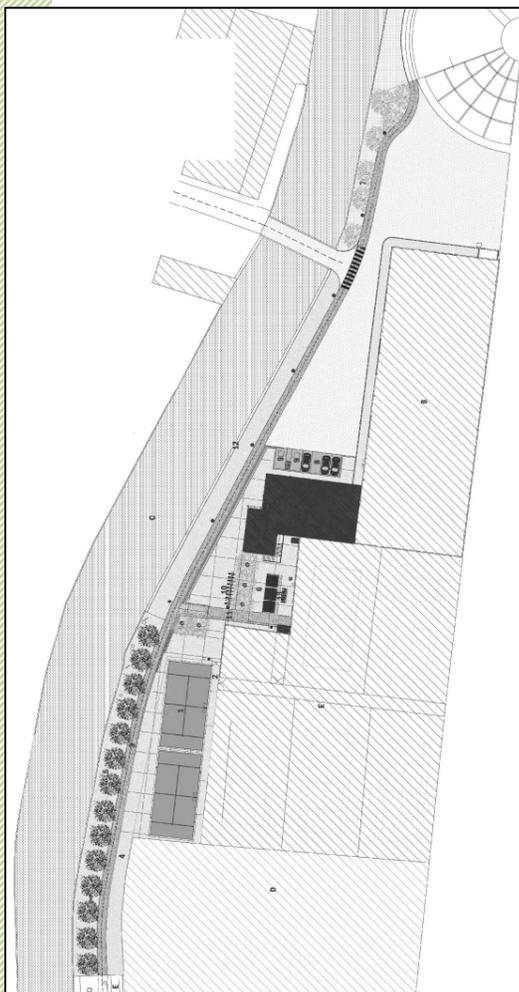
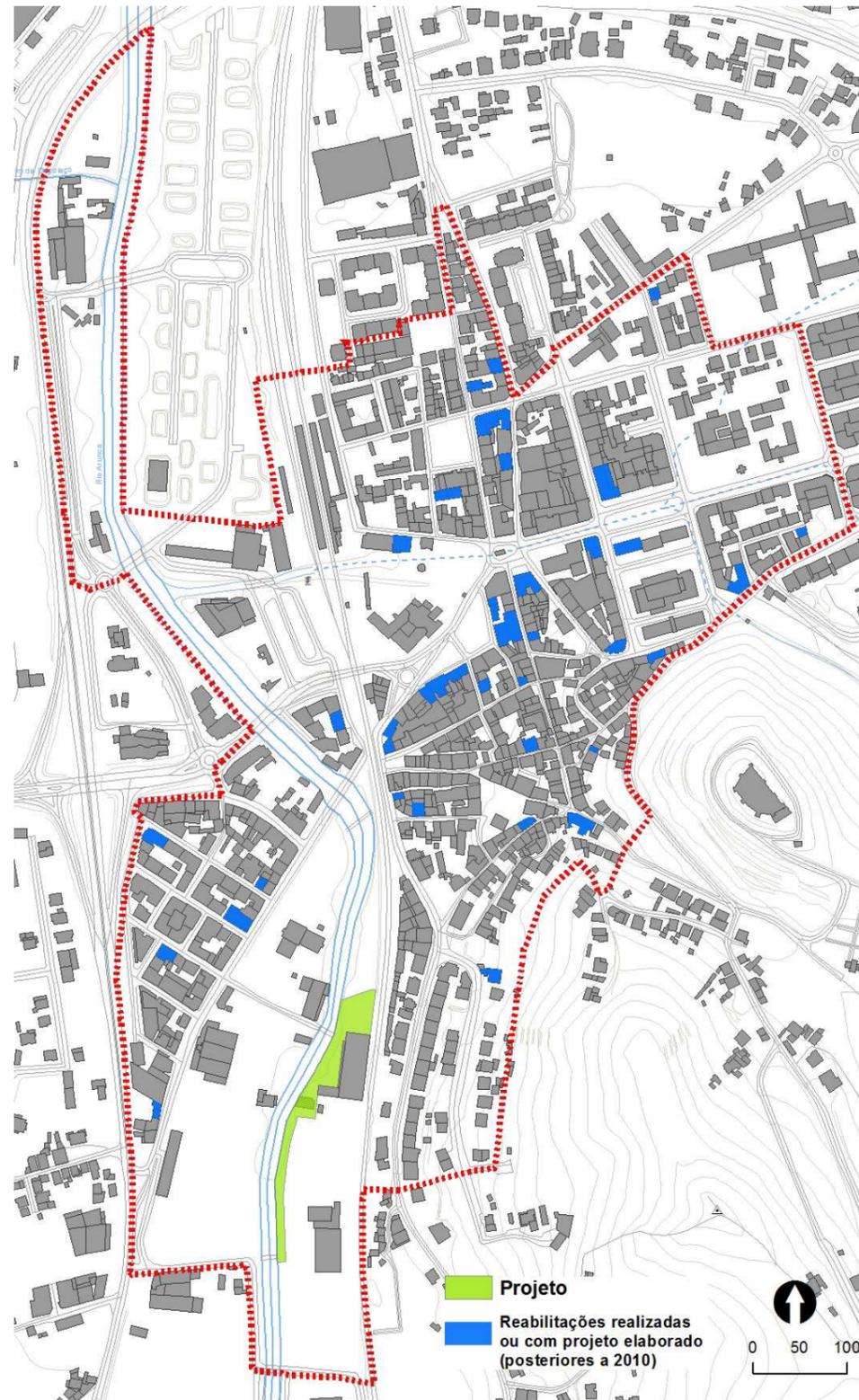
116.600,00€

ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

OBRA ADJUDICADA / 2016

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP / Clube Ténis de Pombal



DINAMIZAÇÃO DE SERVIÇOS E POTENCIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Projeto 3.A
Reabilitação da Casa Varela

DESCRIÇÃO

Edifício emblemático da cidade, projetado pelo famoso arquiteto Ernesto Korrodi, denominado de "Casa Varela", em que o município pretende dotar de novas valências através da sua reabilitação e reconversão num equipamento tecnológico, cultural e artístico, para a criação de ambientes urbanos dinamizadores da criatividade, do networking, do co-work e da inovação social.

O edifício será totalmente recuperado, tendo sido já realizado a reabilitação das fachadas, caixilharias e cobertura.

INDICADORES FÍSICOS

1.156m²

INVESTIMENTO

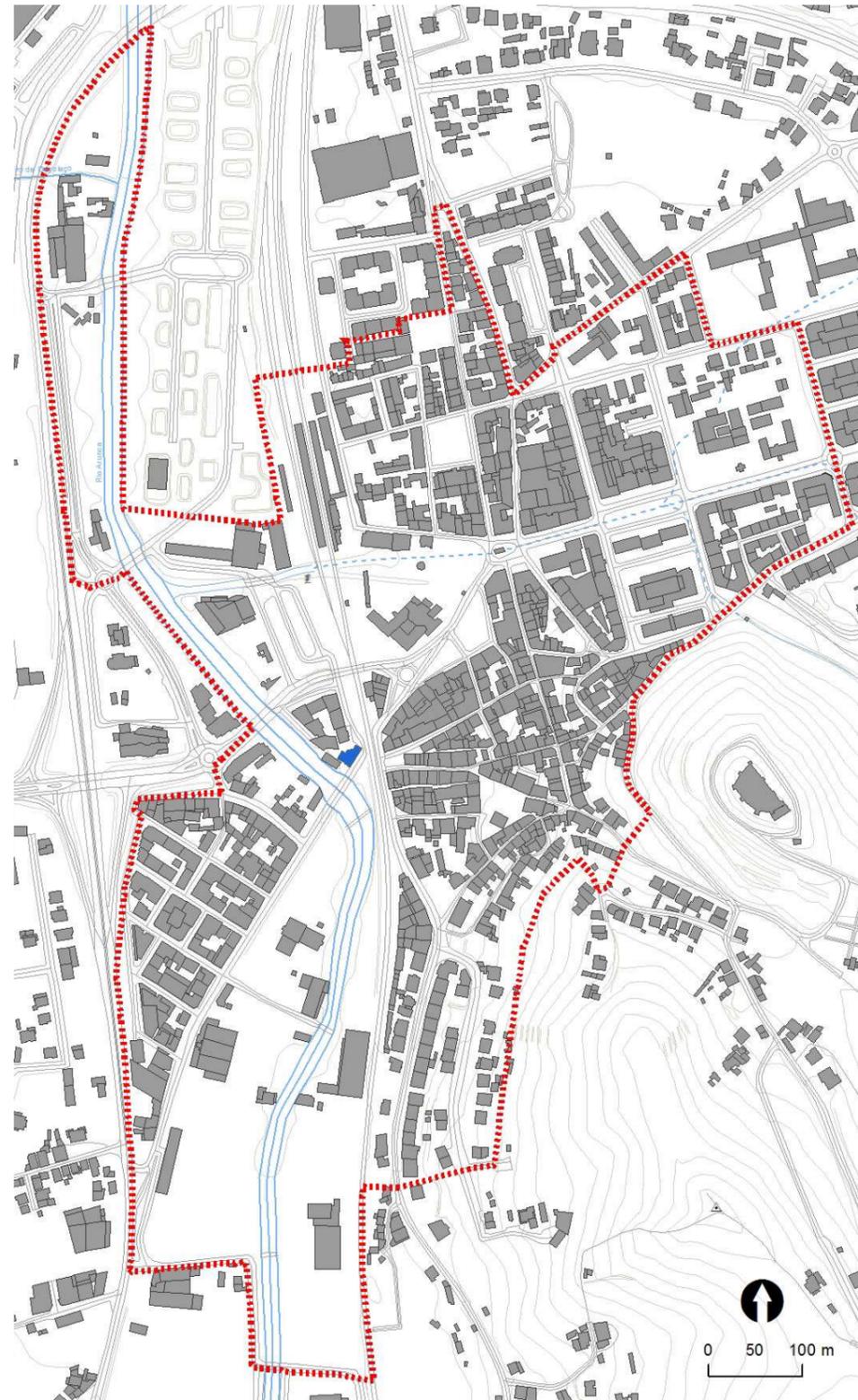
1.356.800,00€

ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

PARCIALMENTE EXECUTADO (fachadas e cobertura) / 2015 a 2018

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP



DINAMIZAÇÃO DE SERVIÇOS E POTENCIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Projeto 3.B
Reabilitação da Casa Carlos Alberto Mota Pinto

DESCRIÇÃO

O “Centro de Inovação Social” corresponde à Requalificação e Ampliação da casa onde viveu Carlos Alberto Mota Pinto, na Rua Professor Carlos Alberto Mota Pinto, na cidade de Pombal.

A casa em ruínas não apresenta características arquitectónicas especiais que justifiquem a sua recuperação a partir do estado actual, uma edificação que apresenta danos estruturais irreversíveis, assim como não tem condições nem área suficiente para poder ser adaptada e simplesmente à função pretendida. Foi manifesta a intenção de manter de forma clara a memória da casa, do que resultou o estudo de fachada e a abordagem volumétrica do edifício, considerando sempre a envolvente e a sua adequada inserção urbana.

O novo edifício terá três pisos acima do solo, com pé-direito adequado ao uso, e um piso abaixo do solo para funções de apoio. Tecnicamente, o novo edifício será dotado de infra-estruturas apropriadas ao uso pretendido.

INDICADORES FÍSICOS

775m²

INVESTIMENTO

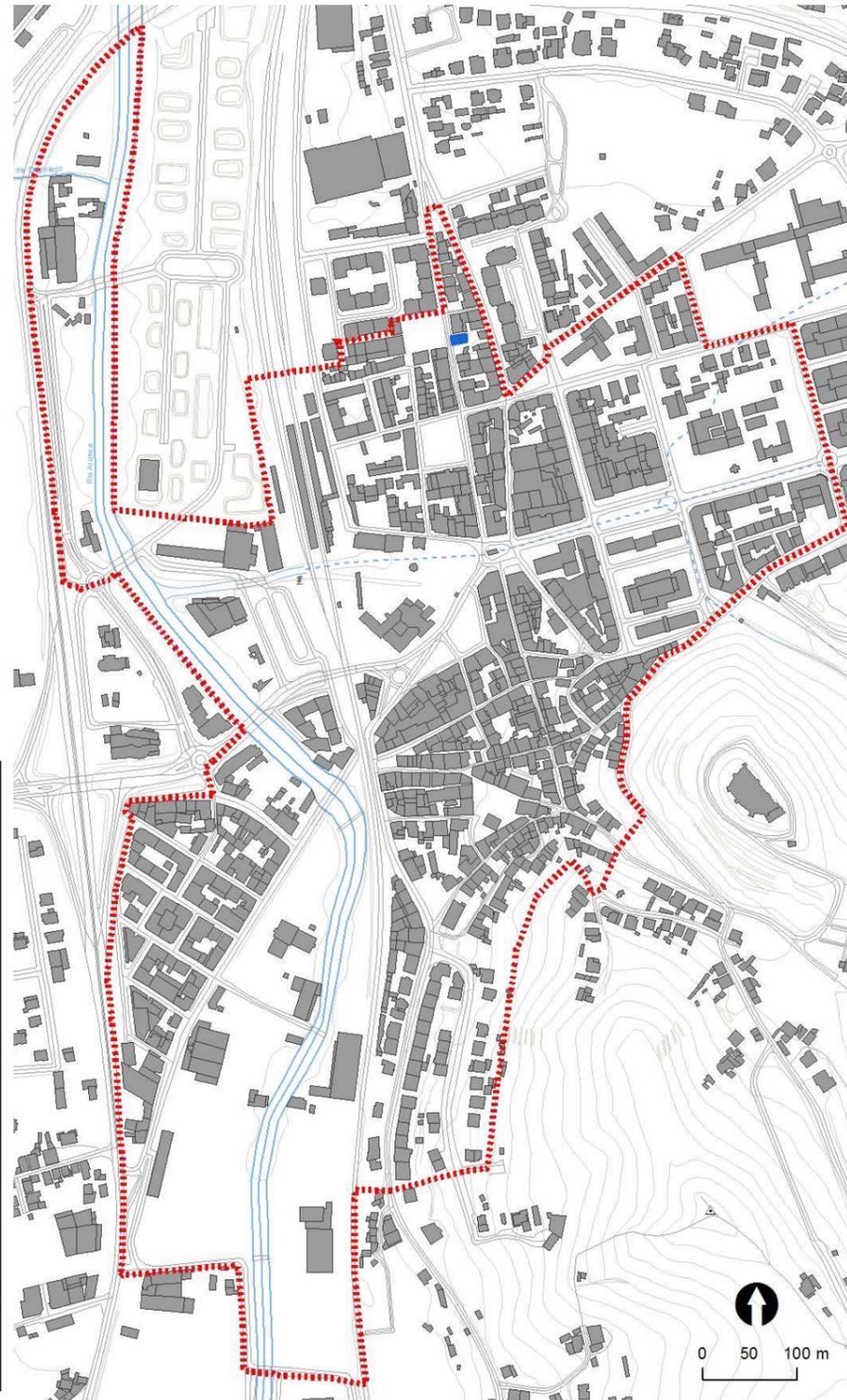
996.400,00€

ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

PROJETO / 2018 a 2020

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP



DINAMIZAÇÃO DE SERVIÇOS E POTENCIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Projeto 3.C
Reabilitação do Jardim de infância e Escola Primária de Pombal

DESCRIÇÃO

Este projeto passa pela total reabilitação da Escola Primária de Pombal, e demolição do atual Ji para construção de um novo, com um pequeno ginásio anexo, que sirva não só as duas valências mas também a população de Pombal em horário pós-laboral. Na reabilitação pretende-se uma integração total entre o edifício novo e o existente tanto a nível volumétrico, como a nível de materiais e funcionamento, para que estas duas intervenções culminem num edifício “UNO” coeso e não retalhado nem enxertado, em que o novo e o velho coexistem perfeitamente. Consegue-se assim que estas duas valências de ensino partilhem a mesma rede de infraestruturas e de recursos humanos. Pretende-se a criação de seis salas EB1 na parte a reabilitar, e na parte “nova” a ampliar, de Ji a criação de quatro salas, um ginásio, um refeitório, biblioteca e sala de informática, 2 salas de artes, 2 salas polivalentes, recreios exteriores, e uma zona administrativa.

INDICADORES FÍSICOS

4606m²

INVESTIMENTO

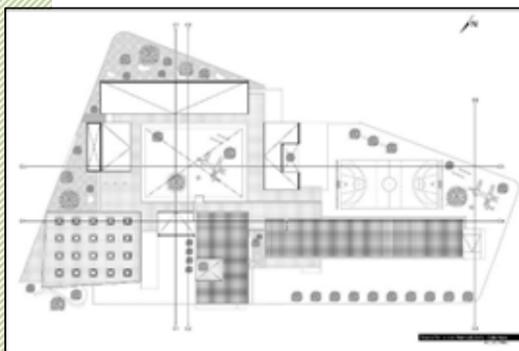
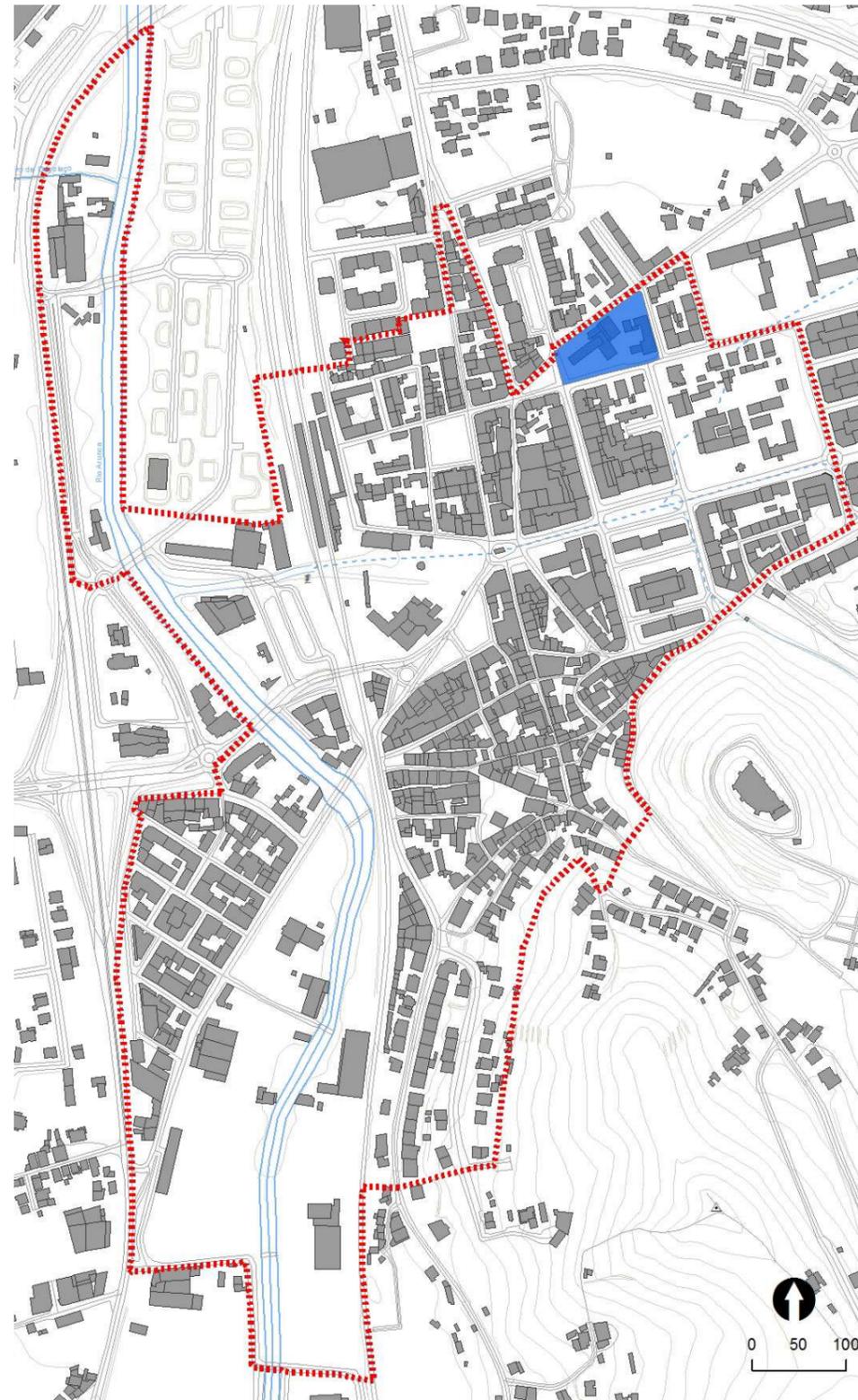
2.836.560,00€

ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

PROJETO CONCLUÍDO / 2015 a 2017

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP



DINAMIZAÇÃO DE SERVIÇOS E POTENCIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Projeto 3.D
Reabilitação da Escola Básica Conde de Castelo Melhor

DESCRIÇÃO
Este projeto visa a reabilitação do edificado, nomeadamente ao nível da fachada e cobertura, bem como ao espaço de recreio.

INDICADORES FÍSICOS

3.000m²

INVESTIMENTO

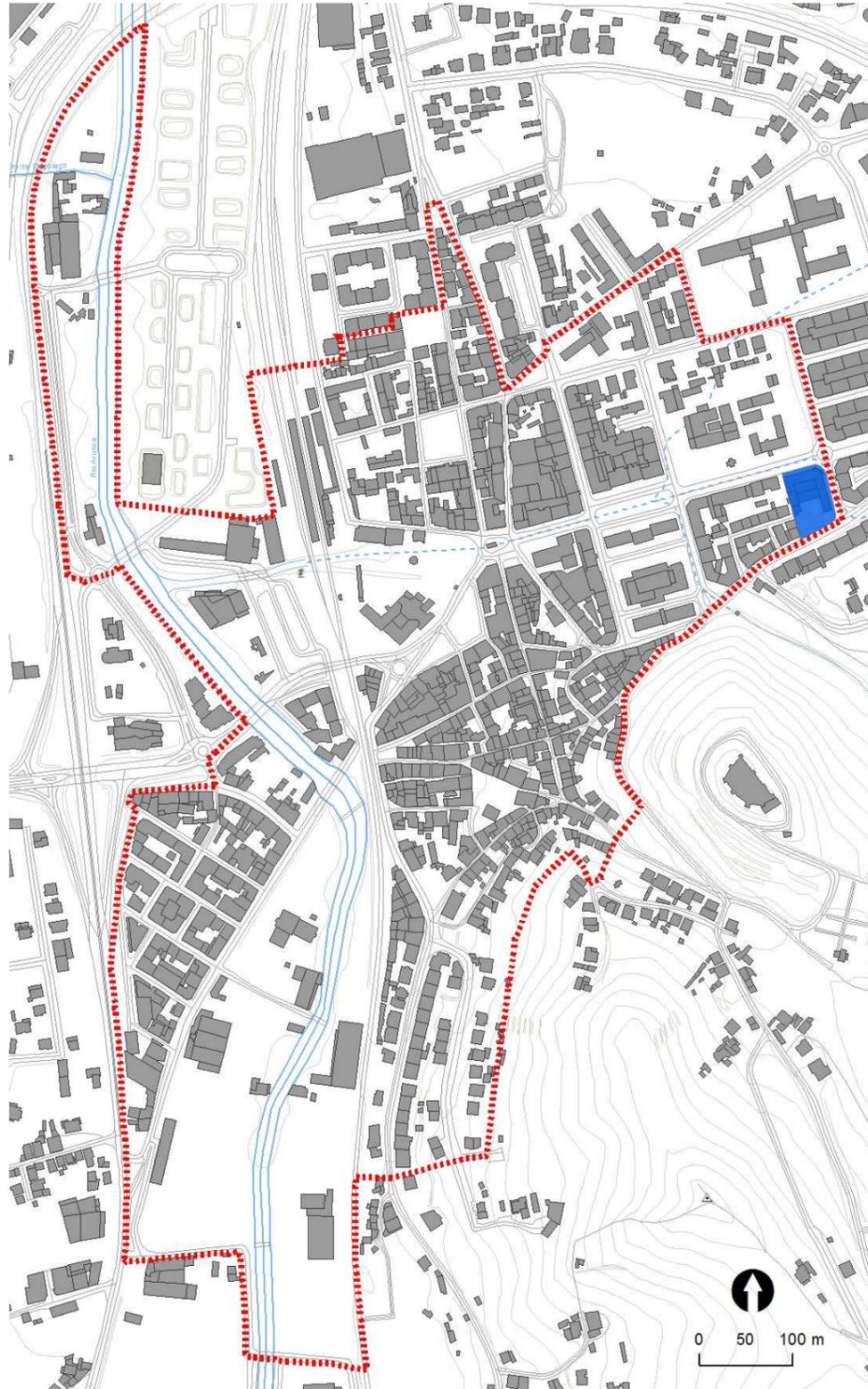
742.000,00€

ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

EM ESTUDO / 2017 a 2020

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP



DINAMIZAÇÃO DE SERVIÇOS E POTENCIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Projeto 3.E
Reabilitação do Edifício dos Paços do Concelho

DESCRIÇÃO

O convento de Santo António é actualmente o edifício dos paços do concelho do Município de Pombal. O edifício actual pouco tem a ver com o convento do século XVIII, que ao longo da história teve diversas funções e múltiplas ocupações, onde a construção inicial terá sido um edifício fechado ao mundo exterior por altos muros, é hoje um edifício público aberto à população.

Diversas obras de ampliação, reconstrução e reabilitação moldaram a forma inicial do imóvel aos diversos usos e às necessidades dos ocupantes, chegando até ao presente o resultado das intervenções individuais e ocasionais, misturando-se o legado histórico com as intervenções dos variados ocupantes.

O projecto consiste na reabilitação do edifício, nomeadamente no telhado, reparação e renovação de fachadas, substituição de caixilharia e portas, e adaptação às normas de acessibilidade.

Este tipo de acesso não responde às necessidades actuais em termos de mobilidade condicionada, pelo que se pretende a instalação de um elevador que responda a diversos quesitos e preocupações funcionais e estéticas. Também se pretende dotar o edifício de instalações sanitárias para pessoas com mobilidade condicionada.

INDICADORES FÍSICOS

3210m²

INVESTIMENTO

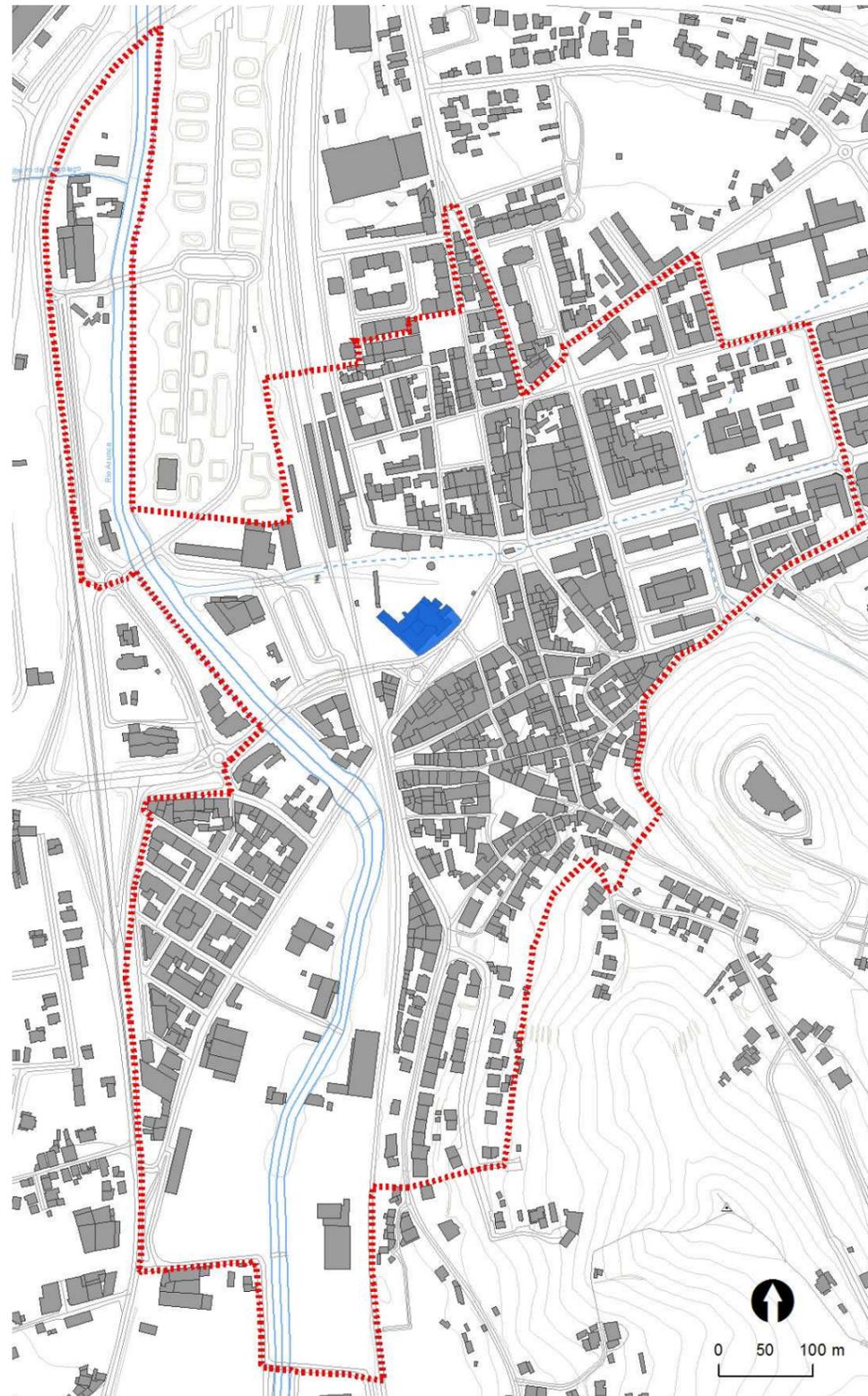
190.800,00€

ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

PROJETO / 2016 A 2019

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP



DINAMIZAÇÃO DE SERVIÇOS E POTENCIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Projeto 3.F
Reabilitação das Piscinas Municipais

DESCRIÇÃO

Este Projeto pretende dotar as Piscinas municipais Cobertas de uma piscina pública municipal ao ar livre incluindo todas as infraestruturas, nomeadamente:

- Tanque principal que engloba várias profundidades (convencional, familiar, infantil);
- Chapinheiro para os mais jovens;
- Zona circundante para repouso com zonas ajardinadas com sombreamento e zonas pavimentadas;
- Vestiários e Instalações Sanitárias separadas por sexos;
- Zona de apoio com bar e controlo de acessos;
- Dissimuladores verticais ajardinados para cobrimento de muros contíguos da CP;
- Vedação exterior para limitação de acessos.

INDICADORES FÍSICOS

3150m²

INVESTIMENTO

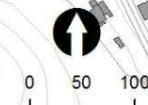
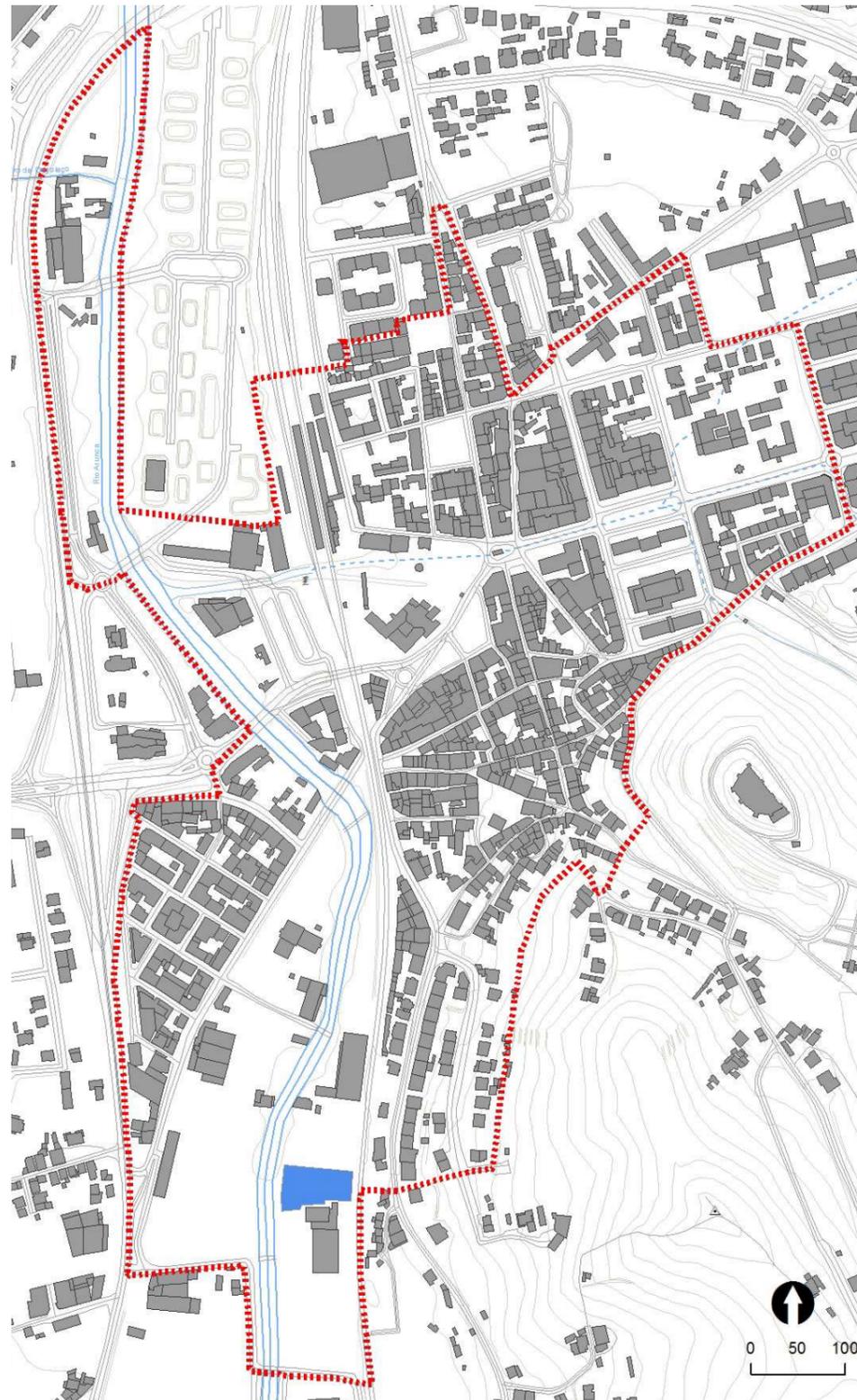
742.000,00€

ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

PROJETO / 2016 A 2018

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP



PROMOÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO

Projeto 4.A

Ativação do Centro Histórico

DESCRIÇÃO

O projeto Ativação do Centro Histórico procura incrementar o comércio tradicional, e enaltecer o património histórico, cultural e as tradições locais como projeção do concelho e valorizar as associações e os agentes culturais do município, através das suas participações e dos seus contributos.

Com uma animação diversificada e alargada, que procura dinamizar o comércio tradicional, acolher os nossos munícipes e quem nos visita, este projeto inclui programas diversos que valorizam o património material e imaterial do Centro Histórico, nomeadamente exposições / instalações de rua, concertos, iniciativas de animação musical e performativa e recriações, concebidos com o objetivo de atração de diferentes públicos, através de conteúdos desenhados especialmente para o território do Centro Histórico, de forma a contribuir para a descoberta do valor patrimonial desta área da cidade, dinamizando espaços e percursos menos conhecidos do grande público.

INDICADORES FÍSICOS

Nº de Eventos

INVESTIMENTO

61.500,00€

ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

EM CURSO / 2015 a 2020

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP

REVITALIZAÇÃO DO TECIDO ECONÓMICO

Projeto 5.A

Programa Porta Aberta

DESCRIÇÃO

O Programa Porta Aberta é um programa de incentivo ao arrendamento comercial na zona histórica, que procura estimular o empreendedorismo jovem e o espírito de equipa, através da partilha de espaços, assim como valorizar actividades com identidade local e/ou regional.

INDICADORES FÍSICOS

Nº de Espaços Arrendados

INVESTIMENTO

61.500,00€

ESTADO / PRAZO DE EXECUÇÃO

EM CURSO / 2015 a 2020

ENTIDADES / PARCEIROS

CMP

ESPAÇOS ABERTOS CRIADOS OU REABILITADOS EM ÁREAS URBANAS

Projeto 1

Reabilitação do espaço público envolvente ao Bairro Social S. João de Deus

DESCRIÇÃO

O Bairro Social S. João de Deus apresenta um razoável estado de conservação do seu edificado, havendo necessidade de requalificar alguns dos seus espaço exteriores, em particular das áreas situadas a tardoz dos edifícios, de modo a dotá-las de funcionalidades que permitam aos seus habitantes a sua fruição, seja como hortas familiares, seja como espaços de convívio e encontro.

Neste sentido, a intervenção física a desenvolver neste bairro, incidirá sobre o espaço público e visa:

- 1.A – Requalificar os logradouros dos Blocos A a D, convertendo-os em hortas familiares;
- 1.B – Converter o logradouro dos Blocos Habitacionais 1 a 5, numa zona de lazer/convívio para os indivíduos/arrendatários.

INDICADORES FÍSICOS

Áreas a reabilitar

1.A – 407m²

1.B – 898m²

Total – 1305m²

INVESTIMENTO

29.680,00€

DATA DA INTERVENÇÃO

2017/2018

ENTIDADES / PARCEIROS

Município de Pombal

RESULTADOS

Aumento de grau de satisfação da população residente



ESPAÇOS ABERTOS CRIADOS OU REABILITADOS EM ÁREAS URBANAS

Projeto 2
Reabilitação do espaço público envolvente ao Bairro Social Margens do Arunca

DESCRIÇÃO

O Bairro Social Margens do Arunca apresenta um razoável estado de conservação do seu edificado, havendo necessidade de requalificar os espaços exteriores, em particular as áreas de logradouro dos edifícios e as áreas de espaço público, de modo a dotá-las de funcionalidades que permitam aos seus habitantes a sua fruição, seja como hortas familiares, seja como espaços de convívio e encontro, incluindo um campo de jogos para os jovens.

Neste sentido, a intervenção física a desenvolver neste bairro, incidirá sobre os espaços de logradouro e públicos, visando:

- 2.A – Requalificação dos logradouros das habitações em hortas familiares
- 2.B – Reabilitação das áreas ajardinadas
- 2.C – Construção de recinto para a prática de atividades desportivas

INDICADORES FÍSICOS

Áreas a reabilitar

- 2.A – 664m²
- 2.B – 365m²
- 2.C – 2120m²
- Total – 3149m²

INVESTIMENTO

63.600,00€

PRAZO DE EXECUÇÃO

2017/2018

ENTIDADES / PARCEIROS

Município de Pombal

RESULTADOS

Aumento de grau de satisfação da população residente





Divisão de **Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana**

